

Constituição e Revisão

A Constituição da República foi aprovada e promulgada há 20 anos, a 2 de Abril de 1976. Esta data representa um marco dos mais significativos na fundação do regime democrático.

■ Carlos Brito

Centrais

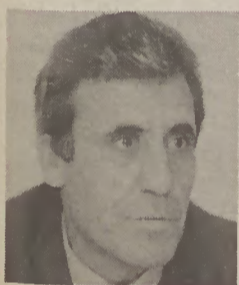
75.º ANIVERSÁRIO



Álvaro Cunhal em Coimbra

O património político e ideológico e a influência presente do PCP como grande partido nacional.

Pág. 19



EM FOCO

Tomar posição e agir

■ Jerónimo de Sousa

O conteúdo e objectivos da Proposta de Lei do Governo sobre a desregulamentação de horários e a polivalência ameaçam os direitos históricos dos trabalhadores portugueses.

Pág. 18

Programas para o Emprego do PS e do PSD

Descubra as diferenças!

■ Artigo de Lino de Carvalho

Pág. 23

SEMINÁRIO

Serviço Nacional de Saúde

O PCP defende a necessidade de preservação e de mudança do Serviço Nacional de Saúde.

Pág. 10

PCP APRESENTA CONTAS

A documentação relativa às suas contas do ano de 1995 foi entregue pelo PCP ao Tribunal Constitucional.

Pág. 32

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISNN 0870-1865 • 4 de Abril de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1166 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalhas em Alpiarça

Travar a destruição

«Precisamos de uma política que defenda e valorize a produção nacional, que enfrente com decisão os problemas da nossa agricultura e das nossas pescas e que faça da política do emprego um eixo central das preocupações», afirmou Carlos Carvalhas, em Alpiarça, no Encontro de Quadros, realizado no passado sábado.

«É necessário travar os processos destrutivos do aparelho produtivo nacional e a desindustrialização do país. E isto constitui uma prioridade imediata de natureza económica e social.

«Um novo crescimento económico é necessário e é possível. Mas, para isso, é necessário pôr de lado a marcha forçada para a moeda única.»

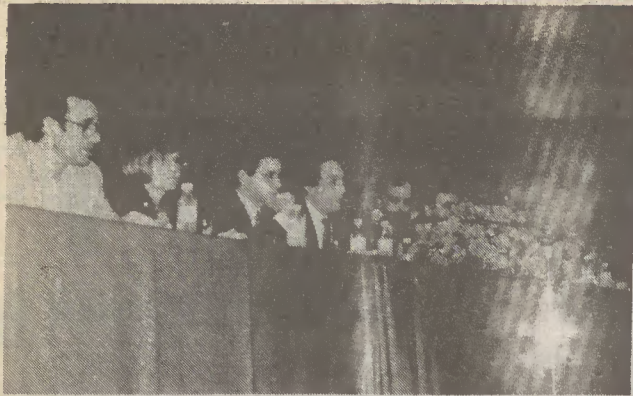
Pág. 7



Portugal Telecom Saiu Todo-Bom finalmente!

Com a mudança de administração, os trabalhadores da Portugal Telecom esperam um diálogo sério e o fim das discriminações. Não abdicam da capacidade de luta e exigem do Governo que analise os prejuízos da privatização.

Pág. 5



Carlos Carvalho num encontro com quadros do Partido e independentes, em Palmela

RESUMO

27

Quarta-feira

No Parlamento, realiza-se um debate de urgência sobre a revisão do Tratado de Maastricht ■ Alunos do Ensino Secundário manifestam-se em Lisboa contra a carga percentual dos exames nacionais ■ Em Vale de Cambra, um despiste de um autocarro com cerca de 80 passageiros, provoca 40 feridos ■ O secretário de Estado da Segurança Social afirma que nos próximos anos as reformas vão deixar de ser superiores à inflação ■ A nova equipa do Ministério da Economia, liderado por Augusto Mateus, e o novo secretário de Estado da Justiça tomam posse ■ A Comissão Europeia decide, por unanimidade, a interdição total das exportações de carne de vaca britânica ■ Os zapatas acusam o Governo mexicano de estar a preparar uma nova ofensiva militar em Chiapas com a ajuda de conselheiros americanos ■ O tribunal de Telavive condena a prisão perpétua do assassino do primeiro-ministro israelita Yitzhak Rabin ■ O FMI desbloqueia um empréstimo de dez mil milhões de dólares à Rússia ■ Na Espanha, os nacionalistas catalães e bascos viabilizam as eleições para a presidência da Câmara dos Deputados.

28

Quinta-feira

De visita ao Vaticano, António Guterres debate com o Papa a questão da autodeterminação de Timor e os processos de paz em Angola e Moçambique ■ Na Cisjordânia, o exército israelita prende 260 palestinianos e adia a sua retirada parcial de Hebron ■ No Brasil, 400 presos da penitenciária de Goiana amotinam-se e fazem 20 reféns ■ Milhares de manifestantes zulus desfilam em Joanesburgo, recordando a morte de 50 pessoas há dois anos ■ Uma greve geral paralisa Srinagar, em Caxemira.

29

Sexta-feira

Álvaro Cunhal participa num comício em Coimbra ■ Carlos Carvalho mantém um encontro em Palmela com quadros do PCP e independentes ■ Na Cimeira de Turim, os Quinze lançam oficialmente a reforma do Tratado de Maastricht ■ É assinado um acordo de aproximação económica, social e cultural entre quatro repúblicas ex-soviéticas ■ Responsáveis militares da NATO começam a pôr em dúvida a viabilidade de um Estado bósniaco ■ Os EUA decidem manter as sanções económicas contra a UNITA ■ O governo turco autoriza a permanência no seu país da força protectora dos curdos iraquianos.

30

Sábado

Realiza-se o Seminário Nacional do PCP sobre a Reforma Democrática do Serviço Nacional de Saúde

■ Carlos Carvalho desloca-se a Alpiarça, onde intervém na sessão de encerramento do Encontro de Quadros do Distrito de Santarém ■ Em Viana do Castelo, Álvaro Cunhal participa num colóquio no âmbito das comemorações do aniversário do PCP ■ António Guterres desloca-se à ex-Jugoslávia, onde se reuniu com as forças portuguesas ■ Durante o congresso, Marcelo Rebelo de Sousa é eleito como o novo líder do PSD ■ A Autoridade Palestiniana pede a convocação imediata do Conselho de Segurança da ONU para pôr fim ao bloqueio imposto por Israel aos territórios palestinianos ■ Termina o Fórum Europeu de Política Social, em Bruxelas.

31

Domingo

O secretário-geral do PCP participa num almoço-convívio em A-dos-Loucos, Vila Franca de Xira ■ Dezenas de milhares de japoneses exigem, em Tóquio, o fim da presença militar americana em Okinawa ■ Boris Ieltsin apresenta um «plano de paz» para a Tchetchénia que pressupõe o diálogo e o compromisso com os independentistas ■ O Governo israelita decide manter o encerramento sem precedentes da Cisjordânia e de Gaza ■ Os EUA exigem que a liberdade de circulação seja respeitada na Bósnia, como está previsto nos Acordos de Dayton.

1

Segunda-feira

O Conselho de Reitores fixa uma nota mínima de ingresso ao Ensino Superior ■ Quatro pescadores desaparecem ao largo do cabo Espichel, depois do naufrágio da sua embarcação ■ O ministro da Agricultura anuncia a criação de um grupo de investigação médica e veterinária para acompanhar a doença das «vacas loucas» ■ Iniciou o funcionamento das urgências do hospital Amadora-Sintra ■ A resistência de Timor-Leste envia um SOS a Portugal, pedindo roupas, dinheiro e medicamentos ■ Na Tchetchénia, as tropas russas e os independentistas cessam os combates ■ Shimon Peres anuncia que irá ser realizado um referendo em Israel sobre o acordo final de paz com os palestinianos ■ O actor Mário Viegas falece, em Lisboa.

2

Terça-feira

Assinala-se, na AR, o 20º aniversário da Constituição da República ■ Os ministros da Agricultura dos países da União Europeia aprovam o financiamento em 70 por cento do abate dos animais suspeitos de contrair a doença das vacas loucas (BSE) ■ O grupo parlamentar do PCP entrega um pedido de interpelação ao Governo sobre a crise económica e social ■ Termina na cidade francesa de Lille a cimeira do Grupo dos Sete principais países industrializados sem acordo quanto a uma política comum de emprego.

EDITORIAL

Conversa fiada

O PCP efectuou várias importantes iniciativas no passado fim-de-semana, integradas na maior parte nas comemorações dos 75 anos do Partido, mas bem voltadas para a realidade do País e para os grandes problemas do presente.

Merecem referência especial (e desenvolvido tratamento nesta edição do «Avante!») o Encontro de Palmela, o Encontro de Quadros de Santarém, realizado em Alpiarça, o imponente almoço comemorativo de A-dos-Loucos, todos com a participação de Carlos Carvalho, e o comício de Coimbra, com a participação de Álvaro Cunhal.

Entretanto, as televisões e outros órgãos de grande informação (e o escândalo maior é o dos públicos) só tiveram olhos e ouvidos para o Congresso do PSD e para a visita do Primeiro-Ministro à Bósnia.

Diga-se desde já que nem mesmo em termos de espectáculo o Congresso de Sta. Maria da Feira mereceu a atenção que se quis impor ao país. Foi tudo óbvio, tudo como estava previsto, tudo conforme com as imposições do aparelho da S. Caetano e mesmo os habituais números de opereta tiveram fraca execução.

O grande objectivo era tentar ultrapassar o desânimo nas hostes laranja pelas grandes derrotas sofridas nas últimas eleições e fazer esquecer as culpas de dezasseis anos de governação do PSD, dez dos quais sozinho, na situação de crise económica e social em que País se encontra.

Por isso, mais uma vez o PSD fez o conhecido número de remover os cenários e substituir os actores principais para, continuando a recitar o mesmo texto, dar a ideia de que é uma peça nova.

A conversa fiada de Marcelo tem por trás a política comprovadamente ruína de Cavaco, em muitos aspectos semelhante à que está a ser feita por Guterres, com os mesmos resultados desastrosos para o País.

O novo líder do PSD parece, aliás, não querer que ninguém fale mais do que ele. Ainda não tinha aquecido o lugar (e sabe-se lá como vai aquecê-lo) e já estava a candidatar-se a um debate a sós com o Primeiro-Ministro, ignorando os líderes dos outros partidos da oposição, que têm essas responsabilidades há bastante mais tempo.

Antes, no decorrer do Congresso, tinha afirmado: «Portugal e os portugueses querem um governo que faça e não que fale.» Mas ao mesmo que o dizia, falava ele interminavelmente.

A perspectiva é a de que, à medida que as posições políticas do PS e do PSD mais se aproximam e assemelham, comungando ambos nas linhas essenciais da mesma política de direita, se vá intensificando e agudizando a guerra de palavras entre eles numa ilusória bipolarização o que é preciso é que os portugueses não vão na conversa.

Ao discursar em Alpiarça, Carlos Carvalho afirmou: «Precisamos de uma política que defenda e valorize a produção nacional, que enfrente com decisão os problemas da nossa agricultura e das nossas pescas e que faça da política de emprego um eixo central das preocupações. É necessário travar os processos destrutivos do aparelho produtivo nacional e a desindustrialização do País. É isto que constitui uma prioridade imediata de natureza económica e social.»

Tiveram estas preocupações gritantemente fundamentais para o nosso país qualquer expressão no Congresso do PSD e nas discursatas do seu novo líder?

Evidentemente, que não. O PSD é o grande responsável pelo afundamento da agricultura, a crise das pescas e a regressão industrial. É o grande responsável pela destruição do aparelho produtivo nacional e pelo desmantelamento do sector público da economia, nomeadamente através das privatizações, que é um dos seus aspectos mais graves.

Nestas matérias de política económica e social, como em relação a política de subordinação aos critérios da União Económica e Monetária, o PSD, com Marcelo ou qualquer outro, nada tem a dizer (como, aliás, se viu) ao Governo de Guterres que segue, no essencial, a mesma política.

As divergências manifestadas têm que ver com o calendário da revisão da Constituição, que como sempre a direita quer «rápida e ampla», com a distribuição dos «tachos» no aparelho de Estado (Marcelo quer defender os «jobs» dos seus «boys»), com o controlo do sector público da comunicação social, onde Marcelo também quer ter a mão, com o «pacto de regime», pois o PSD não se conforma em estar completamente arredado do poder e quer uma qualquer espécie de «bloco central encajado».

Um ponto chama, no entanto, a atenção: a afirmação de Marcelo de que «é um erro de palmatória confundir o diálogo com a falta de autoridade do Estado». Onde é que o novo líder do PSD terá achado que um prejudicou a outra? Terá sido

em Santo Tirso, queria mais pancada nos trabalhadores? Terá sido nas prisões, achará que a força especial de intervenção não agiu com suficiente violência sobre os presos? Com que espécie de autoritarismo anda a sonhar?

Para quem tanto gosta de desafios, aqui está matéria que prontamente deve esclarecer.

A visita do Primeiro-Ministro à Bósnia traz de imediato a debate a insensatez da participação do nosso país numa operação militar tão oposta ao interesse nacional e tão incerta e polémica nos seus resultados para a paz, a estabilidade, a autodeterminação, o progresso e a justiça dos povos da região.

Além disso, a visita confirmou as informações sobre o descontentamento das nossas tropas em campanha e as situações mal resolvidas em relação a homens, que, como se tem visto, se encontram em situação de especial dureza e grande risco.

Se foram razões de «marketing» que determinaram a visita à Bósnia nesta oportunidade, para forçar uma boa concorrência mediática com o Congresso do PSD, como se diz por aí, então António Guterres bem podia ter ficado em casa.

O camuflado que lhe foi distribuído assentava mal na sua figura, evidenciava uma certa falta de apuro militar, o que não é o pior, um estadista não é obrigado a tê-lo. Mas dava um ar chocantemente desajustado e artificial a tudo aquilo, a sensação de se estar a instrumentalizar para objectivos propagandísticos uma situação que se sabe tão grave e tão dramática.

Noutro plano, aconteceu o mesmo com o blá-blá-blá de um novo «programa» para o emprego, quando o Governo, com o seu programa de privatizações e a tentativa de dar força de lei à desregulação do horário de trabalho e à polivalência, além do injusto ataque a direitos históricos dos trabalhadores, está a cavar maciçamente mais desemprego.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socolo Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socolo Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex: 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cape Rota — Linho — 2710 Siza
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lj. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____ Telef. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

Retrato de um mito

Na véspera da abertura do Congresso do PSD, Pacheco Pereira publicou no «DN» um artigo onde, procurando isentar e proteger manifestamente os governos e a política do PSD, resolveu aplicar as suas energias intelectuais na identificação e crítica de «sete pecados mortais» patentes, a seu ver, em concepções e aspectos de funcionamento do seu partido.

E assim, com alguma dureza verbal, lá vinham as referências ao clientelismo, ao dinheiro fácil, ao intriguismo praticado através da comunicação social, à ignorância e à preguiça, à inconsistência de pensamento, à pomposidade marcante de toda uma «galeria de notáveis».

Podia ter acontecido que Pacheco Pereira se tivesse limitado a fustigar estes pecados mortais como revisão crítica do passado e carta de preocupações para o futuro. Mas não foi isso que aconteceu. Através do título do artigo, ele explicou que estes eram «sete pecados mortais que impedem o «consenso»», ou seja, quis deixar bem claro que estes «pecados mortais» eram um linha de clivagem entre grupos ou correntes do PSD e impeditiva do seu entendimento.

É por isso que, olhando para quem não figura nas listas de que Pacheco Pereira fez parte e apoiou no Congresso do PSD, é legítima a indagação sobre quem seriam afinal aqueles com quem, por causa dos «sete pecados mortais», não era possível o «consenso».

Seria Cavaco Silva? Não faz sentido, porque é sempre o principal poupado e elogiado de Pacheco Pereira. Seria Fernando Nogueira? Também não, porque estava a sair de cena. Seria Luís Filipe Meneses? Também não pode ser, porque até foi também convidado por Marcelo para Vice-Presidente. Seria Santana Lopes e os seus apoiantes? Igualmente negati-

vo, porque eram demasiado poucos e com pouco peso para arcarem com tantas culpas.

Concluída negativamente esta pesquisa, uma de duas conclusões são possíveis: ou os responsáveis pelos «sete pecados mortais» estão na própria lista de Pacheco Pereira e afinal o «consenso» foi possível; ou os «pecados» afinal não eram mortais e o artigo de Pacheco Pereira foi apenas mais uma peça da construção do seu próprio mito.

Com efeito, crítico acutilante - muitas vezes por más razões, algumas vezes com razão - dos critérios, truques e tiques dominantes nos «media», Pacheco Pereira acaba por ser um seu directo beneficiário e um seu empenhado explorador.

Nada lhe é mais favorável do que este frenesim, fragmentação e superficialidade que têm horror aos nexos, aos processos e à memória e em que cada dia é apenas um dia e cada semana é apenas uma semana.

Pacheco Pereira está pois muito bem como Vice-Presidente do PSD. Tal como o seu partido ambiciona daqui para a frente, também ele do que mais gosta é que fixem a «independência» e «heterodoxia» das suas palavras diárias e semanais e esqueçam a disciplina e ortodoxia das opções e dos actos de anos a fio.

Bem vistas as coisas, ele tem estado para o PSD como o próprio PSD vai estar para o PS. Ou seja, cultivando e empolando as diferenças verbais e acessórias para esconder a cumplicidade, a responsabilidade e a sintonia nas opções de fundo.

■ Vítor Dias

O espectáculo

Repetiram-se as cenas de há um ano, no Coliseu: durante três dias, a lusa comunicação social utilizou a quase totalidade do seu espaço e do seu tempo informativos (digamos assim) na transmissão do grandioso espectáculo realizado em Santa Maria da Feira - e que foi, incontestavelmente, o mais sensacional espectáculo realizado em Portugal nos últimos 12 meses.

Deu gosto e foi consolador confirmarmos que temos uma comunicação social à maneira: adulta, pluralista, moderna, europeia, enfim.

Deu gosto e foi consolador observarmos o cuidado, a atenção, o esforço dedicados à cobertura daquele que foi o mais importante evento do fim-de-semana em todo o planeta.

Deu gosto e foi consolador vermos o zelo, o profissionalismo, a arte com que os media portugueses fizeram chegar aos nossos olhos e aos nossos ouvidos não só o inolvidável espectáculo do Europarque mas também as opiniões da crítica especializada sobre o dito.

Sempre que algo de transcendente ocorria no Europarque logo as têtes interrompiam, inexoravelmente, as suas magníficas programações e nos faziam chegar a casa, vivinha da costa, a

saltar, em primeira mão, a transcendência ocorrida. (De tal forma que, em termos noticiosos, em todo o fim-de-semana, apenas as vacas loucas lograram competir minimamente com as picardias ocorridas em Santa Maria da Feira.) E lá nos entrava em casa ou o Santana Lopes dizendo que, quanto a apresentar moção de estratégia e lista estava a pensar que sim, embora pensasse que não, visto que ganhar ou perder tudo é desporto; ora o Marcelo Rebelo de Sousa sorrindo aquele seu sorriso de cianeto e dizendo, cautelosamente desprendido, «não quero estar a medir aplausos», ora o Durão Barroso dizendo o que competia dizer a um futuro presidente do partido em cena.

Às tantas resolveram as têtes todas ouvir a crítica, ou seja e como é hábito, o PS e o PP. Ei-las, esparvoadas, cada qual tentando mostrar-se em primeiro lugar, atropelando-se, esgatanhando-se, a caminho de Santarém, a fim de cobrirem um espectáculo onde era solista o ministro Jorge Coelho que ali estava (explicaram fielmente todas as têtes) não nessa qualidade mas tão-só na de dirigente do PS. Talvez por isso o não-ministro foi sintético, limitando-se a clarificar o

evento de Santa Maria da Feira de «luta de gatos» (síntese que me trouxe de imediato à memória o ditado dos telhados de vidro e me deixou na dúvida sobre se o dirigente do PS estava a referir-se ao PSD ou ao PS ou aos dois). A seguir foram as têtes à cata de Monteiro. A cata é um maneira de dizer porque se há coisas que todas as têtes sabem sempre é onde é que, em cada momento, está o chefe do PP. Lá estava ele de facto. Não me lembro do que Monteiro disse, nem isso interessa para o caso, mas sei que é comovente o enlevo, o desvelo, o cuidado com que a comunicação social dominante acompanha, aparapica e chama populista ao chefe dos neofascistas lusitanos.

Finda a bagunçada, todos os protagonistas do Europarque, a comunicação social incluída, aparentavam grande satisfação. Exactamente como há um ano, no Coliseu. Chateado, mas chateado a valer, estava um meu vizinho e conhecido de Café, sportinguista ferrenho, que, no domingo à noite, se me lamentava «que pena o Santana Lopes não ter ganho...».

■ José Casanova

Espanha e cartão magnético

O Secretário de Estado da Segurança Social soma e segue.

Há poucos dias, segundo a comunicação social, afirmou que «os aumentos das pensões de reforma não deverão continuar a ser superiores à inflação, como tem acontecido até aqui», medida esta que se inspiraria na vizinha Espanha. E defendeu novamente o incremento dos sistemas de capitalização, desta vez com a novidade dos beneficiários da Segurança Social terem a possibilidade de dispor de um cartão magnético através do qual «podem reclamar uma parte desses créditos e transferi-los para um sistema de reforma individual» (leia-se de natureza privada).

São bem conhecidas as condições de miséria em que sobrevive a grande maioria dos pensionistas portugueses. A pensão social não excede presentemente os 20 contos por mês. Em relação ao regime geral (contributivo),

abrangente de um milhão seiscientos e cinquenta mil pensionistas (que representam mais de dois terços do total), os dados divulgados há dois dias pelo próprio MSSS relativos ao ano passado mostram que 66.6% das pensões de velhice e 70.5% das de invalidez foram inferiores a 30 contos por mês e que mais de 88% dos pensionistas dessas modalidades auferiram valores inferiores a 50 contos.

Que «consciência social», para usar uma expressão em voga nos círculos governamentais, terá inspirado o senhor Secretário de Estado? E se o exemplo é o de Espanha, porque não defende a rápida elevação das nossas prestações de protecção social tornando-as 1,6 vezes maiores?

E como pode mandar pela borda fora o compromisso verdadeiramente mínimo que consta do Programa do Governo, apresentando há menos de seis meses, segun-

do o qual será feita uma «actualização anual, por referência à taxa de inflação, das pensões dos actuais pensionistas, de modo a preservar o poder de compra e a partilhar a melhoria da situação económica do País?»

No que respeita à privatização da segurança social, importa lembrar o «modelo» que verdadeiramente empolga os boys do Banco Mundial, o do Chile de Pinochet. Que no âmbito do «plano das sete modernizações» liquidou o sistema de repartição substituindo-o por um puro sistema de capitalização que em treze anos pôs mais de 80% da população activa a descontar para fundos de pensões privados. E cujas sociedades gestoras não só assumiram um papel determinante no processo de privatizações que acompanhou a ditadura, como conduziram a um progressivo reforço de grandes grupos estrangeiros: Bankers Trust, Aetna e UAP.

É certo que entre nós não existem condições políticas e sociais para satisfazer aqueles que pretendem uma transição rápida do sistema de segurança social público para outro predominantemente privado e essa realidade está presente nas declarações do Secretário de Estado da Segurança Social quando afirma que «uma parte» dos créditos dos beneficiários da Segurança Social deve «continuar a ser gerida pelo sistema público», embora essa fracção só assegure uma parte mínima das coberturas da Segurança Social.

Quanto à ideia do «cartão magnético» para operacionalizar a transferência de parte dos créditos dos beneficiários da Segurança Social para os fundos de pensões privados constitui ela, apenas, uma concessão a esse fétiche da modernidade? Ou trata-se simplesmente de uma questão de brandos costumes?

■ Edgar Correia

PARIS

11 de Maio

No próximo dia 11 de Maio terá lugar em Paris (*L'Arche de la Défense*) um grande Comício Europeu contra o desemprego, por uma Europa dos povos, do emprego e do progresso social.

Como foi já anunciado pelo Secretário-Geral do PCP, este comício é da iniciativa e tem a participação dos partidos comunistas e outras forças de esquerda e progressistas que mantêm estreita cooperação no âmbito do Grupo da Esquerda Unitária

Europeia/Esquerda Verde Nórdica no Parlamento Europeu. Os seus mais altos dirigentes usarão da palavra perante milhares de trabalhadores franceses, mas também de trabalhadores de diferentes países da Comunidade Europeia que se deslocarão a Paris para testemunhar as suas lutas, sublinhar a identidade fundamental dos graves problemas que enfrentam, dar força ao valor da solidariedade internacional. Como sublinham os seus promotores no Apelo, trata-se de uma iniciativa aberta a todas as forças progressistas, intelectuais, democratas e todos quantos se identifiquem com os seus objectivos.

A importância e significado do Comício Europeu de Paris deve ser realçada. As conquistas e direitos sociais (e democráticos) dos trabalhadores e dos povos da Europa estão a ser sujeitos à mais violenta ofensiva do pós-guerra. Por toda a parte, em nome da santa «competitividade», governos liderados por partidos da direita ou socialistas e social-democratas empenham-se nas mesmas políticas neoliberais de privatizações, desmantelamento dos serviços públicos, rebaixamento do preço da força de trabalho. O desemprego, a pobreza, a marginalização social, não param de crescer. E o que vemos em Portugal ou mesmo na rica e poderosa Alemanha, e o espectro de uma nova recessão torna as perspectivas ainda mais sombrias.

Torna-se cada vez mais claro aos olhos de amplas massas que Maastricht é um logro colossal e que o actual rumo de «construção europeia», ditado pelas grandes potências e pelo grande capital, está em contradição com os interesses e aspirações dos trabalhadores e tem de ser radicalmente reformulado. É esse o sentido das numerosas lutas que têm tido lugar um pouco por toda a Europa e que, como na Itália (greve geral e manifestações em 1994) e em França (grandes greves e manifestações de Novembro/Dezembro de 1995) adquiriram expressão nacional e, para além de objectivos sociais imediatos, exprimem uma oposição de fundo às orientações e critérios antipopulares e antidemocráticos de Maastricht. Na Bélgica, Luxemburgo, Grécia e mesmo Alemanha (para não falar já de Portugal), frequentemente à margem e mesmo contra as burocracias sindicais reformistas e a política de colaboração de classes da CES, têm tido lugar movimentações sociais, portadoras de uma inequívoca vontade de mudança.

A questão de uma alternativa de esquerda, democrática e progressista ao actual processo de «construção europeia» dominada pelo fundamentalismo neoliberal está na ordem do dia. Ela passa necessariamente pelo desenvolvimento da luta popular e mudanças no plano político a nível de cada país. Mas passa simultaneamente pelo fortalecimento da cooperação e pela acção comum ou convergente das forças de esquerda e progressistas no plano europeu e mundial. Perante a aceleração dos processos objectivos de internacionalização, perante o reforço das estruturas de poder supranacional do grande capital (económicas, políticas, militares, ideológicas), perante a estreita cooperação das forças políticas da direita e da social-democracia, incluindo sob a forma de partidos supranacionais e de «Internacionais» - mais necessário se torna o fortalecimento da cooperação e da solidariedade internacionalista dos comunistas e outras forças de esquerda e progressistas vinculadas com os interesses dos trabalhadores e claramente demarcadas da social-democracia.

Neste sentido, o comício de 11 de Maio em Paris, reunindo em torno de objectivos concretos forças com posições diversificadas numa iniciativa internacional com carácter de massas, constitui um sinal muito promissor.

■ Albano Nunes

SEMANA



Privatização da TAP

Segundo Teixeira dos Santos, secretário de Estado do Tesouro e Finanças, «a TAP é uma empresa para privatizar» embora não esteja incluída no programa de privatizações para 1996/97 «porque não está em condições de ser alienada». E o secretário de Estado explica porquê. Há, aprovado por Bruxelas, um Plano

Estratégico de Saneamento Económico e Financeiro da empresa para vigorar no período de 1994-97, que inclui um auxílio de 180 milhões de contos por parte do Estado, a ser concedido em quatro tranches sob a forma de aumentos de capital. Duas dessas tranches (de 50 milhões de contos cada) já foram con-

cedidas e a terceira foi há dias aprovada em Bruxelas, tendo a Comissão considerado que o plano de reestruturação está a correr como o previsto, tendo a TAP recomeçado a registar lucros operacionais desde o Verão passado - um ano antes do previsto. Desta forma, explica ainda o secretário de Estado, verifica-se a

«impossibilidade de, nestes dois anos, se encerrar a hipótese da privatização».

Clarinho como água: há que esperar até 1997 que se complete a injeção de 180 milhões de contos de dinheiros públicos para que a TAP se reequilibre e comece a dar lucros e quando isso se verificar... privatiza-se.

Morreu Mário Viegas

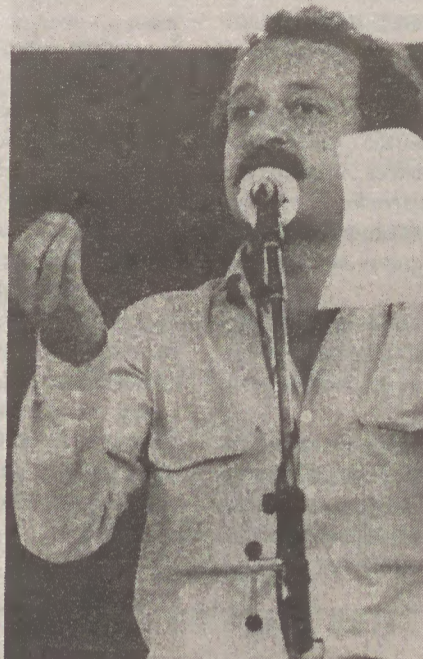
Morreu, na madrugada do passado dia 1, o actor Mário Viegas, no ano em que ia fazer 48 anos de idade, a 10 de Novembro. Grande actor de teatro e cinema, encenador e genial recitador, Mário Viegas marcou impressivamente a cultura

portuguesa ao longo de uma carreira de mais de 25 anos, desde que em 1968 se estreou numa companhia profissional - o Teatro Experimental de Cascais (TEC) -, como figurante, em *O Comissário de Polícia*, de Gervásio Lobato. A sua carreira como actor de teatro é rica e diversificada, pisando os palcos do TEC, do Teatro

Universitário do Porto (TUP), do Teatro Experimental do Porto (onde assume a direcção artística entre 1985 e 1987), tendo fundado várias companhias de teatro, nomeadamente o núcleo da Companhia Chiado (CTC). Encena, dirige e interpreta dezenas de espectáculos, onde se pode destacar as versões sobre *Os Contos de Gin-Tónico*, de Mário Henrique Leiria, *Deus os Fez, Deus os Juntou, A Birra do Morto* ou *Europa Não, Portugal Nunca!*, uma paródia sobre as candidaturas presidenciais que esteve um

ano em cena e foi dos seus últimos trabalhos no teatro.

No cinema e na televisão também marcou forte presença, no primeiro caso interpretando filmes como *O Rei das Berlengas* (onde desempenha oito



papéis), *Kilas*, *o Mau da Fita*, *Sem Sombra de Pecado*, *A Mulher do Próximo* ou *A Divina Comédia*. Na televisão ficam os seus notáveis trabalhos «As Palavras Vivas», «As Palavras Ditas» e dezenas de sketches humorísticos feitos com Sam. Deixa, gravada em disco, uma vasta obra de declamação de poesia num estilo inconfundível e inimitável.

Personalidade multifacetada e fascinante, Mário Viegas foi sobretudo e sempre um homem de cultura militante que deixa um profundo vazio no panorama artístico nacional.

O Congresso dos negócios

Realiza-se o 18º congresso do PPD/PSD em Santa Maria da Feira, durante o fim-de-semana, donde sai vencedor Marcelo Rebelo de Sousa, que é assim o novo presidente do Conselho Nacional deste partido, derrotando o seu adversário mais directo, Pedro Santana Lopes. O terceiro candidato, José Freire Antunes -

aliás o único que anunciou claramente a sua candidatura antes da realização do congresso - obteve uma votação insignificante. Este 18º Congresso foi caracterizado, mais uma vez, por uma completa ausência de debate de ideias, sem que se tenha gasto uma única palavra a discutir o conteúdo das três Moções apresenta-

das ao conclave para votação, elas próprias um amontoado de generalidades. Tudo se passou à volta de um «duelo» palavroso e inundado de ataques pessoais entre Marcelo Rebelo de Sousa e Pedro Santana Lopes, tendo por pano de fundo uma frenética feira onde a captação de apoios era o grande e exclusivo negócio.



Novo impulso na relação com África

O Presidente da República, Jorge Sampaio, afirma que está «pessoalmente apostado em dar corpo institucional» ao estreitamento de relações entre o povo português e os povos de África de expressão portuguesa, acrescentando pretender empenhar-se na «criação de um novo impulso» nessas relações.

Estas intenções foram expressas pelo Presidente da República na cerimónia de inauguração da estação RDP-África ocorrida esta semana, cuja criação louvou, considerando que as suas emissões «significam um importante contributo para o estreitamento das relações» entre Portugal e a África lusófona.

Guerrilha em Timor pede ajuda a Portugal

Numa entrevista ao programa «Timor Loro Sae», da RDP-Internacional, um dos comandantes da resistência timorense, David Alex, lança um apelo ao Governo português para que forneça apoio material à guerrilha que luta contra as forças de ocupação da Indonésia. David Alex, que coadjuva Kónis Santana na liderança da luta armada, afirmou que as

emissões de rádio a partir de Lisboa são bem captadas nas montanhas e constituem um estímulo, sublinhando que a resistência no interior do território timorense «enfrenta sérias dificuldades», pelo que apela ao Governo português para que crie uma verba que lhe seja destinada, fazendo chegar aos combatentes «roupas, medicamentos e dinheiro».

As manobras do Bóris

Prosseguindo na sua luta desesperada para recuperar nas sondagens que continuam a dar-lhe fracas hipóteses de reeleição nas eleições presidenciais de Junho próximo, o presidente russo Boris Ieltsin desencadeou esta semana uma vasta ofensiva: por um lado, ratificou a aproximação e o estreitamento de relações com três Repúblicas da antiga União Soviética (Bielorrússia, Casaquistão e Quirguízia), indiferente ao facto de ele próprio ter levantado uma tempestade num copo de água quando há algumas semanas o Parlamento russo determi-

nou a anulação, por inconstitucional, da decisão que extinguiu a URSS. A seguir virou-se para a Checénia e voltou a propor um «plano de paz» que admite um encontro entre si e o líder dos independentistas, Djokhar Dudaiev, embora sem qualquer marcação ou avanços em relação ao que já propusera há um ano e que teve como único resultado visível o agravar dramático do conflito. Finalmente virou-se para os salários em atraso na função pública e ordenou o seu desbloqueamento, medida meramente voluntarista, não enquadrada

economicamente nem explicada financeiramente, de aplicação casuística e sem qualquer garantia, tanto de concretização como de continuidade.

Segundo os organismos de sondagem na Rússia, este uso descarado do poder em benefício da sua candidatura pessoal já lhe grangeou a subida de alguns pontos percentuais nas intenções de voto, fazendo-o descolar dos 8% em Janeiro para uns actuais 18%, na primeira volta do escrutínio, o que já lhe abriria a possibilidade de passar à segunda volta.

FRASES

«Sinto-me bem ao lado do PSD profundo. Talvez por isso, desde que decidi não me recandidatar à liderança do PSD, sinto-me melhor.»

(Fernando Nogueira, no Congresso do PSD - das televisões, das rádios, dos jornais)

«O Dr. Pacheco Pereira, se quisesse, poderia ser um bom líder do partido.»

(Luís Filipe Menezes, idem)

«(Rebello de Sousa) é a pessoa com mais capacidade e o melhor militante para liderar a oposição, mostrando que é possível fazer outra política.»

(Durão Barroso, idem)

«Venho contestar esta manipulação de notáveis.»

(Manuel Frexes, idem)

«Ainda faltam algumas intervenções importantes, como a minha.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

«É bom que (Santana Lopes) seja candidato. Para ver quem apoia quem. Para ver onde estão os «barões» que, presumivelmente, estavam comigo.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

«Tocou em questões que afectam o meu carácter. E eu não sou pessoa para me ficar.»

(Pedro Santana Lopes, idem)

«Senti que o discurso não era seu. Levaram-no a fazer isso. Ontem não falou de improviso, leu tudo de princípio ao fim. Isso não é seu e eu sei de quem é. São esses que você devia desafiar a ter coragem.»

(Pedro Santana Lopes, idem)

«Pedro Santana Lopes tem um problema político-psicológico a resolver com o José Manuel Durão Barroso, mas esse não é o meu problema.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

«Eu conheço Santana Lopes há mais de 12 anos e sei que ele gosta de uma boa guerra em que seja vítima. Tinha que ser vítima deste congresso.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

«Estivemos aqui dois dias a debater ideias, a pensar em Portugal e nos portugueses.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

«De nós falámos o mínimo possível. Apenas o suficiente para saber que estamos bem na nossa pele.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

«Nós somos uma família. Podemos discutir mas depois ficamos amigos. A amizade é, entre nós, aquela força interior que nos une, que os nossos adversários não compreendem.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

«Não deixaremos de assumir as nossas responsabilidades.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, idem)

«Desde que Deus resolveu criar o mundo que nada é original.»

(Pedro Santana Lopes, idem)

TRABALHADORES

Privatização continua a ser contestada

CT da Telecom exige do ministro nova política para as telecomunicações

A menos de 48 horas da assembleia geral que iria substituir a direcção da Portugal Telecom, João Cravinho disponibilizou-se para receber a Comissão de Trabalhadores da empresa. O ministro falou pouco e ficou surpreendido quando lhe disseram que o parecer da CT devia preceder a nomeação dos novos órgãos.

O ministro do Equipamento, que se apresentou acompanhado da secretária de Estado, Leonor Coutinho, confirmou aos membros da CT a intenção governamental de levar a privatização do capital da empresa para além do limite dos 50 por cento. Esta terá sido a única declaração clara dos governantes, uma vez que, quanto aos restantes problemas levantados, se remeteram à afirmação de que a sua resolução seria um dos motivos que levaram à substituição dos anteriores administradores.

Mas, nas notícias sobre a assembleia geral de dia 29, refere-se que a única deliberação aprovada por unanimidade foi um voto de louvor à gestão de Todo-Bom, justificando a

dúvida sobre a vontade do accionista-Estado em alterar alguns dos pontos mais negros da situação da empresa.

Se isto não é escândalo...

No dossier entregue em nome da Comissão de Trabalhadores, volta-se a chamar a atenção para o verdadeiro «escândalo nacional» em que se tornou o processo de privatização da Portugal Telecom. Por um lado, verificou-se uma descarada subavaliação da empresa por um valor pouco acima dos 500 milhões de contos, quando o próprio presidente agora demitido defendeu

publicamente um valor próximo do dobro e vários consultores apontaram montantes entre 900 e 1300 milhões. Por outro lado, tanto na avaliação como na venda das acções esteve envolvido o Grupo Espírito Santo, simultaneamente comprador. E, por fim, são retirados ao património público milhões de contos de lucros anuais da empresa.

A CT considera ainda a privatização negativa para o desenvolvimento do País e uma ameaça aos direitos dos trabalhadores.

Motivos suficientes para declarar ao Governo (e aos responsáveis do atribulado Ministério por onde já passou o homem agora nomeado para dirigir a Portugal Telecom) a expectativa de que «saiba assumir as suas responsabilidades, e cumpra e faça cumprir, pelo menos, a lei de bases do sector», a qual determina que a maioria do capital deve ser público.

Propostas

Salientando que «não se tem limitado, nem se vai limitar à crítica», a CT avança propostas concretas, particularmente para «promover uma nova política para as telecomunicações», «que contribua para o desenvolvimento social, cultural e económico da sociedade portuguesa, para o desenvolvimento integral do País no respeito pelos direitos dos cidadãos, dos interesses do povo português e da soberania nacional, que tenha em conta os fenómenos de internacionalização dos processos produtivos e de globalização dos mercados».

A nova política defendida pela Comissão de Trabalhadores deverá incentivar:

- «o desenvolvimento, a modernização, a inovação e a articulação de redes e serviços»;
- «a implementação das novas tecnologias da informação, em simultâneo com programas de formação e reconversão dos trabalhadores»;

- «a regulamentação da prestação de serviços de forma independente (não sujeita aos lobbies da indústria e/ou dos operadores);

- «a garantida prestação do serviço universal de telecomunicações, em particular promovendo o acesso às camadas sociais de fracos recursos e das zonas do interior».

A maior parte da exposição entregue ao ministro na audiência de 27 de Março é dedicada a denunciar a contradição entre, por um lado, as capacidades da Portugal Telecom e as promessas dos anteriores responsáveis do sector (em particular, por ocasião da decisão de fundir na PT, em 1994, os TLP, a TDP e a então Telecom Portugal) e, por outro lado, aquilo que depois se veio a verificar.

O documento aponta os grandes problemas dos trabalhadores: direitos adquiridos que não são respeitados; uma grande instabilidade quanto ao local de trabalho e quanto à segurança no

emprego; a diminuição de efectivos (com o objectivo central de aproximar das congéneres europeias o número médio de trabalhadores por cada mil postos públicos, para assim melhorar a cotação nos mercados financeiros independentemente da situação real do País), enquanto aumenta o volume de trabalho cedido a empreiteiros e se mantêm trabalhadores subaproveitados.

É ainda chamada a atenção do ministro para a «enorme cúpula burocrática» que existe na PT e para a qual «não existe contenção de despesas»; para a política de desinvestimento que «pode ser uma bomba ao retardador»; e para a falta de medidas com vista a preparar a empresa para a liberalização do sector e a grande concorrência que se lhe seguirá. «Isto acontecerá por incapacidade de gestão ou por estratégias pessoais ou de grupos económicos» - pergunta a Comissão de Trabalhadores.



Ao saudarem a substituição do presidente da PT, os representantes dos trabalhadores recordaram os graves prejuízos da gestão cavaquista e apontaram as áreas em que é mais esperada uma mudança verdadeira



Despedida de Todo-Bom festejada por quem a exigiu

Benefício da dúvida sem hipotecar a luta

Uma concentração de dirigentes e activistas sindicais e da comissão de trabalhadores da Portugal Telecom assinalou na passada sexta-feira a saída de Luís Todo-Bom da presidência da empresa. Um folheto distribuído junto ao edifício das Picoas, onde está instalada a sede da PT, recorda que «"Todo Bom fora da Telecom" foi palavra de ordem tantas vezes entoada durante o período da maior luta alguma vez encetada no sector das telecomunicações», no início do ano passado.

Gestão ruínosa de comissário político

Para a Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, o Sintel, o STT, o SNTCT e a CT - que promoveram a iniciativa de dia 29 e encabeçaram as lutas de 1995 - «é difícil perceber por que foi necessário esperar até hoje para que tal exigência se concretizasse, quando a ruínosa gestão há muito era tão evidente, que só não a via quem não queria ver».

O presidente substituído sexta-feira por Murteira Nabo foi acusado por um dirigente sindical de ter chegado «como comissário político» do PSD à empresa, para onde levou os piores traços do cavaquismo. Nas intervenções feitas durante a concentração, tal como no documento distribuído, é apontada a «herança terrível» deixada por Todo-Bom, responsável pela «pior e mais negra gestão que o sector conheceu».

«A repressão, o medo, o desrespeito pela lei, a discriminação salarial, a retirada de direitos, a desmotivação profissional» são alguns dos aspectos referidos no comunicado, onde também são apontadas as culpas do director de Recursos Humanos, Proença Adão, que também foi demitido no dia 29.

Mas «a herança não é melhor» no que toca à qualidade de serviço, pois «nunca os clientes de telecomunicações foram tão mal servidos como com a gestão de Todo-Bom». Tal ficou a dever-se a uma «má política», apostada em reduzir o número de trabalhadores e que provocou também o encerramento de depósitos e graves faltas de material para proceder a reparações. O comunicado sublinha que «a Deco só necessitou de se preocupar com os clientes das telecomunicações no reinado de Todo-Bom» e que «a imagem da empresa junto dos clientes nunca foi tão negativa».

Esperar sem ilusões

A mudança dos corpos gerentes, concretizada sexta-feira na assembleia geral da Portugal Telecom, representa por si só um suspiro de alívio, expresso no «finalmente» do folheto e das declarações dos sindicalistas. Por isso, mais do que a resolução imediata de todos os problemas herdados, os representantes dos trabalhadores esperam da nova administração «uma postura completamente diferente».

A diferença, segundo as exigências divulgadas na concentração,

deverá fazer-se sentir, fundamentalmente, no relacionamento com o pessoal: «É necessário que as regras sejam claras e sérias, que se acabe de vez com os apadrinhamentos políticos e outros nas promoções, mudanças de carreira, atribuição de prémios, etc. É necessário que exista um Acordo de Empresa negociado seriamente com todas as ORTs, aplicável a todos os trabalhadores» - reclamam a federação, os sindicatos e a CT.

Ao apresentar as expectativas, estas estruturas referiram que «não temos muitas ilusões, o que os trabalhadores conseguirão vai depender sobretudo da sua capacidade de mobilização e luta». Reafirmando a sua disponibilidade para «um novo tipo de diálogo» e «um novo clima laboral», as organizações representativas dos trabalhadores da Portugal Telecom decidiram conceder à nova administração «o benefício da dúvida, na expectativa de que se inicie um novo ciclo de gestão». Afirmam, simultaneamente, que «não abdicaram, não abdicam, nem hipotecaram a sua capacidade e determinação na luta, se esta for o último recurso». E foram deixando um aviso: «Não tentem aplicar na PT as regras da polivalência e da flexibilidade». O repúdio da desregulamentação será sublinhado pelo pessoal das telecomunicações na jornada marcada pela CGTP para o próximo dia 11.

Uma primeira reacção da nova administração às reclamações e expectativas dos trabalhadores deveria ser conhecida ontem à tarde, numa reunião com a CT.

TRABALHADORES

PESCADORES
REÚNEM SÁBADO

A urgente aprovação do regime jurídico para o trabalho no sector da pesca, a falta de resposta aos muitos problemas colocados aos responsáveis governamentais e a falta de resposta dos armadores à proposta de revisão do contrato colectivo do arrasto costeiro são questões que vão estar em foco num plenário de pescadores do Norte. Convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte para sábado de Páscoa, por ser uma ocasião em que se encontram em terra todas as embarcações, o plenário terá lugar em Matosinhos.

Na carta aberta em que anuncia ao primeiro-ministro, ao ministro da Agricultura e Pescas e ao secretário de Estado das Pescas a convocação da reunião, a direcção do sindicato refere que «numa altura em que foi prometida pelo sr. ministro a apresentação de uma proposta do Governo, que poderia ser conjunta com outros partidos, de regulamentação das relações de trabalho para a pesca, aquando do debate de urgência realizado a 1 de Fevereiro na AR», suscita apreensão a proposta de lei sobre flexibilidade e polivalência. O sindicato receia «que o futuro regime jurídico laboral para a pesca não seja a aplicação da Lei Geral de Trabalho aos pescadores, mas sim a legalização da situação existente, aproximando os outros trabalhadores da injusta situação dos pescadores».

MÉDICOS RECUSAM
«RE-CERTIFICAÇÃO»

Declarações recentes do bastonário da Ordem, sugerindo que a formação contínua dos médicos fosse assegurada através de financiamentos da indústria farmacêutica e ficando a renovação dos títulos profissionais dependente da participação em congressos promovidos por protocolo entre a associação dos industriais de farmácia e a Ordem, foram severamente criticadas na semana passada pela Comissão Executiva da Federação Nacional dos Médicos.

A «re-certificação» periódica dos conhecimentos dos médicos a partir dos critérios sugeridos pelo bastonário «significaria a total legitimação de uma situação promíscua entre médicos e a indústria farmacêutica», justificada por «uma posição fatalista e inaceitável, segundo a qual o Estado não paga a formação contínua». A FNAME rejeita «a tentativa da Ordem dos Médicos se intrometer abusivamente na dinâmica das carreiras médicas», «concepção hegemónica há muito defendida por alguns sectores retrógrados de médicos que pretendem instrumentalizar as carreiras em benefício dos seus interesses pessoais e de grupo, de modo a subverter totalmente os concursos públicos e a dinâmica formativa das equipas médicas dos serviços públicos de saúde».

PRÉ-ESCOLAR
COM «GATOS»

Ao preenchimento de 800 vagas existentes na rede pública da Educação Pré-Escolar candidataram-se 6545 docentes, mas cerca de 20 por cento podem ter o seu tempo de serviço mal contado, o que provoca distorções na ordenação das listas e teria graves reflexos nas colocações. Por este motivo, a Fenprof exigiu ao Ministério da Educação que fossem recolhidas as listas ordenadas, que o tempo de serviço de cada candidato volte a ser contado devidamente e que, após a publicação das novas listas ordenadas, seja definido um novo período para reclamações individuais.

O problema, explica uma nota da Federação Nacional dos Professores, é que o ano escolar foi artificialmente reduzido em 1986, devendo contar apenas 335 dias. «Só que os serviços distritais (Direcções Escolares) e concelhios (Delegações Escolares) do Ministério da Educação, que funcionam de forma perfeitamente desajustada e rudimentar (as contagens são efectuadas com lápis e borracha e a informática é tabu) não procederam uniformemente» - protesta o Secretariado da Fenprof.

FRAUDE NA LUPAL

O Sindicato da Construção e Madeiras de Lisboa vai levar a tribunal os responsáveis das empresas Lupal e Soleilões, exigindo que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores despedidos ilegalmente em consequência de um processo de «descapitalização fraudulenta». O principal sócio-gerente da Lupal anunciou o despedimento de todo o pessoal da empresa, depois de uma execução fiscal movida pelas Finanças de Vila Franca de Xira, por dívidas ao fisco e à Segurança Social. O património da empresa estava avaliado em 200 mil contos, mas instalações fabris e terrenos circundantes foram vendidos em hasta pública por apenas 55 mil. Luís Manuel Almeida, ligado a Soleilões, adquiriu o imóvel e a principal linha de fabrico e montagem de mobiliário, mas recusa-se a assumir quaisquer responsabilidades quanto à manutenção dos postos de trabalho ou ao pagamento das indemnizações a que os trabalhadores têm direito - refere o sindicato, numa nota em que anuncia uma concentração do pessoal da Lupal junto a uma das lojas da Rodrigues e Rodrigues, que comercializava o mobiliário da Lupal.

FESHOT surpreendida
com secundarização do Turismo

A federação contesta as recentes alterações verificadas no Ministério da Economia, onde a Secretaria de Estado do Turismo foi integrada numa mais ampla secretaria juntamente com o comércio.

Numa nota de imprensa que divulgou sexta-feira, a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo afirma que aquelas alterações «deixaram preocupados os profissionais do sector» e considera «no mínimo surpreendente» a «notória secundarização» que se verifica. A FESHOT/CGTP-IN chama a atenção para o peso do turismo na economia nacional, onde o sector representa 8 por cento do PIB, com uma verba de 1200 milhões de contos, empregando mais de 150 mil pessoas e «com fortes possibilidades de crescimento e criação de novos empregos».

«Mais incompreensível se torna a medida governamental, quando se designou 1996 como Ano Nacional do Turismo e, no programa do Governo, se afirma que este irá fazer uma aposta forte» nesta actividade - afirma

a Direcção Nacional da federação, na nota de imprensa que distribuiu dia 29 de Março.

O documento aponta igualmente «a eventual diminuição dos meios financeiros para a promoção do produto turístico nacional, a ausência clara de linhas mestras e duma estratégia nacional para o sector, bem como a turbulenta reorganização do ICEP», como factos que «denotam desorientação política contraditória com as afirmações do Governo, os interesses reais do País e do Turismo e cujas consequências se poderão também fazer sentir por ineficácia ao nível do emprego, novos postos de trabalho e instabilidade laboral».

Declarações do novo ministro, Augusto Mateus, admitindo que a falência poderá ser a solução mais fácil para empresas do sector que, embora atravessando

dificuldades, têm viabilidade - seria o caso da Torralta - são interpretadas pela federação de sindicatos como uma alusão que «não deixa antever positivamente, podendo significar algum retrocesso nas orientações e promessas anteriormente traçadas e tornadas públicas».

Ao mesmo tempo que manifesta a sua apreensão, a FESHOT reclama do Governo que:

- «dê expressão prática à forte aposta que anunciou ir fazer para o sector»;

- «dê ao Turismo o lugar, importância e relevo que este merece»;

- «edifique e promova as políticas de Turismo adequadas, não só ao Ano Nacional do Turismo, mas às suas necessidades sempre presentes»;

- «estabeleça o diálogo institucional verdadeiro, onde os trabalhadores também tenham voz, através dos seus representantes»;

- «promova as políticas certas e adequadas à criação de novas empresas, à dignificação dos

profissionais e à estabilidade laboral»;

- «não se transforme em uma qualquer comissão liquidatária de empresas, traçando e executando estratégias de abate nas situações em que manifestamente tal seja injustificado»;

- «na discussão da Lei Hotelaria os representantes dos trabalhadores participem em plena igualdade com a representação patronal».

Também a federação patronal do sector (FIHSP) se pronunciou na semana passada contra as alterações no Ministério da Economia e solicitou ao primeiro-ministro - segundo um *press-release* enviado à nossa redacção - «que reconsidere esta nova alteração à lei orgânica do Governo, que parece à federação não salvaguardar suficientemente os meios e as estruturas necessárias ao desenvolvimento duma actividade que representa hoje centenas de milhar de postos de trabalho e muitas dezenas de milhar de empresas».

Sindicatos preparam acção de dia 11
Contra a
desregulamentação

Prossegue o trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores contra a tentativa de impor, por força de lei, a flexibilidade dos horários e a polivalência de funções. A preparação da jornada de luta da próxima quinta-feira, convocada pelo plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN, esteve em foco na reunião de dia 1 da Comissão Executiva da central.

Neste dia têm-se realizado plenários de dirigentes e activistas a vários níveis e em empresas e tem sido feita a distribuição de folhetos e outros

materiais de informação. É especialmente denunciada a falta de regras que o Governo quer generalizar, na sequência do «acordo de concertação social de curto prazo» que assinou com as confederações patronais e a UGT, e que iria conceder às empresas largas possibilidades de disporem dos trabalhadores às horas e nas funções consideradas de momento mais lucrativas.

O movimento sindical empenha-se em denunciar o facto de, a pretexto de reduzir o horário para o máximo de 40 horas

semanais, a proposta de lei do Governo permitir aos patrões que, na prática, alarguem o limite para 10 horas diárias e 50 semanais.

Com o princípio da polivalência estabelecido por lei, as empresas poderiam exigir de um trabalhador o desempenho que quaisquer funções que tenham afinidade com as normalmente desempenhadas e para as quais o trabalhador possua qualificações. Na prática - que resultaria da gravidade da lei e também da especial aptidão da generalidade do

patronato para ultrapassar os limites legais no desrespeito dos direitos dos trabalhadores - a polivalência e a flexibilidade significariam uma muito maior desregulamentação das relações laborais, provocando um desequilíbrio ainda mais injusto a favor das entidades patronais.

Para a jornada de dia 11, os sindicatos, federações sectoriais e uniões distritais estão a preparar acções de diverso tipo, desde greves e manifestações de rua, até plenários de empresa e concentrações.

CGTP reafirma empenho
na defesa da Constituição

Numa nota em que saúda a passagem dos 20 anos sobre o dia 2 de Abril de 1976, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses recorda que «sempre esteve na primeira linha dos que têm defendido a Constituição da República Portuguesa, opondo-se a todas as tentativas de revisão que colocam em causa os legítimos interesses e anseios do povo». A central afirma que «essa continuará a ser a sua postura, agora que os arautos do liberalismo e do livre arbítrio se preparam para perpetrar uma revisão mais favorável aos seus desígnios».

A promulgação da Constituição, refere a nota distribuída pelo Departamento de Informação da CGTP, «veio lançar os princípios basilares de democracia no nosso país e abrir caminho para «a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno», como diz o seu Preâmbulo». Para a central, «20 anos passados, os valores consagrados na Lei Fundamental continuam firmemente enraizados nas consciências e nos corações dos portugueses, sobretudo dos trabalhadores, que desde a primeira hora e guiados pela sua central, a Intersindical Nacional,

apoiaram o movimento libertador desencadeado pelo MFA».

«Sempre e com firmeza», a Inter «opor-se-á a todas as tentativas de impor restrições aos direitos, garantias e liberdades dos cidadãos, partam elas de onde partirem», e «muito menos aceitará qualquer revisão que se pretenda fazer violando os limites que a própria CRP estabelece».

Entendendo que «a defesa do 25 de Abril passa, não por restrições, mas pelo alargamento das potencialidades que o actual texto da CRP encerra», a CGTP sublinha que «a Constituição

que os trabalhadores defendem continuará a ser aquela que estatuí que «todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei», não permitindo por isso que ninguém seja «privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social».

«É uma Lei Fundamental assim que serve os interesses do País», conclui a nota.

Encontro de Quadros do PCP no distrito de Santarém

Reforçar o PCP para bem da região

Foi uma numerosa assistência que ocorreu, no fim da tarde de sábado, dia 30, ao grande salão do Centro de Trabalho do PCP, em Alpiarça, para ouvir Carlos Carvalhas.

O Secretário-geral do PCP falava na sessão pública de encerramento do Encontro de Quadros do PCP, do distrito de Santarém.

O Encontro, que se iniciara às 15 h com cerca de 120 participantes, tinha sido aberto por Carlos Brito que sintetizou assim os seus objectivos: «Reforço do Partido e da sua influência, fortalecimento da

ligação do Partido às populações, especialmente aos trabalhadores, revigoração do trabalho junto da juventude; começo da preparação das eleições autárquicas de 1997.»

No debate que se seguiu com

muita participação e vivacidade, intervieram camaradas com variadíssimas experiências, desde os que disseram que o faziam pela primeira vez numa reunião daquele género, até experimentados dirigentes sindicais, autarcas, membros das Concelhias e vários membros da Comissão Executiva da Direcção Regional.

Merecem uma referência especial as intervenções de vários jovens militantes, todos a manifestarem a vontade de ter uma participação maior na vida e nas estruturas do Partido.

Pouco antes da intervenção de Carlos Carvalhas foi aprovado o Apelo do Encontro, um documento que sintetiza as principais conclusões centradas nos objectivos atrás referidos.

É desse Apelo que transcrevemos algumas expressivas passagens sobre a situação do Distrito de Santarém:

« (...) Segundo balanço recente, nos últimos anos, encerraram 45 empresas, que originaram cerca de 6.000 despedimentos e 3.500 trabalhadores com salários em atraso.

Se tivémos presente os mais de 20.000 desempregados inscritos nos centros de emprego, e o agravamento constante em diversos sectores de actividade, como é exemplo o recente encerramento da FORD em Santarém e o agravamento da situação na C. Nery em Torres Novas, a COPSOR em Coruche e o Grupo Mendes Godinho em Tomar, podemos concluir da necessidade urgente que se coloca à população do Distrito em se empenhar para alterar esta política.

(...)

Na agricultura acentua-se a crise em consequência da política de direita dos sucessivos governos e dos critérios da União Económica e Monetária,



com a queda da produção, a quebra dos rendimentos dos agricultores e a descapitalização do sector com graves reflexos sociais, incluindo no desemprego, pela importância que esta actividade económica tem na Região.

Do ponto de vista político e apesar das alterações resultantes das eleições de 1 de Outubro, o PCP continua a ser uma força política, indispensável para a Região, com um deputado na Assembleia da República, a presidência de 6 câmaras municipais e 30 freguesias, sendo do ponto de vista eleito-

ral a terceira força política no distrito e a mais influente no movimento sindical.

(...)

As Comemorações do 75º aniversário no distrito marcadas por iniciativas diversificadas, como Assembleias de Organização, almoços, jantares, visitas, debates, etc., com um nível apreciável de participação, com cerca de 2.000 presenças e dezenas de adesões ao Partido, na sua maioria jovens, testemunham esta influência e as possibilidades do seu reforço. (...)

Intervenção de Carlos Carvalhas

Portugal precisa de uma nova política

Camaradas e Amigos

Neste importante e útil encontro de quadros, no qual se aprovou um Apelo, a grande preocupação que percorreu a intervenção de todos os militantes foi a de responder à questão: qual a melhor forma de contribuirmos para o desenvolvimento desta região? Isto é, como tornar melhor a vida aos trabalhadores, à juventude, às populações? Como responder aos seus problemas?

Esta é a nossa preocupação e como salientou o camarada Brito, na sua intervenção inicial, a melhor maneira de contribuirmos para a mudança é reforçarmos o nosso Partido, a sua ligação às massas e aos seus problemas. Aumentar a nossa influência social, política e eleitoral. Empenharmos esforços em relação à juventude. Melhorar o nosso trabalho autárquico, melhorar o nosso trabalho de organização e o nosso trabalho colectivo e renovar e rejuvenescer as fileiras do Partido, temperando a experiência com seiva nova, exigência reconhecida para as batalhas que temos pela frente!

(...)

Precisamos de uma política que defenda e valorize a produção nacional, que enfrente com decisão os problemas da nossa agricultura e das nossas pescas e que faça da política do emprego um eixo central das preocupações.

É necessário travar os processos destrutivos do aparelho produtivo nacional e a desindustrialização do país. E isto constitui uma prioridade imediata de natureza económica e social.

Um novo crescimento económico é necessário e é possível. Mas para isso é necessário pôr de lado a marcha forçada para a moeda única.

Ainda ninguém nos disse o que aconteceria às nossas exportações para os mercados exteriores a CE se o escudo - euro - ficasse com uma cotação muito próxima do marco.

E é preciso que se consciencialize que Maastricht e a criação de empregos é incompatível; que a substituição crescente da produção nacional pela produção estrangeira e a criação de empregos é incompatível, que as privatizações e a criação de empregos é incompatível.

É incontornável que as causas do crescente desemprego se encontram na política de destruição do aparelho produtivo, nas orientações monetaristas da União Europeia e nos critérios de convergência nominal, nas actividades especulativas e parasitárias, nas privatizações, na competitividade económica assente na intensificação da exploração e na «libertação» de mão-de-obra.

Precisamos de uma política de competitividade da economia, que não seja baseada na desvalorização da força de trabalho (moderação salarial, redução ou eliminação de direitos sociais), mas que tenha como vectores fundamentais a formação e a qualificação, a qualidade dos produtos, a criação de infra-estruturas materiais e sociais básicas, a inovação e a investigação e o desenvolvimento.

Uma nova política exige também a concretização de uma reforma global do sistema fiscal, que alivie o peso da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e sobre as pequenas e médias empresas e que tribute os rendimentos e as mais-valias do grande capital e penalize as actividades especulativas.

E exige uma política patriótica e nacional, que associe uma intervenção activa e empenhada nos processos de integração, de mundialização e de interdependência e de um combate persistente pela defesa da identidade nacional e pelos direitos e interesses do povo português.

Mas não é isso que temos visto. Pelo contrário, mantém-se no essencial a política que foi derrotada em Outubro, política que o PSD procura agora redimir em palavras.

O PSD, como alguns dos seus dirigentes têm vindo a afirmar, anda a tentar nesta semana expiar os seus pecados mortais, que para uns são sete e para outros muitos mais.

O objectivo é «vender» uma nova imagem, um novo embrulho para o conteúdo velho da sua política que os portugueses conheceram amargamente ao longo de mais de um decénio. O PSD como também se viu neste Congresso, está com muita dificuldade em se demarcar e diferenciar do PS, porque seguiria nas questões centrais a mesma política se estivesse no Governo (Europa, privatizações, política fiscal, política laboral...). E por isso vai procurar diferenciar-se nas questões superestruturais, no verbalismo abstracto e mediático tudo para encobrir as causas do desemprego, da grave situação da agricultura, das pescas e de importantes sectores da nossa indústria

Mas do que Portugal precisa não é de uma mudança de rótulos no poder, para que no essencial tudo se mantenha na mesma.

Do que Portugal precisa não é que à política de direita se siga a política de direita, com mais ou menos disfarces.

Do que Portugal precisa é de uma política de esquerda que defenda, valorize e modernize o aparelho produtivo e a produção nacionais, que promova o emprego e a melhoria do nível e da qualidade de vida das populações.

A concretização das esperanças e dos anseios dos portugueses não está em sucessivas novas maiorias para manter a velha política, num rotativismo em que só muda os que se sentam à Mesa do Orçamento.

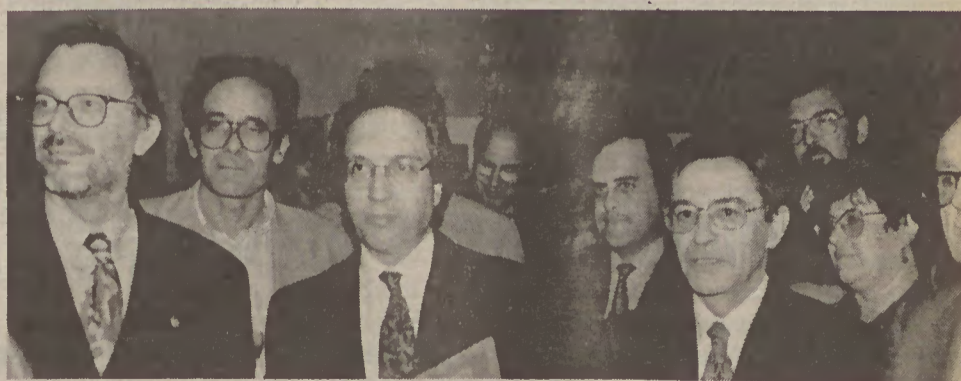
(...)



Carlos Carvalhas visita a Feira do Vinho em Alpiarça

Após o Encontro, Carlos Carvalhas e outros membros da direcção do Partido que tomaram parte nos trabalhos visitaram a VIII Feira do Vinho de Alpiarça. Foram recebidos pelo Presidente da Câmara, Rui Figueiredo, e vários membros da Comissão Executiva da Feira que prestaram uma informação detalhada sobre as características e importância do certame para a vida económica do concelho. Seguiu-se uma visita ao terreno da feira.

No pavilhão dos expositores suscitou particular interesse a exposição «Memórias de uma Cultura», constituída por antigas alfaias e artefactos e utensílios também antigos, com as respectivas designações, a evocar como se desenvolviam as actividades ligadas à cultura da vinha, incluindo a brutal exploração de quem nela trabalhava, em tempos mais recuados até há poucas décadas.



Encontro em Palmela

Carlos Carvalhas participou, sexta-feira à noite, num Encontro realizado em Palmela, que reuniu quadros da Organização Regional de Setúbal, dirigentes sindicais e autárquicos - nomeadamente presidentes da Câmara do distrito - e numerosos independentes, da área da CDU ou fora dela. O foyer do Cinema S. João encontrava-se cheio e os convidados provavam moscatel quando o Secretário-geral do PCP chegou, acompanhado de Octávio Teixeira, Presidente do Grupo Parlamentar comunista e membro da Comissão Política. A aguardá-los, Francisco Lopes, do Secretariado e da Comissão Política, responsável pela DORS, entre muitos outros camaradas da Direcção Regional. Após um momento cultural, com a interpretação de três canções de Llorca, pelo tenor João Paulo, acompanhado ao piano por Oscar Moraes, dos "Negros de Luz", a vasta sala encheu-se para a sessão, presidida por Carlos Humberto, do CC e da DORS. Carlos Carvalhas interveio sobre os aspectos mais relevantes da situação política nacional, seguindo-se um vivo e interessante debate, com numerosa participação.

Álvaro Cunhal em Viana do Castelo Um partido necessário ao Povo e ao País



Convívio na Amadora

No passado domingo, as organizações da freguesia da Mina e do sector de empresas do concelho da Amadora comemoraram o aniversário do Partido com um almoço-convívio no refeitório da Câmara Municipal da Amadora, nos Moinhos da Funcheira.

A iniciativa, que contou com a presença de mais de 200 camaradas e amigos, teve a participação de Joaquim Dias, da Comissão Concelhia e do CC, António Filipe, deputado e membro do CC, e Jerónimo de Sousa, da Comissão Política.

Também no dia 31, realizou-se um almoço-convívio, no Clube Recreativo do Bairro Janeiro, freguesia da Venteira, com a presença de 50 camaradas e a participação de Carlos Chaparro, responsável do concelho e membro do CC.

Aniversário em Toronto

Um grupo de militantes e simpatizantes do Partido organizou em Toronto, no princípio de Março, um almoço comemorativo do 75º aniversário do PCP, com a presença de cerca de 70 pessoas, na sede social da Associação Democrática Portuguesa. Durante a iniciativa, entrevistaram Miguel Figueira, responsável do Partido Comunista do Canadá e convidado de honra, e Luís Simão, do PCP, que falou sobre a importância do papel do PCP no passado e no presente.

MORTÁGUA

Um historial de luta

No jantar comemorativo do 75º aniversário do PCP, que no passado sábado se realizou em Vale de Acores, concelho de Mortágua, José Vitoriano lembrou a luta dos comunistas portugueses e afirmou a necessidade de reforçar o Partido.

A iniciativa, que juntou algumas dezenas de militantes e simpatizantes num concelho de fortes tradições antifascistas e democráticas, foi a primeira do género num período de vários anos.

Salientando a exigência de reforçar e renovar o Partido, José Vitoriano referiu a necessidade de trabalhar com a juventude e de trazer às fileiras do PCP muitos jovens que, não tendo «a experiência dos mais velhos, têm a energia e a vontade» para transformar a sociedade no sentido do progresso e do aprofundamento da democracia. Ao jantar seguiu-se um momento musical, com a actuação do artista Afonso Figueiredo, da JCP de Viseu, que interpretou canções populares.

Fim de secretaria prejudica turismo

Em nota divulgada, a Comissão de Turismo junto do Comité Central do PCP critica o desaparecimento da Secretaria de Estado do Turismo, que surge agora associada ao Comércio, fruto da recente remodelação do Ministério da Economia.

A Comissão considera que «independentemente da apreciação das personalidades que assumiram até aqui e terão doravante a tutela sobre a actividade turística», o facto mais importante é «um agravado atraso na intervenção e a clara subestimação desta actividade pelo actual Governo». Esta situação «contrasta flagrantemente com as propagandeadas intenções» do Executivo quanto à valorização do turismo como «elemento dinamizador da economia e do desenvolvimento regional», sublinha o PCP.

Neste sentido, os comunistas apontam «os atrasos que se registam na definição e execução de uma Política Nacional de Turismo, no conteúdo do anunciado Ano Nacional do Turismo, decretado pelo actual Governo, nas acções promocionais particularmente visando o mercado externo, na apresentação de uma nova Lei Hoteleira» e de um modo geral na dinamização de um sector «extremamente sensível e inegavelmente importante» para a economia do País.

Por último, a Comissão recorda as preocupações já anteriormente expressas pelo Partido nesta matéria, sublinhando designadamente a necessidade de «dar conteúdo ao Ano Nacional do Turismo, do reforço do papel e meios das Regiões de Turismo, da implementação de programas promocionais internos e externos, da disponibilização de mais meios financeiros em apoio ao sector, da reorganização da oferta de alojamento, de respostas quanto a um novo reordenamento jurídico dos vários segmentos desta actividade, bem como da criação do Conselho Nacional de Turismo».

Encerrando o ciclo das comemorações do 75º aniversário do PCP no distrito de Viana do Castelo, teve lugar no passado sábado uma conferência de Álvaro Cunhal sobre o tema «O PCP — o passado, o presente e o futuro».

A sessão, em cuja mesa estavam também presentes, entre outros, Branca de Carvalho, do Conselho Nacional e responsável pela DORVIC, e João José Vieira, membro da DORVIC, decorreu perante uma numerosa e interessada assistência nas magníficas instalações do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Álvaro Cunhal considerou que «o passado, o presente e o futuro são peças inseparáveis da vida do PCP que atingiu 75 anos», existência que, afirmou, «continuará não só por vontade dos comunistas, mas porque é necessária ao nosso povo, à democracia e ao futuro do País».

O presidente do Conselho Nacional do PCP sublinhou as duas determinantes essenciais para a formação do partido, designadamente a necessidade de defender os trabalhadores, sendo «um partido completamente independente das ameaças, dos interesses e pressões que as forças do capital exercem sobre os trabalhadores», e a «esperança de construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, tendo como génese a revolução russa de 1917».

Mais adiante, Álvaro Cunhal salientou o papel do Partido na revolução do 25 de Abril de 1974, permitindo a transição para a democracia. A partir daí, disse, «o PCP tem vindo a lutar contra a destruição das conquistas de Abril, contra a política de direita e em defesa dos direitos dos trabalhadores».

Única força organizada

Recuando no tempo, o dirigente comunista referiu-se aos partidos existentes em Portugal após a implantação da República, muitos dos quais desapareceram enquanto outros dissolveram-se porque não conseguiram resistir à repressão. Isto por volta de 1933. Desde essa data até 1973, «o PCP foi o único partido verdadeiramente organizado», sublinhou. Nessa altura «houve formações democráticas muito diversas, agrupamentos de natureza antifascista que lutaram tal como nós contra o fascismo (...) e nós, naturalmente, prestamos homenagem e reconhecemos o valor dessas intervenções muito

intensificadas de democratas que não eram comunistas, mas na verdade, durante todos estes anos, foi o PCP que lutou, organizadamente, contra a ditadura fascista».

Dirigindo a sua análise para outros domínios, Álvaro Cunhal mostrou-se preocupado com a reconstituição dos grandes grupos

protagonizaram outras fugas não menos importantes, como a que ficou célebre por se ter utilizado o carro blindado de Salazar, para retirar destacados dirigentes comunistas da prisão de Caxias.

Intervindo no início da sessão, João José Vieira, da DORVIC, falou sobre a actividade do PCP no distrito, salientando que «a região, quer no passado, quer no presente tem o registo de arreigadas tradições de luta pela consecução dos seus anseios de desenvolvimento, aspirações que os sucessivos governos têm vindo a trair».

para a região de Viana do Castelo, dando-lhe a necessária autonomia política e financeira.

Esta conferência encerrou o ciclo das comemorações do aniversário no distrito, que incluiu um vasto conjunto de iniciativas, com destaque para os jantares de militantes, realizados em 2 de Março, no CT de Viana, com a presença de António Lopes, da Comissão Política; em 9 de Março, em Vila Praia de Âncora, com Branca de Carvalho, do Conselho Nacional e responsável pela DORVIC; e, em 23 de Março, em Ponte de Lima, com a participação



Passado, presente e futuro do PCP foi o tema da conferência

económicos, com o abandono das terras, com o aumento do desemprego, da miséria e da desertificação do País.

Referindo-se à integração de Portugal na União Europeia, assinalou os perigos para uma economia atrasada como a portuguesa em aceitar uma zona de comércio livre, quando a agricultura, a indústria e o desenvolvimento geral «não estavam em condições, uma vez sem fronteiras aduaneiras, de poderem concorrer com os países mais desenvolvidos», concluindo que «a adesão à comunidade veio causar a destruição do aparelho produtivo nacional, com evidentes responsabilidades do PS e do PSD nesta matéria».

Debate animado

Seguiu-se um animado período de debate com a assistência a formular perguntas às quais Álvaro Cunhal foi respondendo. A dada altura, questionado sobre a sua própria fuga de Peniche, traçou de forma pedagógica a gesta de outros militantes que

Depois de homenagear com emoção o comunista e vianense Manuel Fiúza Júnior, torturado e assassinado pela PIDE, João Vieira enumerou algumas das principais necessidades da região, tais como a reestruturação do porto de mar, a concretização da rede de acessibilidades, os problemas com se debate a classe piscatória, que exige a construção do Portinho de Castelo de Neiva e de Vila Praia de Âncora, a melhoria da barra de Caminha e o urgente desassoreamento da barra de Viana do Castelo. João José Vieira lembrou ainda que o PCP apresentou recentemente um projecto de lei sobre a criação das regiões administrativas, cuja concretização, disse, trará inegáveis benefícios

do eurodeputado Honório Novo. Dentro do quadro das comemorações, foram também promovidas exposições sobre o PCP e sobre o 50º aniversário do termo da 2ª Grande Guerra Mundial, que estiveram patentes de 1 a 6 de Março no CT de Viana, de 8 a 15 de Março, no CT de Caminha, e de 18 a 31 do mesmo mês no CT de Ponte de Lima.

Outras iniciativas foram realizadas, caso da publicação de uma interessante edição especial de números clandestinos do «Avante!», tendo saído igualmente o primeiro número do jornal trimestral «Vida Nova» da DORVIC. Neste período, decorreu ainda a 6ª Assembleia Concelhia de Viana do Castelo, que elegeu um novo organismo de direcção.

Bragança

Governo demagógico

«Francamente negativo» foi o balanço que a regional de Bragança do PCP fez da recente visita de Guterres à região, que não passou de uma mera «operação de marketing político» com episódios que foram no mínimo caricatos.

O Primeiro-Ministro comportou-se como uma «estrela mediática», afirmam os comunistas, que o viram a passar um cheque de 10 contos para uma nova caixa do engraxador, enquanto que mais à frente desembolsava 500 escudos por uma cassette de música. Sempre em grande estilo, já em Rio Frio, dizia aos populares «peçam ao calejo, que eu dou».

Mas nem sequer a promessa de reabrir as carreiras aéreas em 1997 convenceu os transmontanos, para os quais nem mesmo viagens de borla de avião seriam capazes de solucionar os problemas de fundo da região.

De resto, também ninguém entendeu o que o Primeiro-Ministro quis dizer com a curiosa expressão de «repor Bragança no mapa», a não ser que se referisse a qualquer mapa interno ainda não homologado pelos serviços oficiais.

Bragança está no mapa há muitos séculos e o que precisa é de estruturas e projectos concretos para o seu desenvolvimento que permitam a aplicação correcta dos fundos comunitários há muito previstos, mas que o Primeiro-Ministro veio agora prometer como se fossem meios novos.

CAMARADAS FALECIDOS

Arlindo Fernandes Pereira

Faleceu, no passado dia 31 de Março, vítima de doença, **Arlindo Fernandes Pereira**, que contava 73 anos de idade. Membro do Partido desde 1974, estava organizado na célula da JAPS e na Freguesia de S. Julião

Celestino Pancadares Castanheira

Faleceu, na passada semana, com 79 anos de idade, **Celestino Pancadares Castanheira**, de Alverca do Ribatejo, onde era muito estimado. Foi durante vários anos responsável pelo Centro do PCP.

Isaura Correia Barros

Faleceu, no passado dia 22 de Março, com 73 anos de idade, **Isaura Correia Barros**, militante do partido desde 1974. Era membro da Comissão de Freguesia dos Olivais, onde foi fundadora da Associação local de Reformados e Pensionistas e Idosos. Perceceu a diversas associações e comissões de reformados ligadas à Inter-Reformados e ao MURPI - Confederação Nacional, cuja direcção chegou a integrar.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

VISEU

CM destrói propaganda

Quando no dia seguinte às eleições de Outubro uma equipa de militantes comunistas se preparava para remover vários painéis de propaganda para campanha eleitoral da legislativas, nas ruas de Viseu, verificou com espanto que o suportes tinham desaparecido. Mais tarde, soube-se que todo o material se encontrava completamente destruído nos depósitos da Câmara, depois da CMV os terem arrancado de foram inadequada, facto que foi reconhecido pelos próprios serviços.

Iniciou-se então um processo de negociação com os serviços camarários no sentido de, pelo diálogo, resolver os danos causados. Depois de se ter revelado inviável a reparação, o PCP exigiu que a edilidade repusesse idêntico material.

Mais de cinco meses decorreram até que, em carta, o vereador responsável, Américo Nunes, veio «tirar a chuva do capote», dizendo que os painéis se encontravam «solidamente chumbados ao solo» e que por isso não suportaram os trabalhos de remoção. Isto no que se refere aos mini-red, já que os painéis de contraplacado, que os próprios serviços municipalizados reconheceram tratar-se de painéis novos, o referido vereador afirma que a deterioração observada se deveu à «acção da chuva sol e outros agentes atmosféricos».

Para a DORV do PCP não restam dúvidas. A intenção da Câmara foi de destruir os materiais de propaganda do Partido, o que logo se adivinhou pelo facto de os serviços da CMV não terem demonstrado o mesmo zelo em relação a suportes de outros partidos. Esses ficaram onde estavam, tendo servido para a colocação dos cartazes da campanha das presidenciais que se seguiu.

Os comunistas de Viseu tencionam agora processar judicialmente a Câmara, para que mais esta a «atitude discriminatória e atentatória dos direitos patrimoniais e democráticos por parte da CMV» tenha a resposta merecida.

BRAGA

Bomba encerra

A decisão do Tribunal Judicial de Braga de encerrar o posto abastecedor de combustíveis de Real é considerada pela Comissão Concelhia do PCP como uma importante vitória da população que sempre esteve contra a construção da bomba junto de estabelecimentos escolares.

Em seu apoio intervieram os deputados do PCP na AR e os eleitos da CDU na Assembleia Municipal e em algumas assembleias de freguesia, recorda a concelhia notando que esta decisão judicial representa uma «séria derrota da Junta de Freguesia de Real, da Câmara e da maioria socialista na Assembleia Municipal, que não deram ouvidos aos protestos populares, negaram a existência de perigos e recusaram todas as propostas apresentadas. Invocando uma pretenção irreversibilidade e legalidade do processo, fecharam os olhos à realidade, defenderam com unhas e dentes, mas sem razão, os interesses do negócio acima dos interesses da população». Os comunistas pretendem continuar a luta até que o posto abastecedor seja definitivamente retirado do local.

CASTELO BRANCO

Exposição percorre distrito

Uma exposição alusiva ao 75º aniversário do PCP estará patente no Instituto da Juventude de Castelo Branco a partir do próximo dia 12. Nesse dia, a estrutura local do PCP promove uma visita guiada explicativa dos painéis e vitrinas expostos, que terminará com um Porto de Honra oferecido aos representantes das várias organizações e entidades da cidade.

A exposição seguirá no dia 14 para Alcains, onde é apresentada à população no antigo solar D. Teresinha, no largo de Stº António. Também aqui tem lugar um Porto de Honra após a visita inaugural em que participam estruturas e entidades locais.

O PCP dirigiu convites às escolas da cidade de Castelo Branco e da Vila de Alcains, em particular aos professores de História, para que possam promover visitas com alunos, aproveitando deste modo para fins didácticos o material exposto que fala do único partido que resistiu à ditadura fascista, sendo assim sem dúvida parte integrante da História contemporânea do nosso país.

VILA REAL

OE restritivo

Em nota divulgada, a regional de Vila Real entende que o Orçamento de Estado é «manifestamente insuficiente e restritivo, não resolvendo os intrincados problemas com que se debate hoje a agricultura» e reafirma como «muito prejudicial» para o distrito a criação do imposto especial sobre as bebidas espirituosas (vinho do Porto e Moscatel), que terá consequências inevitáveis no aumento do imposto do álcool.

No comunicado, a DORVIC expressa a sua solidariedade com os produtores de batata, que enfrentam grandes dificuldades no escoamento, considerando «graves» a perda de quotas de produção dos ovinos, caprinos e leite.

III Assembleia da Organização Regional de Lisboa

Dar mais força ao PCP

No próximo dia 13 de Abril, realiza-se, no Coliseu dos Recreios, a III Assembleia da ORL. Definir linhas de acção, aprovar metas de trabalho realistas e exequíveis, dar mais força ao PCP para uma política de esquerda ligada à vida e às necessidades do País, são alguns dos objectivos que os comunistas de Lisboa se propõem.

A Assembleia contará com mais de 800 delegados e os seus trabalhos, agendados para as 9.30h, serão acompanhados por largas centenas de convidados - militantes do Partido e personalidades do campo democrático. Depois de um balanço final a cargo de José Casanova, da Comissão Política, a Assembleia encerra, às 18.00h, com uma intervenção do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Em conversa com Helena Medina e Carlos Grilo, membros do Comité Central e da DORL, quisemos saber como vão os trabalhos preparatórios da Assembleia.

Rigor no debate

Disse-nos Helena Medina que a realização desta Assembleia, que decorre do cumprimento de normas estatutárias e do funcionamento democrático do Partido, visa, para além da prestação normal de contas da actividade realizada, a eleição de uma nova direcção e a elaboração das linhas fundamentais de acção com vista ao reforço da influência do PCP na região.

«Determinar com rigor as direcções políticas fundamentais e, de acordo com a realidade actual e grau de importância, concentrar aí esforços e quadros, não perdendo de vista a influência e o reforço da ligação do Partido às massas, são preocupações que percorrem o conjunto dos trabalhos preparatórios e os documentos em discussão», assegura Helena Medina.

Carlos Grilo informa-nos, por seu lado, que o debate está a ser feito em todas as organizações do distrito, e que na Assembleia será apresentado aos delegados o Projecto de Resolução resultante desta discussão e um pequeno volume com a caracterização demográfica do distrito, sua estrutura produtiva, desenvolvimento económico e índices sociais.

Alterações exigem mudanças

Face a eventuais alterações na estrutura orgânica da ORL, Helena Medina e Carlos Grilo foram unânimes em considerar que «as estruturas que se têm revelado úteis serão mantidas», caso da Comissão para a Acção junto dos Trabalhadores, a quem compete analisar em pormenor o trabalho do Partido nas empresas. Entretanto, a destruição do aparelho produtivo e as altera-

ções daí resultantes para a organização e o trabalho do Partido, exigem medidas diversificadas de acolho para acolho.

O aumento significativo de reformados verificado desde a última assembleia - cerca 600 mil neste

lho ideológico do Partido, designadamente através da maior discussão política dos problemas dos trabalhadores e das populações; contribuição dos militantes na definição da orientação política; reactivação do chamado «ponto político»; divulgação e leitura da imprensa do Partido.

E, a propósito da intervenção dos comunistas junto das populações, lembrou as eleições autárquicas de 97 que os comunistas de Lisboa já estão a preparar.

tenção do espírito de classe da CGTP, mereceram a Carlos Grilo especial ênfase. E acrescenta ainda: o aparecimento de novos pólos de concentração de trabalhadores em Lisboa não irá fazer-nos descurar os antigos e tradicionais, designadamente o de serviços, sector extremamente importante do ponto de vista económico e social, cuja intervenção orgânica é positivamente avaliada.

Também o entusiasmo de Helena Medina, para quem o



Helena Medina e Carlos Grilo falam com o «Avante!» sobre a preparação da Assembleia da ORL

momento - foi um dado que levou, por exemplo, a DORL a acrescentar os reformados às quatro prioridades de trabalho então definidas: acção junto dos trabalhadores, das populações, da juventude e dos intelectuais.

Os desempregados, cujo número não parou de crescer e se tem alterado qualitativamente com uma «onda» de jovens licenciados, é outra camada a merecer atenção do Partido em Lisboa.

A redução do aparelho produtivo no eixo Marvila/Sacavém/Vila Franca de Xira e a sua concentração no eixo Oeiras/Sintra, é exemplar no que se refere à exigência de novas respostas, novas formas de organização e de ligação do Partido aos trabalhadores.

Reforçar o trabalho ideológico

Carlos Grilo falou-nos da necessidade do reforço do traba-

Aqui, Helena Medina, sublinhando as quatro linhas em torno das quais se desenvolve o trabalho do Partido junto das populações - intervenção própria e nas autarquias, nos movimentos associativos e nas lutas das populações -, considera que apesar da dinâmica e desenvolvimento próprios de cada uma destas vertentes a coordenação do Partido é imprescindível.

Duas prioridades 'prioritárias'

Nas entrelinhas desta conversa informal, detectámos que entre as cinco linhas prioritárias de intervenção umas são mais prioritárias que outras.

A necessidade da intervenção e da afirmação do Partido junto dos trabalhadores, com as suas propostas e mensagens próprias, o contributo dos comunistas para o reforço do movimento sindical unitário e para a manu-

rejuvenescimento do Partido é uma preocupação fundamental, cresce quando fala da juventude. A maioria dos trabalhadores bancários, de hotelaria, do comércio e até da actividade produtiva tem menos de 35 anos, disse-nos. Com a democratização do ensino, aumenta o peso de jovens nas camadas intelectuais. Os problemas que os jovens têm, quer a nível de emprego quer de desadequação de funções em relação aos seus cursos ou de instabilidade em relação à própria profissão, exigem da parte do Partido uma resposta superior àquela que se está a dar.

A terminar, estes dois dirigentes da ORL afirmam que é possível assegurar o efectivo rejuvenescimento do Partido se, aproveitando as condições objectivas que existem, se aliar o recrutamento de jovens à sua rápida e efectiva responsabilização.

RTP ignora pluralismo

Exigindo que a RTP defina critérios respeitadores do quadro político-partidário existente, o gabinete de imprensa do PCP enviou um protesto ao director de programas, em que aponta a «lamentável atitude de desinteresse e discriminação» da televisão pública face a iniciativas do Partido.

A missiva aponta nomeadamente para a ausência de qualquer notícia sobre a conferência de imprensa do PCP, realizada dia 26 de Março, a propósito das conferências intergovernamentais para a revisão do Tratado de Maastricht, considerando que, contrariamente

a outros partidos, foram assim escamoteadas as posições e propostas do PCP sobre esta matéria.

O Gabinete de Imprensa observa que foram ainda ignoradas pela estação da 5 de Outubro, as presenças do secretário-geral do PCP em iniciativas em Aljustrel e Ferreira do Alentejo, no passado dia 10 e em 21 de Março, na visita à Ovibeja. Por fim, refere que também não foi noticiado o encontro entre o Presidente da República e uma delegação do PCP, dirigida pelo secretário-geral.

Seminário nacional do PCP

Serviço Nacional de Saúde

A necessidade de mudança

A defesa do Serviço Nacional de Saúde e a necessidade de uma reforma democrática, na perspectiva de um regresso "à filosofia e à inspiração democrática e humanista inicial", foi tema central do seminário promovido pela Comissão Nacional para as Questões de Saúde do PCP, sábado passado, no Teatro Taborda, em Lisboa.

O encontro, que reuniu algumas dezenas de pessoas, em particular médicos e outros técnicos de saúde, desdobrou-se em três painéis - Financiamento, direcção e gestão do Serviço Nacional de Saúde (SNS); Os Utentes e o SNS; O medicamento - de que foram moderadores Silva Santos, Orlando Leitão e Durão

de Carvalho, membros da Comissão Nacional para as Questões de Saúde do PCP.

No participado debate que se gerou no Teatro Taborda - e de que aqui necessariamente nos limitamos a aflorar alguns aspectos - multiplicaram-se as críticas ao actual modelo neoliberal, conducente a uma des-

responsabilização do Estado, quer seja através de diversas modalidades de privatização das unidades prestadoras de serviços de cuidados de saúde, quer através do pagamento da prestação dos cuidados de saúde, ou ainda da tentativa de generalização dos seguros.

Um modelo que tende a transformar o SNS num "alvo de interesses do capital", fonte de negócios para um complexo industrial que aposta numa "inflação de medicamentos e tecnologias", num sector em que simultaneamente se fala da necessidade de redução de custos.

Esta uma das contradições do modelo economicista e desumanizante que se pretende vulgarizar. Contradição a que outras se somam, e estão implícitas no próprio argumento invocado para a desresponsabilização do Estado - a relativa redução da população activa, escamoteando-se o facto de entretanto ser gerada "muito mais riqueza passível de ser tributada". A que haverá que acrescentar - no caso específico da realidade portuguesa - "a inexistência de um tecido social que dê para suportar serviços privados".



Uma ampla participação marcou os trabalhos do encontro

A necessidade de mudança - para que o processo de regionalização tende a criar condições potencialmente favoráveis - foi igualmente objecto de múltiplas intervenções. Mudança que antes do mais passa pela democratização, pela intervenção dos utentes, pelo assumir dos Centros de Saúde como "autarquias para a saúde". E que envolve

uma nova forma de gestão, com a participação de técnicos e profissionais de saúde, a desgovernamentalização do sistema, e a emergência de um novo poder - o das comunidades, das populações, um movimento *de baixo para cima*.

Para provocar mudanças, a participação é a base indispensável e a informação "um pri-

meiro nível de participação". Trata-se de "enquanto cidadãos, reclamar, enquanto profissionais, auscultar e, finalmente, concentrar forças, em particular na valorização dos cuidados primários de saúde". Na perspectiva de responder a uma exigência básica dos utentes do SNS - "*que me tratem como pessoa*".



Mesa de um dos painéis do Seminário

Um novo modelo de gestão

"A lei vigente de gestão hospitalar constitui, porventura, o documento mais ilustrativo da política neoliberal que enformou a ofensiva contra o Serviço Nacional de Saúde na época dos governos do PSD" - afirma-se em documento do PCP, divulgado no seminário. "Contra ela reclamaram os profissionais de saúde a reposição da democracia na vida hospitalar, defendendo ao mesmo tempo a qualidade técnico-científica dos cuidados de saúde. Dos seus efeitos ressentiram-se os utentes, sofrendo a degradação das condições de prestação dos cuidados de saúde, a quebra das regras de segurança na actividade do SNS e, acabando mesmo, por ser vítimas de acidentes graves como no caso da Hemodiálise do Hospital de Évora".

Neste quadro, e face à decisão do Ministério da Saúde, que se limitou a "propor uma alteração pontual ao decreto regulamentar da gestão hospitalar", a Comissão Nacional para as Questões de Saúde do PCP aponta, em alternativa, "as linhas gerais de um novo modelo para a direcção e gestão dos serviços de saúde",

que deverá contemplar, como características fundamentais:

* A desgovernamentalização e autonomia democrática dos Serviços de Saúde do SNS, com responsabilização financeira e a progressiva substituição do comando burocrático e administrativo da tutela, por mecanismos de fiscalização da execução dos planos de trabalho e de controlo económico;

* A desgovernamentalização do financiamento do SNS, através da aprovação de uma lei do financiamento da saúde, garante indispensável da autonomia dos serviços, de forma a que lhes seja permitido prever as suas receitas a médio prazo, o que implica que os financiamentos não estejam sujeitos ao arbítrio ou à frequente oscilação dos critérios da tutela;

* Superação do tradicional divórcio entre Serviços de Saúde e os utentes, com o envolvimento do poder político democrático a nível regional e municipal, e com a acrescida participação social, designadamente dos utentes".

Edgar Correia denuncia situação do Hospital Amadora-Sintra

No encerramento do Seminário, Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, proferiu uma intervenção, centrada na situação do Hospital Amadora-Sintra, de que aqui reproduzimos alguns extractos.

Não basta que o Ministério da Saúde se limite a anunciar uma "comissão de acompanhamento" do Hospital Amadora-Sintra quando, a dois dias da data estabelecida para a abertura da Urgência Geral e para o início dos Cuidados Médicos Domiciliários, essa importante unidade de saúde se apresenta com cerca de metade apenas dos 1654 profissionais previstos no contrato (dos quais cerca de mil deve ser pessoal médico, de enfermagem e técnico) e é público que a sociedade gestora privada está a incumprir gravemente as suas obrigações à população abrangida.

Para além das medidas que protegem os utentes que necessitam de recorrer à Urgência do Hospital Amadora-Sintra, impõe-se que o Ministério da Saúde assumisse claramente a defesa do interesse público.

(...) A privatização da gestão do Hospital Amadora-Sintra pelo anterior governo do PSD constituiu, desde a primeira hora, um escândalo de enormes proporções que o PCP, fundamentalmente, denunciou.

Sumariando os factos:

Um - o gritante facto da construção e do equipamento desta importante unidade hospitalar, destinada a servir meio milhão de habitantes, e que exigiu um vultuoso investimento público de cerca de 20 milhões de contos no período de 1987/95, não ter levado à inclusão, nas condições do concurso de privatização da sua gestão, o pagamento de qualquer contrapartida para o Estado pela exploração lucrativa de instalações e de equipamento de tal valor.

Dois - o facto do Estado ter-se obrigado a pagar à sociedade gestora privada 7,3 milhões de contos por ano, actualizáveis, quando a gestão pública desta unidade de saúde poderia ser assegurada por um valor inferior; e o facto de todas as vultuosas receitas resultantes das "taxas moderadoras" pagas pelos utentes do SNS constituírem benefício directo e adicional, de

duvidosa legalidade, da sociedade gestora (cláusula 12ª do contrato).

Três - a possibilidade concedida à entidade privada de contratar pessoal altamente qualificado nas unidades do Serviço Nacional de Saúde (médicos, enfermeiros, técnicos, administrativos e outros), com a garantia da manutenção do vínculo desse pessoal à Administração Pública, onde poderá regressar se (e quando) for do exclusivo interesse da sociedade gestora privada.

Quatro - o continuado protelamento da entrada em serviço do Hospital e do seu serviço de urgência (cuja abertura chegou a estar anunciada para um ano antes) apenas para permitir a privatização da sua gestão e o calendário instalador que lhe era mais favorável.

Quinto - o facto do afã privatizador do último governo do PSD ter chegado ao ponto da viciação do programa do respectivo concurso (constante da Portaria nº 704/94), ao admitir uma modalidade de remuneração pelo Estado das prestações de saúde realizadas pelas entidades privadas que é mais favorável a estas e que não está sequer legalmente prevista no Decreto-Lei nº 11/93 (Estatuto do SNS) ao abrigo do qual foi feita a concessão da gestão.

Sexto - o facto, ainda, do contrato firmado com a sociedade privada gestora do Hospital Amadora-Sintra desproteger gravemente os interesses do Estado e dos utentes, e de ter sido assinado à pressa logo após as eleições legislativas, antecipando-se à tomada de posse da nova responsável pelo Ministério da Saúde.

Sétimo - e o facto, que neste contexto não chega sequer a surpreender, de surgirem indícios de corrupção em serviços do Ministério da Saúde no processo de concessão da gestão privada ao consórcio liderado pelo Grupo Império-Mello e que, conforme veio recentemente a público, a Polícia Judiciária está a investigar.

Não justificaria isto tudo que o Ministério da Saúde promovesse a anulação do contrato e a investigação de irregularidades? Em nossa opinião, sem dúvida que sim.

PCP

Ciclo de conversas no Vitória

As fugas

e a vida clandestina



De 1926 a 1974 o regime fez 50 mil presos políticos. Desses, 83 foram assassinados, muitos torturados até à morte, outros abatidos na rua barbaramente. 57 evadiram-se. No total, foram cerca de 25 mil anos de prisão.

Estes são os números, mas no espaço cultural do Vitória, em Lisboa, falou-se da experiência, das histórias e da coragem que animaram os comunistas durante os tempos de clandestinidade e de prisão. Na sexta-feira, em mais uma sessão do ciclo de conversas com «Quem fez e faz a história do PCP», mais de uma centena de pessoas escutou e conversou com António Dias Lourenço, Jaime Serra, Joaquim Gomes e Maria Adelaide Aboim Inglês.

As fugas, umas mais simples, outras mais elaboradas, naturalmente que foram faladas. «Não eramos nenhuns super-homens»

- afirmou Dias Lourenço - «o que nos movia era o facto de que cá fora é que se decidia.» Animados pela grande solidariedade e confiança do povo, levaram a cabo inúmeros combates com muita iniciativa, coragem, convicção e sorte. «O povo não estava alheado e defendia-nos. A sua ajuda era essencial em muitos casos», sublinhou Joaquim Gomes. Contudo, «por cada fuga eficaz, duas ou três saíam furadas e cada insucesso pagava-se caro», lembra Jaime Serra, que, das três vezes que foi preso, sempre fugiu.

Na prisão, a vida era organizada de tal forma que às vezes não tinham tempo para tudo o que pretendiam fazer. «Educávamo-nos, aprendíamos com os outros e ajudávamos os que podiam beneficiar com a nossa ajuda», disse Jaime Serra, referindo-se às actividades internas,

nomeadamente à alfabetização dos outros presos.

As instalações clandestinas, que constituíam barreiras contra a PIDE, eram mantidas graças ao empenho, vigilância e imaginação diária das mulheres comunistas. De tal falou Maria Adelaide Aboim Inglês: «Com coragem e com o coração apertado, sem a família e os amigos, admitíamos muitas hipóteses em relação ao futuro.» As reuniões na sua casa eram ansiosamente esperadas, porque apenas nessas alturas se podia conversar, conviver, manter as ligações ao Partido.

As crianças inseridas na vida clandestina ou semiclandestina foi uma das questões levantadas pela audiência, a que Adelaide Aboim Inglês respondeu falando das dificuldades da educação e de manter secretas as iniciativas clandestinas.

7ª Assembleia de Braga Reforçar o Partido é linha essencial

Realizada na passada sexta-feira, a 7ª Assembleia de Braga aprovou um plano de actividades que aponta duas as tarefas centrais para reforçar o Partido no concelho: prosseguir e reactivar o contacto com os membros do Partido e dinamizar os organismos de base local e realizar reuniões gerais ou assembleias de organizações de freguesia, agrupamento de freguesias, ou de sector, de acordo com as condições específicas de cada uma.

Neste sentido, os militantes bracarense vão empenhar-se na multiplicação de contactos com os membros inscritos do Partido, no recrutamento de novos militantes e promoção de quadros. Ainda nesta frente é sublinhada a necessidade de consti-

tuir novos organismos, criar e reforçar as estruturas de trabalhadores nas empresas e sectores, aumentar o número de militantes com quotas em dia e valor actualizado, melhorar o trabalho financeiro do partido, promover a venda e assinatura do «Avante!», bem como elevar o nível político e ideológico dos militantes.

Por outro lado, a Assembleia pronunciou-se pela dinamização da intervenção local e do trabalho autárquico, o que passa pelo reforço da Comissão para acompanhamento das questões locais e pela intervenção dos comunistas e eleitos autárquicos da CDU no movimento associativo e popular.

Atribuindo grande importância ao reforço do trabalho com a

juventude, que foi objecto de uma resolução específica, a Assembleia decidiu dar maior atenção à sua presença na Festa do «Avante!», onde este ano conta poder ter um espaço próprio dentro do stand da DOR-Braga.

Durante os trabalhos, que encerraram com a intervenção de Henrique de Sousa, membro do secretariado do PCP, foram aprovadas mais duas resoluções, uma sobre o trabalho dos comunistas nas autarquias e outra sobre o reforço do Partido, através do recrutamento e elevação do nível político dos militantes. No final procedeu-se à eleição da nova Comissão Concelhia composta agora por 23 membros.



Grande almoço em Vila Franca

Mais de 600 militantes e simpatizantes comunistas participaram no passado domingo num almoço comemorativo do 75º aniversário do PCP, no lugar de Á-dos-Loucos, no concelho de Vila Franca.

A iniciativa contou com a presença de Carlos Carvalhas, que fez uma intervenção muito aplaudida pela assistência.

O almoço decorreu num ambiente de alegria e convívio fraterno, não faltando a animação de um grupo de música portuguesa que ali trouxe vários temas populares.

NACIONAL

Setúbal

Forum Regional

A aposta no desenvolvimento

O II Forum Regional de Setúbal reuniu, nos dias 29 e 30 de Março, no Seixal, cerca de 200 participantes e 100 entidades, envolvendo autarcas, empresários, sindicalistas, cooperativistas, agentes sociais e culturais e alguns representantes regionais da Administração Central, no debate exaustivo dos problemas da região e soluções possíveis para os ultrapassar.

O Forum debateu, nomeadamente, um Manifesto para o Desenvolvimento, igualmente apresentado à opinião pública da região, e que reivindica como principal medida a curto prazo a implementação urgente de um Programa operacional integrado.

No Manifesto sintetiza-se a realidade actual do distrito de Setúbal, que ocupa de «há muito o 3º lugar em importância demográfica e económica» e passou entretanto a ser «uma região com sectores fundamentais em declínio».

Um processo precipitado pelos «fortes abalos, desde a queda em crise de sectores estruturantes da economia regional: construção e reparação naval, metalomecânica pesada, siderurgia, montagem automóvel, química, bem como das indústrias tradicionais da cortiça, pescas e con-

servas», e que, apesar das potencialidades existentes e dos esforços desenvolvidos pelo poder local, conduziu a níveis inoportáveis de desemprego.

A taxa actual de desemprego é de 17,5%, com mais de 55.500 desempregados em todo o distrito. Um «desemprego que se tornou estrutural, a um nível socialmente inoportável e que já é superior aos níveis dos piores momentos da grande crise de 1984/85».

«Provocar e forçar o desenvolvimento» tornou-se assim uma necessidade urgente, tanto mais que no actual quadro macro-económico, «sob as condicionantes dos critérios de Maastricht, com a adopção de políticas restritivas, acentuar-se-á a tendência de crescimento do desemprego que decorre directamente da desestruturacão do aparelho produtivo».

Para forçar o desenvolvimento, as organizações promotoras consideram indispensável «o estabelecimento de orientações que defendam e desenvolvam o aparelho produtivo nacional» - qualidade de métodos de gestão, condições de financiamento e crédito, infra-estruturas de apoio, qualificação dos trabalhadores e motivação.

Impõe-se ainda - afirma-se no Manifesto - um maior protagonismo de todos os agentes económicos e sociais, e a criação dos mecanismos adequados a essa acção, nomeadamente «a implementação do processo de regionalização».

Neste quadro, as organizações promotoras deste Forum manifestam «a sua determinação e vontade de trabalhar pelo Desenvolvimento Regional de Setúbal, nas suas diversas componentes (o emprego, a saúde, a educação, o desporto, a cultura, a habitação, o urbanismo, o ambiente, os transportes, as comunicações, a segurança), exigindo, sem demoras, a resposta institucional que se impõe a que passa, nomeadamente, pela implementação urgente de um Programa operacional integrado».



Encontro da CDU de Setúbal

Encontro da CDU Por uma gestão competente e participada

O Encontro Concelhio de Setúbal da CDU reuniu domingo passado, em Albergaria Laitau, cerca de uma centena de pessoas, em defesa de uma *gestão competente, participada e transparente*.

O papel da CDU no Concelho - «aliando uma qualificada intervenção nos órgãos autárquicos e nos debates públicos à total identificação com as aspirações e defesa dos direitos dos cidadãos, manifestando permanente solidariedade activa, dinamizando o protesto e apelando à participação popular e à unidade na acção» - foi particularmente destacado por Valdemar Santos, responsável da DORS, na intervenção de abertura.

Na resolução aprovada no Encontro ressalta uma generalizada crítica à política do PS, e ao agravamento dos efeitos dessa política no concelho de Setúbal, por uma política municipal que a CDU tem nomeadamente caracterizado como incompetente.

Sublinha-se, em particular, a desastrosa situação financeira, que «não resultou de qualquer

desenvolvimento visível do concelho», assistindo-se, pelo contrário, «à degradação do património histórico e cultural, a uma desregrada gestão urbanística, à paralisação de empreendimentos para a habitação, à deterioração do parque de máquinas, à deficiente prestação de serviços aos munícipes».

Neste quadro destaca-se «a vitalidade do movimento de opinião pública» como um dos «elementos políticos mais pertinentes que marcam, nos últimos meses, a vida do concelho, e constituem a base para o desenvolvimento da democracia participativa que a CDU defende e protagoniza».

O Encontro Concelhio da CDU afirma a sua confiança em que «é possível construir a mudança e a alternativa», e decide: criar grupos de trabalho para aprofundar a realidade da autarquia; promover o debate público com todos os interessados na mudança; intensificar contactos com vista à recolha de opiniões e sugestões para um Projecto de Desenvolvimento do Concelho de Setúbal.

NACIONAL

Em diálogo com os Açorianos

No âmbito das iniciativas "Em diálogo com os Açorianos", a CDU/Açores promoveu um conjunto de contactos, reuniões e sessões públicas com o sector da lavoura regional.

Nesta ronda de contactos e debates a CDU/Açores verificou que os problemas se estão a acumular e que se torna indispensável uma nova orientação que permita promover e defender a agro-pecuária açoriana, no quadro da defesa da agricultura portuguesa.

De entre as múltiplas necessidades e questões em causa, a CDU/Açores refere, nomeadamente, a modernização e racionalização das explorações; a instalação de água, energia e construção de caminhos; indemnizações compensatórias; o lançamento de um programa integrado de classificação, garantia e promoção da carne açoriana; apoio ao sector cooperativo de lacticínios; reconversão da vinha e valorização dos produtos vínicos; aprofundar a intervenção e papel das Associações.

Trabalhadores portugueses contra discriminações na Suíça

A Conferência nacional dos trabalhadores estrangeiros do Sindicato Indústria e Construção (SIB), reunida dia 30 de Março em Zurique, exprimiu a sua preocupação pelas consequências da crise para os trabalhadores estrangeiros. Actualmente, o número de desempregados estrangeiros é mais do dobro em relação aos suíços.

Face a esta situação, o SIB reivindica: tratamento igual para trabalhadores estrangeiros no desemprego; cursos de línguas, para facilitar a integração; cursos de formação e capacitação profissional; programas ocupacionais para trabalhadores estrangeiros no desemprego e jornadas informativas, para combater o isolamento dos desempregados.

Frente Anti-Racista pela regularização dos imigrantes

A Frente Anti-Racista manifestou a sua satisfação pela aprovação, na generalidade, das propostas de lei sobre a regularização dos imigrantes e apela aos grupos parlamentares para que, em diálogo com as associações, a proposta final a ser aprovada em plenário contemple algumas propostas e sugestões que visam garantir o êxito deste processo, nomeadamente: ampla divulgação do processo; descentralização dos locais de recepção e documentação; eliminação de obstáculos; acompanhamento da evolução do processo e efectivo envolvimento das associações e demais entidades interessadas.

Centros históricos

Por iniciativa da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, comemorou-se, no passado dia 28 de Março, o Dia Nacional dos Centros Históricos.

Foi objectivo desta jornada alertar para a defesa, a valorização e a animação dos núcleos urbanos antigos, para que estes não se tornem cenários desertos. Pretendeu-se igualmente chamar a atenção para acções e programas de preservação do património cultural desenvolvidos pelos municípios portugueses.

Ecolojovem

A juventude do Partido Ecologista "Os Verdes" reuniu, no passado fim-de-semana, no Parque Biológico de Avintes - Vila Nova de Gaia, com o objectivo de debater algumas temáticas, com vista à preparação da sua participação na VII Convenção nacional do partido Ecologista "Os Verdes", que se irá realizar a 22 e 23 de Junho.

Foram temas de debate: os jovens e a construção europeia; a participação dos jovens para o desenvolvimento; educação para o ambiente; ambiente rural e ambiente urbano.

Visita CDU em Lordelo do Ouro

Activistas da CDU desta freguesia do Porto, eleitos nos diversos órgãos autárquicos, fizeram uma visita a Lordelo do Ouro, com o objectivo de contactar com vários tipos de problemas assinalados pelos moradores.

De entre estes problemas, destacam-se: deficiências graves na construção do conjunto habitacional das Condominhas e no Bairro da Mouteira; a poluição da Ribeira de Grijó; o abandono que cerca o novo conjunto habitacional da Pasteleira, inacabado por falência da empresa construtora, há mais de quatro anos; a insegurança da viela por onde passam todos os dias crianças que se deslocam do bairro para a escola; o risco de perder o espaço verde da Mata da Pasteleira, para onde está prevista mais área construída.

Uma visita que permitiu concluir, nomeadamente, que nesta freguesia, ao grande incremento da área de habitação construída, não correspondeu ainda o necessário número de estruturas de apoio, de zonas verdes, de prestação de serviços.

JCP debate Manifesto

Viver a transformar a vida

Vivemos a transformar a vida - é a afirmação de fundo que percorre todo o projecto de Manifesto dos jovens comunistas portugueses, actualmente em debate.

Uma activa participação, uma "atitude transformadora" que se concretiza no quotidiano, na partilha de sonhos e problemas dos outros jovens.

"Travamos a nossa luta na acção diária, intervimos organizadamente na defesa dos direitos, interesses e aspirações dos jovens portugueses, combatendo todos os processos que atentem contra eles, e com propostas concretas para a resolução dos problemas que hoje enfrentamos", afirma-se no documento em debate.

Nesta sua luta quotidiana, os jovens comunistas apostam no projecto de construção de uma sociedade nova, uma sociedade socialista, que definem como "uma sociedade de homens e mulheres livres, onde cada indivíduo tenha o direito de pensar, de agir, de criar, sem medo, repressão ou violência. Uma

sociedade democrática, solidária, sem exploradores nem explorados, sem opressores nem oprimidos. Uma sociedade onde o respeito pela vida seja imperativo, quer seja o respeito pela vida humana, quer pela natureza. Uma sociedade de paz e cooperação entre os povos, sem lugar para o racismo e a xenofobia, onde haja lugar para o respeito pela diferença".

Um projecto por que vale a pena lutar, só possível com a luta. Luta que - como o Manifesto refere - se desenvolve de par de muitas outras, um pouco por todo o mundo.

"É a luta do movimento estudantil pelo direito à educação, é a luta do movimento unitário, em



Encontro da JCP debate Ensino Secundário

defesa dos direitos dos trabalhadores, são as lutas dos numerosos e poderosos movimentos de opinião contra o racismo e a xenofobia, pela defesa dos direitos dos imigrantes, pela defesa do meio ambiente, é o movimento das ONGs ligado às questões da paz, do desenvolvimento, de cooperação, são os movimentos de solidariedade para com o povo de Timor-Leste, para com a revolução cubana, para com a luta de libertação nacional de diversos povos, são as lutas

pelos direitos das mulheres, é a cooperação do movimento juvenil anti-imperialista" - numa pluralidade de movimentos que se prende também à multiplicidade de situações.

É nesta luta, "difícil, mas necessária e apaixonante", que a JCP apela à participação de todos os jovens, "numa acção revolucionária denunciadora da incapacidade de soluções do sistema capitalista" e no combate por uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Iniciativas da JCP

Plenário Nacional do Ensino Secundário

Realizou-se no passado dia 30 de Março o Plenário Nacional do Ensino Secundário da JCP, com a presença de cerca de 160 estudantes.

Os participantes analisaram a actual situação dos Ensinos Básico e Secundário, nomeadamente o sistema de avaliação e o novo regime de acesso ao Ensino Superior. Foi também motivo de debate a intervenção dos estudantes comunistas nas Escolas Secundárias, assim como o seu papel no movimento estudantil e na dinamização da luta por um ensino justo e participado.

O Plenário aprovou moções sobre o V Congresso da JCP e sobre o Dia do Estudante e uma saudação ao PCP, por motivo do seu 75º aniversário.

Solidariedade com Cuba

A JCP de Évora está a organizar uma brigada a Cuba, a decorrer entre 26 de Julho e 16 de Agosto, para jovens portugueses. O objectivo desta brigada de solidariedade é possibilitar a participação de jovens em campos de trabalho e, simultaneamente, conhecerem Cuba, a sua cultura e a sua opção política.

Juventude Comunista da Terceira saúda Dia Nacional da Juventude

A JCP da Terceira, Açores, invoca, em comunicado, o Dia Na-

cional da Juventude, salientando a coragem dos jovens que, em 1947, ousaram desafiar a ditadura fascista.

No documento são referidas, em particular, as difíceis situações que condicionam actualmente a vida dos jovens - a falta de habitação (só na Terceira é necessário construir cerca de 800 fogos); a elitização do ensino e o "injusto regime de acesso ao Ensino Superior"; os problemas de toxicod dependência e exclusão social; a taxa de desemprego (que na prática já ultrapassa os 10%).

O comunicado sublinha a questão do desemprego, afirmando que os programas temporários de emprego "MEFE - Medidas Especiais de Fomento do Emprego e MPT - Manutenção de Postos de Trabalho, não resolvem o problema". A oferta de emprego continua a diminuir nos Açores, "a Ilha Terceira tem 32,7% dos desempregados dos Açores - 18,5% têm menos de 24 anos e 32,5% estão à procura do primeiro emprego, ou seja: 51% são jovens".

Espaço jovem em Viseu

O espaço dos jovens no Centro de Trabalho de Viseu do PCP, gerido e animado pela organização local da JCP, tem vindo a ser local de iniciativas semanais, que contam com grande afluência e participação da juventude.

Música, convívio e "navegar na Internet", de par de momentos de poesia ou actuação de jovens artistas - fazem parte do programa destas iniciativas.

Luta vitoriosa pelo escoamento da batata

Centenas de agricultores produtores de batata bloquearam a ex-fronteira internacional de Vila Verde da Raia, no passado dia 27 de Março, exigindo medi-

das para o escoamento da batata. Uma luta que vem de trás e que passou, nestes dias, também por manifestações nas principais ruas da cidade de Chaves.

Para já, a Comissão para o escoamento da batata, mantendo-se embora atenta ao evoluir da situação, sublinha a vitória alcançada e salienta a importância da luta para tal vitória.

"Foi decisivo e determinante para o êxito da nossa luta, a grande unidade dos agricultores e suas Associações, o apoio incondicional da Confederação Nacional da Agricultura (CNA),

na elaboração das propostas, na organização do protesto e no diálogo encetado com o Governo", afirma-se em comunicado à imprensa.

O escoamento, a preços compensadores, da produção de batata, é um problema cíclico, agravado com a entrada indiscriminada de Espanha de milhares de toneladas de batata, pressionando a descida de preços.

Os agricultores exigem nomeadamente o controlo junto à fronteira e a concretização do apoio financeiro já garantido por parte do governo.



Manifestação de agricultores pelo escoamento da batata

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Desenvolvimento Florestal

O contributo decisivo dos comunistas para a criação de uma Lei de Bases

Aprovados na generalidade, na semana transacta, baixaram para apreciação na especialidade os diplomas subscritos pelo PCP, PSD e Governo relativos à defesa e ordenamento da floresta. Depois de anos a fio ao sabor de interesses de momento, quantas das vezes os interesses económicos dominantes, na ausência de políticas globais estruturantes, o País poderá em breve vir a dispor, finalmente, de uma Lei de Bases do Desenvolvimento Florestal.

Carecendo a floresta de há muito desse quadro geral orientador, como frisou no debate Lino de Carvalho, esta Lei afigura-se assim da maior importância por dizer respeito a um excepcional recurso renovável do País, cujo interesse reside não apenas na sua dimensão económica e social, como também no seu papel determinante na defesa da biodiversidade, no equilíbrio ambiental e na defesa do mundo rural.

Decisivo nesta aprovação legislativa foi entretanto a

acção do Grupo Parlamentar do PCP - de quem partiu em primeiro lugar a iniciativa de apresentar há dois anos um diploma com idênticos objectivos, que viria a ser chumbado pelo PSD -, consubstanciada em projecto de lei cujas propostas, conceitos e mesmo muita da estrutura foram agora aproveitados pelo Governo.

Ainda assim, como fez notar Lino de Carvalho, a proposta de lei governamental não deixa de ser "surpreendentemente

vaga e tímida", enquanto o projecto do PSD, que enquanto foi Governo nunca quis mexer no assunto, se limita a reproduzir o conteúdo de uma proposta elaborada por um grupo de trabalho nomeado para o efeito em 1992 pelo então secretário de Estado Álvaro Amaro.

"Será eticamente aceitável que o PSD apresente como seu o resultado de um trabalho pago com os dinheiros do Estado", inquiriu a propósito o deputado comunista, numa crítica explícita ao procedimento laranja, que tornou extensiva ao facto de o PSD, ao longo de mais de uma dúzia de anos à frente do Ministério da Agricultura, "nunca ter definido uma política global e coerente de defesa e desenvolvimento da floresta".

Quanto ao projecto comunista, nele é reafirmado o "interesse público" da floresta, sendo proposto um "desenvolvimento florestal sustentado com base numa floresta de uso múltiplo", que contribua para o "aumento do rendimento dos agricultores e dos produtores florestais" e para o "desenvolvimento das actividades humanas que têm por base os recursos florestais".

Destaque, entre as soluções preconizadas, pelo seu carácter inovador, para a proposta de elaboração de Planos Regionais de Ordenamento

Florestal, aos quais caberá definir - no quadro do ordenamento da floresta portuguesa, da garantia da sua utilização social e da sua defesa contra incêndios -, entre outros aspectos, "regras sobre a expansão da floresta e sobre as espécies a seleccionar de acordo com os respectivos condicionalismos socioecológicos".

Defendida no articulado do

projecto do PCP é ainda a "reestruturação fundiária e a reestruturação das explorações que permitam corrigir a actual estrutura fundiária e de gestão", sendo igualmente propostos incentivos de natureza técnica, financeira e fiscal, bem como medidas de dinamização e apoio a associações de produtores, às assembleias de partes e à elaboração de

planos integrados de utilização dos baldios.

Realce, por último, como fez notar Lino de Carvalho, para o facto de o projecto comunista ser o único que apresenta um conjunto de medidas de emergência orientadas para a "definição e implantação de medidas de prevenção, vigilância e de apoio ao combate aos fogos florestais".

Tratado da União Europeia

PCP quer avaliar os custos no plano nacional

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de um estudo pela Assembleia da República destinado a avaliar os efeitos no nosso país de alguns objectivos e missões preconizados no Tratado de União Europeia. Em causa estão, designadamente, as disposições do Tratado que apontam no seu articulado para a promoção do "progresso económico e social equilibrado e sustentável", para o "desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas" e para a "melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores de modo a permitir a sua igualização no progresso". Nesse sentido, de acordo com a proposta do PCP, consubstanciada numa proposta de resolução entregue na semana transacta no Parlamento, trata-se de aferir em que medida é que estes "nobres" e "generosos" objectivos - decorridos que são três anos sobre a assinatura do Tratado - têm sido concretizados em Portugal.

Para a formação parlamentar do PCP, importa acima de tudo perceber os resultados de tais objectivos, ou seja, no caso vertente, identificar as razões que têm obstaculizado à sua concretização em domínios tão vitais como é o do desemprego, do mesmo modo que interessa saber os seus impactos no que se refere à situação das nossas pescas e agricultura, à situação de importantes sectores e

subsectores da indústria, bem como à persistência das assimetrias regionais.

Este estudo, nos termos da proposta dos parlamentares comunistas, deverá ser conduzido e coordenado pela Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República, que recorrerá para o efeito ao contributo de outras comissões parlamentares, dos serviços, da Administração Pública e da Administração Comunitária, bem como a outras contribuições especializadas.

Devendo culminar com um debate em plenário com a presença do Governo, esta proposta da bancada comunista surge no contexto do processo em curso de revisão do Tratado da União Europeia, incrementado num momento caracterizado por uma grave crise económica em toda a Comunidade, onde avultam as taxas elevadas de desemprego e a aceleração de processos de exclusão social.

Nos considerandos da sua proposta de resolução, os deputados comunistas assinalam que tanto a crise económica como as suas consequências sociais "não se podem isolar de uma estratégia comunitária e nacional", recordando ainda que os critérios de Maastricht e o processo de flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, bem como a deslocalização, têm contribuído para o "aumento do desemprego".

Um bem precioso

A floresta portuguesa abrange cerca de 3.248 milhões de hectares, 70 por cento dos quais são ocupados por quatro espécies principais: pinheiro, sobreiro, eucalipto e azinheira.

As exportações deste recurso renovável do País representam 65 por cento das exportações agro-florestais e equivalem a 15 por cento do total global de exportações.

O número de postos de trabalho ligado à fileira florestal eleva-se a 100 mil, calculando-se em cerca de 500 mil o total de proprietários florestais, 71 por cento dos quais detêm explorações com menos de quatro hectares.

Regularização de imigrantes

Eliminar a exclusão garantir a integração

A Assembleia da República aprovou as iniciativas legislativas do Partido "Os Verdes", do PCP e do Governo elaboradas com o propósito de abrir um novo processo de regularização extraordinária dos cidadãos que vivem no nosso país sem autorização legal. Concluído o debate na generalidade, faz hoje oito dias, trata-se agora em sede de especialidade de apurar um texto final que consagre as soluções que garantam o êxito do processo.

Nesse objectivo estão empenhados quer o Grupo comunista quer os "Verdes", grandes animadores desta iniciativa, apostados agora em corrigir na proposta governamental os aspectos negativos que subsistiram da anterior legislação sobre o mesmo assunto aprovada pelo PSD.

Com efeito, contrariamente às expectativas criadas pelo discurso governamental, como salientou no debate o deputado António Filipe, a verdade é que o diploma do Governo conserva muitas das deficiências apontadas no processo de regularização anterior, criando simultaneamente novas situações problemáticas de que resultam necessariamente dificuldades acrescidas à regularização.

Ora são precisamente esses obstáculos que o Grupo comunista quer ver eliminados, em ordem a não comprometer o sucesso desta acção

de regularização. Foram eles, aliás, os factores de divergência que sobre esta matéria separaram as bancadas do PCP e do Governo, com os comunistas a manifestarem a sua profunda discordância pelo facto de as condições de acesso à regularização impostas pelo Executivo serem mais restritivas que as de 1992, ou ainda pela circunstância de ser menor o número de locais de recepção dos requerimentos.

Inaceitável, do ponto de vista de António Filipe, é igualmente a não extensão dos efeitos da regularização de um cidadão ao respectivo agregado familiar, do mesmo modo que não se compreende que grande parte das competências do anterior Grupo Técnico de Avaliação e Decisão não sejam transferidas para a nova Comissão entretanto criada para o efeito, mas sim para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a quem são atribuídos péssimos exemplos de relacionamento com os cidadãos estrangeiros.

Verberados pela formação comunista no diploma do Governo são ainda os obstáculos administrativos à regularização (a prova de residência continuada, por exemplo), a insuficiência de prazos e mecanismos de recursos, bem como a não consagração na Lei dos mecanismos de apoio às associações de imigrantes que participam activamente no processo de regularização.

Hospital Amadora-Sintra

PCP quer ministra no Parlamento

A presença da Ministra da Saúde no Parlamento foi requerida pelo Grupo Parlamentar do PCP. Em causa, a continuada inoperância do Hospital Amadora-Sintra, um facto evidenciado quer pelo reduzido número de serviços em funcionamento, quer pela ausência de resposta às necessidades das populações residentes nos concelhos da sua área de influência.

Para o Grupo comunista, que suscitou a questão através do seu deputado Bernardino Soares em intervenção plenária e por via de um requerimento, "é tempo de se analisar todo este processo".

Face às dificuldades existentes, designadamente no plano da contratação de pessoal, O Grupo Parlamentar do PCP, como faz notar Bernardino Soares no requerimento, tem fundadas dúvidas quanto à plena entrada em funcionamento destes serviços, facto que confere uma ainda maior oportunidade à presença da ministra na Assembleia da República para o cabal esclarecimento do assunto.

Igualmente importante, para os deputados comunistas, é que seja ouvida pela Comissão Parlamentar de Saúde a Associação de Utentes do Hospital Amadora-Sintra

Recorde-se que este hospital custou ao erário público cerca de 20 milhões de contos, tendo a sua gestão sido entregue - numa decisão desde o início fortemente contestada pelas mais variados sectores - a uma entidade privada que recebe anualmente uma compensação de 7,8 milhões de contos.

Sendo certo que para esta entidade gestora do Hospital "o lucro é o objectivo a atingir", como observou Bernardino Soares na sua intervenção em plenário, torna-se evidente, por conseguinte, que "estando o hospital praticamente parado", os gastos sejam menores e "os lucros obviamente maiores".

INTERNACIONAL

CPPC lança campanha sobre intervenção na Bósnia

Israel

Yigal Amir, o assassino confesso do primeiro-ministro israelita Yitzhak Rabin, foi condenado a prisão perpétua. «Sei que causei um grande mal para mim e para a minha família, mas tudo o que fiz foi pelo povo de Israel, a lei de Israel e a terra de Israel», afirmou Amir, no Tribunal de Telavive. Entretanto, o Partido Trabalhista israelita apresentou já a sua lista às legislativas. Liderada por Shimon Peres, esta lista coloca quatro «falcões», todos militares na reserva, nos 10 primeiros lugares. Só depois surge uma «pomba»: Ouzi Baram, ministro do Turismo e partidário da criação do Estado palestino.

Espanha

Com o apoio dos nacionalistas bascos, canários e catalães, o deputado Frederico Trillo, do PP, foi eleito na passada semana presidente do Congresso espanhol. Esta eleição dá-se numa altura em que o PP ainda não acordou com aqueles grupos a eleição de Jose Maria Aznar para presidente do Governo.

Palestina I

Quinta-feira passada, no mesmo dia em que a França mostrou a sua preocupação quanto às consequências do bloqueio dos territórios da Autoridade Palestiniana no processo de paz, cerca de 500 palestinianos protestaram contra a prisão de activistas políticos na Cisjordânia. Os manifestantes, maioritariamente estudantes, apedrejaram a polícia palestiniana e os soldados israelitas que se juntaram para os travar.

Palestina II

Segundo o acordo de paz firmado pela OLP e Israel, hoje, 4 de Abril, as forças israelitas deveriam retirar-se parcialmente de Hebron. No entanto, o chefe da diplomacia do Estado hebaico declarou que Israel não abandonará a cidade «enquanto não cessarem os ataques terroristas».

Em resposta ao anúncio de Shimon Peres da realização de um referendo no seu país sobre o acordo final de paz, a Autoridade Palestiniana acusou Israel de violar o processo de paz com essa iniciativa. «É inaceitável porque é ilegal. Não se pode organizar um referendo sobre um território e uma soberania que pertencem a outro povo», afirmou o ministro das Finanças palestiniano.

Equador

62 mortos foi o balanço do sismo que abalou o Equador na última sexta-feira. Segundo noticiou a Lusa, 70 por cento das habitações das localidades situadas no epicentro do sismo ficaram destruídas. Registaram-se numerosos desabamentos de terras em todo o país.

A dinamização de uma campanha de informação e sensibilização da opinião pública portuguesa sobre a intervenção da NATO e a participação do exército português na guerra da ex-Jugoslávia é uma das principais decisões da XVI Assembleia da Paz do Conselho Português para a Paz e Cooperação, realizada no fim do mês passado.

A edição de cartazes, a compilação de materiais informativos sobre a questão e a divulgação da Carta da ONU e da Constituição Portuguesa quanto à participação em conflitos armados estão já programadas. Paralelamente, o CPPC irá tentar organizar visitas de delegações nacionais ao território da ex-Jugoslávia, de forma a conhecer melhor a situação, através de encontros com os movimentos anti-separatistas e contra a guerra. A organização procurará também trazer ao nosso país delegações da região independentes dos interesses militares e activistas dos movimentos da paz.

«A guerra, mesmo que mascarada de sentimentos humanitários, é um problema que diz respeito a todos. São os nossos irmãos, os nossos filhos, os nossos amigos que se arriscam por projectos que nada têm que ver com Portugal ou com os martirizados povos da região», explica a Assembleia da Paz, numa nota enviada à comunicação social.

O princípio da multiculturalidade e da convivência de culturas - apontado como «o único susceptível de garantir uma solução duradoura para o conflito» - soçobrou «perante as estratégias que claramente apostavam na perpetuação do conflito», enquanto eram «escamoteadas as intervenções de potências externas, que tiveram uma importância decisiva seja na eclosão do conflito, seja no seu desenvolvimento».

Programa URBAN Âmbito alargado sem corte de verbas

O Parlamento Europeu (PE) decidiu alargar o programa comunitário URBAN a cidades médias, com uma população inferior a 100 mil habitantes. A proposta, apresentada pelo eurodeputado do PCP, Honório Novo, foi aprovada na sessão plenária do PE, no dia 29 de Março.

Esta alteração no programa URBAN, destinado à reabilitação urbana, vai permitir alargar o leque de candidaturas a um vasto conjunto de cidades médias portuguesas, o que há muito vinha sendo reivindicado pelas respectivas autarquias. Actualmente, são seis as cidades que usufruem do apoio URBAN: Lisboa, Porto, Loures, Amadora, Oeiras e Gondomar, num total de 8,5 milhões de contos.

Por proposta do mesmo deputado, foi ainda aprovada uma emenda que assegura a atribuição de 66 por cento da globalidade das verbas do URBAN às cidades de regiões de objectivo um, a que pertence Portugal. De referir, como curiosidade, que esta emenda - que contraria a proposta da Comissão Europeia preconizando uma redução de cerca de 30 por cento dos valores das dotações da iniciativa URBAN para o período de 1997-1999 - foi inicialmente rejeitada pela Comissão Política Regional do PE, devido à falta de apoio por parte do Grupo Socialista. Na votação em plenário, a emenda viria a ser aprovada por 125 votos a favor, 120 contra e 5 abstenções.

Desesperança no mundo

A nova ordem internacional veio, aliás, segundo o CPPC, «recolocar a guerra como instrumento legítimo de política internacional». «De forma lenta e surda, a fome, o subdesenvolvimento, a miséria, a exclusão e as desigualdades sociais, a delapidação dos recursos naturais e a destruição do ambiente avançam, condenam à desesperança milhões e milhões de pessoas em todo o mundo, comprometem o futuro de toda a humanidade, enquanto somas astronómicas são gastas todos os dias na produção e modernização de armamentos», acrescenta.

A revolta e o desespero ganham terreno face aos impasses na resolução dos conflitos, no respeito pela legalidade internacional, pelo direito à autodeterminação e independência.

É o caso dos embargos contra as populações do Iraque e da Líbia, a asfixia económica de Cuba após o reforço do embargo dos EUA, a falta de respostas da comunidade internacional às legítimas reivindicações do povo de Timor-Leste e as «tímidas medidas de Portugal no sentido de apoiar a resistência timorense», o adiamento do referendo sobre a independência do Sahara Ocidental decidido pela ONU e, em Angola, as «atitudes da UNITA claramente contrárias aos compromissos assumidos», mantendo os obstáculos ao



A revolta e o desespero ganham terreno face aos impasses na resolução dos conflitos - o drama na Bósnia está longe de ter chegado ao fim

desenvolvimento económico e à paz naquele país.

No Médio Oriente, as ligações entre a direita israelita e o terrorismo impedem o avanço do processo de paz. «De concreto, o povo palestiniano viu até

agora muito pouco. A miséria, o desemprego, as condições de vida sub-humanas, a violação dos direitos mais elementares subsistem», sublinha o CPPC.

Para o Conselho Português para a Paz e Cooperação, a gra-

vidade da situação internacional «reclama a mobilização da opinião pública», pelo que a XVI Assembleia concluiu pela necessidade de, também em Portugal, «reforçar o trabalho e a actividade em prol da paz».

Trabalho na UE Igualdade de condições não agrada ao Governo português

A proposta de directiva «destacamento de trabalhadores», aprovada no Conselho de Ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais dos Quinze, dia 29, em Bruxelas, estabelece condições de trabalho e de emprego, incluindo salariais, iguais para todos os trabalhadores que exercam funções idênticas num mesmo sector, independentemente de serem nacionais do estado-membro onde prestam serviço ou destacados de outros países da União por um período superior a um mês.

A proposta, que dificulta a contratação temporária de portugueses para trabalhar noutros países da UE em condições piores do que as praticadas localmente, recebeu os votos contra das delegações portuguesa e britânica.

Segundo as pisadas do seu antecessor do Governo PSD, a ministra portuguesa, Maria João Rodrigues, justificou a oposição de Portugal lamentando que a directiva se aplique quase que em exclusivo ao sector da construção civil, justamente aquele em que há mais trabalhadores portugueses em regime de prestação temporária de serviços. Um argumento pouco convincente, já que as próprias estatísticas demonstram que cerca de 80 por cento dos destacamentos de trabalhadores na União se fazem no sector da construção civil, pelo que qualquer medida terá necessariamente que se reflectir aí em particular.

É curioso que a ministra se tenha manifestado preocupada com o facto de o «vasto conjunto de derrogações» admitidas na directiva poderem ser usadas consoante os desejos dos estados de acolhimento, o que poderá traduzir-se na «desigualdade de tratamento entre sectores de actividade, entre empresas e entre trabalhadores». Uma preocupa-

ção que pelos vistos não existe face à situação actual, apesar de ser do conhecimento público de que na Alemanha, para citar o exemplo mais flagrante, estão 80 mil operários portugueses contratados por subempreiteiros da mesma nacionalidade, recebendo um terço do salário dos alemães, sem seguros contra acidentes nem descontos para a segurança social, vivendo, muitas vezes, em contentores, nas mais degradantes condições de vida.

Mais directo foi o ministro britânico, que invocou razões de fundo para explicar o «não» do Reino Unido. O ministro considerou a directiva proteccionista, criticando-a de pôr em causa a livre prestação de serviços e de prejudicar as empresas. Uma posição coerente para quem não aceita o magro pacote social da União Europeia.

As condições laborais que a União se dispõe a harmonizar incluem um salário mínimo, a duração mínima de férias anuais pagas, horários máximos de trabalho e períodos mínimos de repouso, segurança e higiene no trabalho, entre outras.

A directiva deverá ser formalmente aprovada na próxima sessão do conselho do emprego e dos assuntos sociais, agendada para 3 e 4 de Junho, altura em que é de prever novos confrontos sobre as alegadas «incompatibilidades» entre a livre prestação de serviços, a protecção do emprego e dos trabalhadores, a competitividade das empresas e o combate ao «dumping social». Para alguns governos, como o caso português, a mão-de-obra barata continua a ser um factor - se não mesmo o único - de competitividade.

Rússia

Empréstimo gigante do FMI para ajudar Ieltsin

O Fundo Monetário Internacional (FMI) decidiu efectuar um empréstimo de 10,2 mil milhões de dólares à Rússia. Trata-se do segundo maior empréstimo de sempre concedido por aquele organismo (o primeiro, de 17,8 mil milhões de dólares, foi para o México, o ano passado), e tem a particularidade de canalizar cerca de mil milhões de dólares para os cofres do governo de Boris Ieltsin antes das presidenciais de Junho próximo.

O empréstimo, aprovado a semana passada, destina-se a «apoiar a política macroeconómica de estabilização e de reformas estruturais a médio prazo do governo russo», segundo um comunicado do FMI. A boa vontade é manifesta: a Rússia deve já 10,8 mil milhões de dólares ao Fundo e um total de 115,9 mil milhões de dólares aos seus diversos credores.

Como de costume, o empréstimo é concedido mediante condições: redução do défice orçamental e da inflação, continuação das reformas a favor da economia de mercado e aceleração das privatizações. Também como de costume, o processo desenrolou-se de forma a dar a Ieltsin a possibilidade de tirar o maior partido possível do

apoio dos seus amigos do capital internacional: o acordo de princípio para o empréstimo foi anunciado em Dezembro último, em plena campanha eleitoral para as legislativas, aquando da visita a Moscovo do director-geral do FMI, Michel Camdessus.

Se então os resultados eleitorais não foram famosos para o Presidente russo e a sua equipa, nem por isso o interesse de parte a parte diminuiu. A Rússia cedeu às principais exigências do FMI (designadamente no respeitante aos preços praticados a nível interno para os produtos petrolíferos e gás natural, até há pouco próximos dos custos de produção; eliminação de taxas sobre as exportações; fim da interdição de importação de galináceos dos

Estados Unidos, imposta por razões sanitárias), e a recomendação não se fez esperar.

Como escrevia recentemente o «Herald Tribune», espera-se que o empréstimo gigante, suportado essencialmente pelos EUA, dê «um forte empurrão ao presidente Boris Ieltsin para a eleição deste ano». Para que não restem dúvidas do empenhamento posto neste interessante jogo do empurra, 340 mil milhões de dólares serão postos de imediato à disposição do Kremlin e mil milhões de dólares disponibilizados até à primeira volta das eleições presidenciais, a 16 de Junho (a segunda volta, a ocorrer, será a 7 de Julho). Nada mais a calhar para um candidato a que as sondagens não dão preferências, a braços com salários em atraso em vários sectores de actividade e a contestação generalizada de uma população cada vez mais descontente com as reformas para a «economia de mercado».

Ironia das ironias, as verbas agora disponibilizadas pelo

FMI poderão servir para Ieltsin tentar acalmar o descontentamento popular e recuperar votos para a eventual reeleição política que o eleitorado contesta. É assim a estratégia do FMI, que não deixa os seus créditos, literalmente falando, ao desbarato. O montante do empréstimo será entregue de forma escalonada e os resultados da economia russa cuidadosamente vigiados, mês a mês. E isto porque Ieltsin, apesar de ser a melhor aposta do capitalismo, não merece confiança, conhecido que é o seu pendor demagógico e populista, e a sua enorme capacidade de esquecer compromissos se daí resultarem os votos necessários para se manter no Poder. Por outro lado, na eventualidade da vitória do candidato comunista, o FMI quererá ter a certeza de que continuará a ter a faca e o queijo na mão. Tudo, naturalmente, em nome da liberdade, da democracia, da economia de mercado e dos direitos do homem.



À espera das eleições de Junho, os EUA e o FMI fazem por ignorar os dramas internos da Rússia e abrem os cordões à bolsa para ajudar Ieltsin

Apesar do embargo dos EUA

Economia cubana cresce

O produto interno bruto (PIB) de Cuba deverá crescer 5 por cento em 1996, apesar dos efeitos negativos do reforço do embargo americano, estima o vice-presidente cubano, Carlos Lage, num relatório sobre a situação económica do país.

De acordo com o relatório, apresentado a semana passada na reunião do Comité Central do Partido Comunista Cubano, o aumento do PIB elevou-se a 7 por cento nos três primeiros meses do ano, principalmente graças aos resultados alcançados nos sectores agrícola, turístico, mineiro e de produtos manufacturados.

A produção açucareira, na campanha de 1995-1996, atingiu já as três milhões de toneladas, segundo Carlos Lage, esperando as autoridades uma produção total de 4,5 milhões de toneladas, contra as 3,3 da anterior recolha.

Este processo de recuperação, que dá continuidade ao crescimento de 2,5 por cento do PIB em 1995, após uma queda de 34 por cento entre 1990 e 1994, tor-

nou-se entretanto «mais complexo e difícil» devido ao reforço do embargo económico, comercial e financeiro norte-americano contra Cuba, votado pelo Congresso e aprovado por Bill Clinton na sequência do abate de duas avionetas americanas por caças cubanos, a 24 de Fevereiro, perto de Havana.

Nas palavras do vice-presidente, ainda que seja «impraticável pelo seu carácter irracional», a lei Helms-Burton, visando internacionalizar o embargo contra Cuba, terá «repercussões negativas» sobre a economia cubana, já que tenderá a «retrair o investimento estrangeiro, podendo paralisar financiamentos e aprovisionamentos». As autoridades cubanas estão a efectuar uma avaliação precisa

dos efeitos que a lei poderá ter na economia da ilha.

Para Carlos Lage, o investimento estrangeiro é «necessário», ainda que não constitua «um factor essencial» para a economia cubana, dado gerar apenas 3 por cento dos rendimentos do país e representar apenas 5 por cento do número total dos activos.

No seu relatório, o vice-presidente confirmou a vontade das autoridades em fazer do turismo o motor da viragem económica de Cuba. O sector registou um crescimento de 45 por cento nos dois primeiros meses do ano, comparativamente ao mesmo período de 1995.

Na ocasião, foram ainda anunciadas novas medidas para reduzir a dívida pública, salientando-se no entanto a necessidade de prosseguir prudentemente o programa de reajustamento da economia cubana, sem recurso a uma terapia de choque que provoque despedimentos em massa.

Albânia recebe ajuda militar dos EUA

O secretário da Defesa norte-americano, William Perry, anunciou antontem a concessão à Albânia de uma ajuda militar de mais de 100 milhões de dólares. O anúncio, feito no final da cimeira ministerial do Sul dos Balcãs, realizada em Tirana, marca de forma decisiva o empenhamento norte-americano na afirmação do «papel preponderante» da NATO na região.

De acordo com notícias veiculadas pela Lusa, os Estados Unidos fornecerão ao exército albanês mísseis antitanque, mísseis anti-aéreos, equipamentos diversos, nomeadamente centenas de camiões, uniformes e material para hospitais militares. Falando numa conferência de imprensa, William Perry referiu que um dos aspectos mais importantes desta cooperação consiste na abertura de um centro de formação militar, em Biza, 50 quilómetros a nordeste de Tirana, onde se realizaram já, em Fevereiro, exercícios conjuntos norte-americano-albaneses.

É curioso assinalar que os EUA se mostram particularmente empenhados no estreitamento de relações com a Albânia, tendo concedido a este país, entre 1991 e 1995, 10 milhões de dólares de ajuda militar. Segundo Perry, Washington não projecta, por ora, instalar bases militares na Albânia, embora possa vir a fazê-lo se receber um pedido nesse sentido das autoridades de Tirana.

«Não apresentámos qualquer pedido oficial nesse sentido», informou por seu lado o ministro da Defesa albanês, Safet Zhulali, anunciando entretanto que, em Maio, será inaugurado pelos Estados Unidos «um gabinete de assistência para a segurança» que funcionará na embaixada norte-americana em Tirana.

De acordo com fontes albanesas, citadas pela Lusa, o centro de treino militar de Biza deverá ser igualmente utilizado para exercícios da Sexta Esquadra norte-americana, para a preparação de unidades albanesas de manutenção da paz treinadas por instrutores norte-americanos e para exercícios conjuntos multilaterais.

A Albânia, que pôs à disposição da Nato as suas bases aéreas e navais em Julho último, foi o primeiro país da Europa de Leste a solicitar a sua adesão à NATO.

Na cimeira de Tirana participaram os ministros da Defesa da Turquia, Bulgária, Macedónia e Itália, para além da própria Albânia. A Grécia não aceitou participar, por considerar que este encontro não se deveria restringir ao Sul dos Balcãs. Os EUA, que consideram os Balcãs «zona estratégica», parecem ter agora novos planos para o Sueste da Europa.

Brasil

400 presos amotinaram-se na penitenciária de Goiana, no norte do Brasil, fazendo 20 reféns e exigindo armas e veículos blindados para 20 deles possam deixar a prisão. A comissão de negociação entretanto formada disse que não cederá às exigências dos rebeldes enquanto os reféns não forem libertados.

Barém

A oposição do Barém, sediada no estrangeiro, apelou à população para fazer um dia de luto e de manifestações pacíficas a 28 de Abril, o dia da «festa do sacrifício». Estas iniciativas têm como objectivos «protestar contra a repressão exercida pelas autoridades contra a população», bem como «mostrar ao governo de Manana que vai prosseguir a luta pelos direitos constitucionais, representados, nomeadamente, pelo regresso da via parlamentar», suspensa em 1975.

Taiwan

O Governo de Taiwan ordenou, no início da semana, a suspensão dos exercícios militares com fogos reais no Estreito da Formosa até 3 de Junho, inicialmente previstos para decorrer entre 7 e 10 de Abril. O primeiro-ministro afirmou que esta medida tem como objectivo «manter a paz e a estabilidade regionais».

Tchetchénia

Djokhar Dudaiev, o líder independentista tchetcheno, declarou que «as verdadeiras negociações» com a Rússia só se realizarão «depois da retirada das tropas russas do território» daquela república caucasiana. Segundo a Lusa, Dudaiev sublinhou que, apesar do compromisso de Ieltsin de fazer cessar os combates, «não houve cessar fogo». Em certas regiões, os combates redobram mesmo de intensidade. A agência russa Itar-Tass noticiou que as tropas russas iniciaram «operações especiais contra os combatentes» tchetchenos.

Nepal

Sete meses depois do golpe constitucional que derrubou o Governo do Partido Comunista do Nepal (UML), trezentos mil nepaleses juntaram-se numa manifestação organizada na cidade de Janakpur no âmbito da cerimónia de encerramento do 2.º Encontro Nacional do UML. Os líderes do Partido encaram esta adesão como uma clara demonstração da confiança da população do Nepal no seu partido. Durante esta iniciativa, 11 400 ex-membros de outros partidos juntaram-se ao UML.

20 anos depois



A Constituição da República foi aprovada e promulgada há 20 anos, na histórica e derradeira sessão da Assembleia Constituinte, realizada no dia 2 de Abril de 1976.

Esta data representa por isso um marco dos mais significativos da fundação do regime democrático nascido do 25 de Abril.

O silêncio ou a discrição com que a efeméride foi tratada na comunicação social é uma flagrante ilustração da aversão e da incomodidade que a Constituição e os acontecimentos relacionados com o seu nascimento continuam a representar para as forças da direita, os meios conservadores e outros que prevalecem na presente conjuntura do país.

A própria Assembleia da República em vez de celebrar festivamente um aniversário tão representativo da aprovação da lei fundamental que nos rege, escolheu, por proposta do seu Presidente, Almeida Santos, a data de 2 de Abril para empossar a comissão eventual para uma nova revisão da Constituição, onde se prepararam, a avaliar pelos projectos apresentados pelo PS, PSD e PP, novos entorses e golpes mutiladores.

A Constituição suscitou desde à primeira hora os rancores de toda a direita e de meios conservadores do país que não lhe perdoaram o acolhimento e a consagração das grandes transformações revolucionárias operadas após o 25 de Abril. Sofreu os ataques de três revisões em que o PS colaborou activamente com as forças da direita para desfigurar em várias áreas e princípios o seu texto inicial.

Apesar desta vida atribulada, a Constituição resistiu aos ataques mantendo um carácter profundamente democrático e progressista.

Também mostrou saber «resistir à prova do tempo» que era o grande desejo do Presidente da Constituinte, o democrata Henrique de Barros, manifestado no momento da sua promulgação. Já lá vão 20 anos, o que ultrapassa em muito a existência de qualquer anterior constituição democrática, pois não pode ser considerada como tal a Carta outorgada por D. Pedro IV e que, com interrupções, vigorou várias décadas no século passado, e menos ainda o texto que Salazar impôs aos portugueses, em 1933, como lei fundamental, num plebiscito em que as abstenções contavam como votos a favor.

A recordação das vicissitudes que assinalaram o nascimento da Constituição de Abril é, julgamos, uma boa forma de chamar a atenção para a importância de se agir em sua defesa.

O 2 de Abril

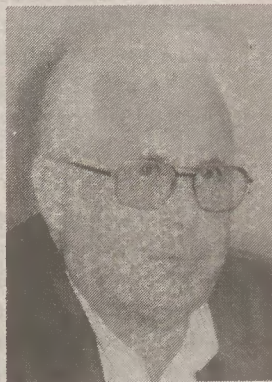
A sessão de 2 de Abril da Assembleia Constituinte revestiu um carácter verdadeiramente histórico. Antes de tudo, evidentemente, por nela ter sido aprovada e promulgada a Constituição da República, mas também pela maneira como tudo aconteceu.

Em dois momentos os constituintes cantaram de pé o hino nacional e os actos mais significativos foram seguidos de vivas à II República, o que atesta a atmosfera de vibração que se respirava nesse dia no velho Palácio de S. Bento.

A sessão começou, muito excepcionalmente, às 9 e 45 da manhã. Durante horas os constitu-

intes ouvi-

ram a leitura de todo o articulado constitucional feita sucessivamente pelos três Secretários da Mesa - António Arnaut, Coelho de Sousa e José Manuel Maia. Após o almoço a sessão recomeçou com declarações políticas de todos os partidos representados na Assembleia. Seguiu-se a votação da Constituição e depois as declarações de voto. Mas a sessão continuou. À noite, pouco depois das 10 horas, o Presidente da República, o então General Costa Gomes, entrou na Assembleia para proceder à promulgação da Constituição ali mesmo onde acabava de ser aprovada, com toda a Constituinte reunida e na presença do Conselho da Revolução, do



CARLOS BRITO

Constituição

Governo e de outras «altas autoridades civis e militares».

A solenidade compreende-se sem dificuldade, mas por quê a pressa de fazer tudo no mesmo dia e ainda mais a promulgação imediata, à noite, em S. Bento e não em Belém, onde é a sede da Presidência da República?

Intensa conspiração

Reportando-se a estas circunstâncias em que a Constituição foi promulgada, Álvaro Cunhal afirma, na sua obra «A Revolução Portuguesa, o passado e o futuro»: «Foi uma decisão da mais alta importância com a qual o Presidente Costa Gomes prestou um notável serviço à democracia e ao país.»

O que aconteceu então?

À medida que os trabalhos da Constituinte se foram desenvolvendo e que o texto constitucional se foi definindo não em oposição às lutas populares e ao processo revolucionário, mas reflectindo as suas aspirações e as suas conquistas, as forças da direita entraram em fúria e multiplicaram as intrigas e as pressões para travarem o labor dos constituintes e invalidarem os seus resultados.

Aqueles mesmos que se tinham proclamado como os campeões da Constituinte, quando julgavam poder instrumentalizá-la ao serviço da contra-revolução, apresentavam-se agora como os principais detractores da sua actividade, agitando pelo país o espantinho da «constituição marxista» e da «constituição contrária às crenças religiosas dos portugueses».

Logo em finais de 1975, Sá Carneiro lançou a exigência de que «a Constituição fosse submetida a um referendo». Freitas do Amaral navegava nas mesmas intrigas, que não deixavam de fazer moça mesmo em certas áreas do PS.

O poder político-militar de então e mesmo a maioria da Constituinte recusaram firmemente a exigência que pretendia subverter os princípios em que se baseava a eleição e as competências definidas para esta última.

A direita passou a outra exigência: a de que a Constituição pudesse ser revista logo a seguir pela Assembleia da República, o órgão legislativo da nova ordem constitucional.

Derrotada esta nova exigência, com a aprovação dos artigos que impediam qualquer revisão nos quatro anos seguintes à entrada em vigor da Constituição e que estabeleciam as matérias que não podiam ser revistas, onde obtinham cobertura as principais conquistas revolucionárias, a fúria da direita subiu de tom e o país passou a viver um clima de intensa conspiração e grande agitação antidemocrática, que nos Açores e na Madeira assumiu a forma do separatismo.

É altura da infame campanha de calúnias desenvolvida nos pasquins clandestinos e na imprensa reaccionária, mas que chegou a ter eco em órgãos ligados ao PS, contra o Presidente Costa Gomes, com o objectivo de o levar à demissão e impedir a promulgação da Constituição.

Em face da firme resistência do Presidente, as forças da direita intensificaram a conspiração e fizeram pairar no país a eminência de um golpe de força.

Foi então neste clima que a Constituição foi aprovada e promulgada e bem se percebe, assim, as razões da pressa e dos cuidados.

Rancores contidos

No entanto, este clima de conspiração pouco se fez sentir no ambiente festivo que dominou os trabalhos naquela sessão de 2 de Abril.

Os rancores, mesmo os mais violentos, contiveram-se.

Por exemplo, Freitas do Amaral, desmentindo a imagem de frontalidade com se apresenta no seu recente livro de memórias, conseguiu falar 15 minutos sem se referir à Constituição, que tão acerbamente denegria noutros lugares e contra a qual votou, que era além disso o tema do dia, empurrando essa tarefa ingrata, naquele ambiente, para Vítor Sá Machado.

No entanto, o então presidente do CDS depois de ter a preocupação de dizer que o seu partido tinha o «orgulho de poder apresentar-se como partido que não conspira», não deixou de aludir a que «ainda haverá por aí quem se sinta atraído pela tentação do golpe» e logo, num esforço para se demarcar de tais tentações, afirmou que «se a direita, depois das próximas eleições, penetrar na Sala das Sessões, logo verão a diferença.»



o e Revisão

O empurrado Sá Machado lá foi dizendo que «o nosso voto (isto é, o voto contra do CDS) exprime o inconformismo e a frustração».

Mas não deixou também de colocar a derrotada exigência da direita de «revisão constitucional na próxima legislatura da Assembleia da República».

Do lado do PPD, que votou a favor da Constituição, a mesma toada de grandes reservas e de rejeição contida. Barbosa de Melo, censurou: «A linguagem e cargas ideológicas nela recorrentes impuseram-lhe um certo ar alheio à nossa sensibilidade e cultura.» Incomodava-se com «as proclamações sucessivas de igualdade e de bem-estar para todos os portugueses». E também punha reservas aos mecanismos de revisão.

Mais descarado, neste capítulo, Marcelo Rebelo de Sousa - que não conseguira ombrear com o relevante papel desempenhado pelos seus colegas constitucionalistas Vital Moreira (então na bancada do PCP) e Jorge Miranda (na do PPD) - diria na declaração de voto que subcreveu: «Consideramos errado não se ter aberto expressamente a hipótese de exercício da faculdade de revisão constitucional durante a primeira legislatura da Assembleia da República.»

O actual líder do PSD já então se manifestava por «uma revisão rápida e ampla», a ideia fixa que continua a sustentar vinte anos depois.

O regozijo e as prevenções

Do outro lado do hemiciclo o ambiente era de grande regozijo e cravos vermelhos.

O PS, na declaração de voto apresentada por José Luís Nunes dizia que «a Constituição política hoje aprovada é resultado de um consenso nacional». Antes, na declaração política, Mário Soares tinha asseverado que a Constituição «define uma democracia avançada a caminho do socialismo e foi essa, quero recordá-lo, a grande opção do povo português em 25 de Abril de 1975». Sabe-se como deu depois voltas a esta frase até meter o socialismo na gaveta e travar os avanços da democracia.

Do MDP, era Luís Catarino quem afirmava com muita clarividência: «A Constituição da República Portuguesa foi ganha pelos trabalhadores e explorados portugueses e, por isso, devemos, agora entregar-lha. É uma arma do seu combate. Uma trincheira de defesa dos seus direitos e das conquistas da sua história.»

Pelo PCP, Octávio Pato manifestava o regozijo dos comunistas, afirmando: «A Constituição hoje concluída atirará para o lixo da história as leis iníquas que durante várias décadas serviram de instrumento de opressão e de obscurantismo.»

Mas logo a seguir prevenia: «Não se deve esquecer que não foram poucas as vezes que aqui mesmo se ouviram a tentar despojar a Constituição de tudo que fosse a consagração das conquistas revolucionárias do nosso povo.»

E alertava com mais força: «Na defesa da Constituição não se pode esquecer que houve forças que se esforçaram por retardar ou até impedir a conclusão e a promulgação da Constituição.»

Aqui já ninguém punha em dúvida o empenhamento e a valiosa contribuição dada pelos comunistas aos trabalhos da Constituinte e à elaboração da Constituição, nem a legitimidade para falarem nestes termos em sua defesa e pelo seu cumprimento.

Caminhada de 20 anos

A aprovação, promulgação e posterior entrada em vigor da Constituição, em 25 de Abril de 1976, tiveram um efeito apaziguador das grandes tensões provocadas pela direita para impedir que estes passos decisivos fossem concretizados.

Derrotada na batalha constitucional, nas sucessivas linhas que foi estabelecendo, a direita recuou à espera de melhores dias.

Numa situação que continuava complexa, o regime democrático beneficiava com a sua magna carta e a entrada em funcionamento dos órgãos constitucionais de um importante impulso para a consolidação, ao mesmo tempo que as transformações revolucionárias no plano socioeconómico e os direitos dos trabalhadores, que tinham obtido consagração na lei fundamental, deviam tornar-se na sua base de mobilização e de amplo apoio social e político.

Não entendeu assim o PS. Foi no ataque a estas conquistas da revolução que começaram as alianças de facto do primeiro governo do PS com a direita, traduzidas em profundas cedências em relação à reforma agrária, na lei sobre o sector público e na legislação sobre as comissões de trabalhadores, o processo que os deputados comunista baptizaram de «contra-revolução legislativa».

Vieram depois as revisões da Constituição, sempre na base da aliança do PS com a direita. A primeira, a de 1982, a atingir sobretudo o poder político, eliminando o Conselho da Revolução e reforçando os poderes do Governo no quadro dos órgãos de soberania; a segunda, de 1989, a atingir sobretudo a Constituição económica, abrindo largas portas à destruição de sector público da economia e à liquidação da reforma agrária; a terceira, em 1992, a abrir caminho ao Tratado de Maastricht e a novas transferências de soberania para a União Europeia. Ainda houve a tentativa frustrada de 1994/95, também da iniciativa do PS, a que a revisão agora em curso procura dar continuidade.

Ao intervir, no passado dia 2 de Abril, na tomada posse da comissão eventual da Assembleia da República para a nova revisão da Constituição, o deputado comunista João Amaral disse as palavras esclarecedoras seguintes: «O processo de revisão constitucional não se anuncia como um processo de aperfeiçoamento da Constituição e de aprofundamento das suas características. Olhando os projectos do PS e do PSD, partidos que somam os dois terços necessários para a revisão e que o somam sozinhos com a exclusão dos outros partidos, não é difícil adivinhar o campo de conjugação dos esforços e dos votos para ferir o sistema de representação proporcional, quer na eleição da Assembleia da República, quer na eleição das câmaras municipais.»

Duas notas finais:

A primeira, para salientar que, em face do novo ataque, é imperioso um alerta e uma mobilização para defender a Constituição que, apesar de todos os golpes, continua a albergar um projecto de democracia política, económica, social e cultural, susceptível dos mais ousados desenvolvimentos.

A segunda, para afirmar que têm sido as batalhas em defesa da Constituição travadas pelos comunistas e outros democratas que impediram que as revisões fossem mais longe e que garantiram que a Constituição seja o que ainda é.



O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Secretário António Arnaut vai ler o decreto que aprova a Constituição.

O Sr. Secretário (António Arnaut):

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa.

(O Sr. Presidente da República assina o decreto de promulgação da Constituição.)

Aplausos vibrantes e prolongados, de pé.

Tomar posição e agir

ESTÁ já em discussão pública a Proposta de Lei do Governo PS sobre desregulamentação de horários de trabalho e polivalência. O seu conteúdo e objectivos confirmam que os trabalhadores portugueses estão confrontados com uma peça jurídica de incomensurável gravidade que ameaça direitos históricos dos trabalhadores portugueses, designadamente o direito ao horário de trabalho a uma categoria e carreira profissionais condignas e a própria liberdade de negociação e de contratação colectiva. É uma peça emanada do Acordo Social de Curto Prazo que de curto prazo não tem nada. Tem um conteúdo estratégico e de grande alcance que se insere na ofensiva mais geral a que estão sujeitos os direitos sociais e laborais.

Há mais de uma década, quando a AD avançou com o primeiro pacote laboral, tentando alargar a fenda no edifício jurídico laboral provocada pelo anterior governo PS com a Lei dos Contratos a Prazo, o professor Jorge Leite numa notável intervenção produzida na Assembleia da República colocava uma questão central que esta proposta vem transportar para a ordem do dia: o de saber, quando estão em confronto os legítimos direitos dos trabalhadores que dispõem apenas dos rendimentos do seu trabalho e os interesses e privilégios empresariais que sempre querem acrescentar mais lucro ao seu lucro e reforçar o seu império económico, como deve ser dirimido o conflito?

A Constituição da República tem resposta e faz uma opção garantindo e dando prevalência aos direitos dos trabalhadores.

O Governo PS escolheu o caminho contrário e correspondeu à mais tenaz e prolongada reclamação das Confederações patronais.

Desde o momento da assinatura do Acordo Social de Curto

Vejam os:

— Qualquer redução do horário implica obrigatoriamente flexibilização do horário de polivalência. A UGT chama-lhe contrapartida parcial das empresas.

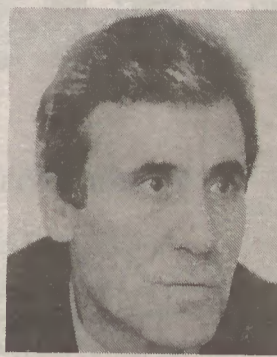
— A Proposta de Lei obriga retroactivamente todos os trabalhadores de empresas e sectores que viram reduzidos os seus horários nos últimos 5 anos a reabrir negociações para incluir a flexibilização e a polivalência e sempre que não haja acordo a decisão compete às empresas. A UGT fica contente por isso acontecer seis meses após a publicação da Lei. Mas mesmo para a Administração Pública, na Mesa 7 das negociações que estão em curso, já foi iniciada a proposta de flexibilização e polivalência.

A média dos horários é de quatro meses, podendo o trabalhador ficar sujeito a 10 horas por dia e 50 horas por semana. Contas feitas, com um horário de oito horas por dia o trabalhador fica sujeito nestes quatro meses a trabalhar 80 horas extraordinárias pagas a singe-

Tem de trazer à mistura
Alguns fundos de verdade.

Claro que vai haver redução faseada do horário de trabalho. Mas a que preço? Porque se enxerta a flexibilização e, pasme-se, a polivalência?

Constituirá um exercício demolidor fazer uma comparação entre o que diz ou não diz a UGT e o que está na Proposta de Lei.



JERÓNIMO DE SOUSA

Membro da Comissão Política

A grande exigência actual é de esclarecer, alertar e elevar consciências e não entorpecê-las pela via da omissão com meias mentiras e meias verdades.

tos como o Sitra, cujo presidente votou a favor do Acordo, vem agora revelar preocupações e o seu protesto pelas consequências da Lei na actividade dos motoristas.

Enfim, não é de excluir que, caso a Lei avançasse tal como está ainda veríamos João Proença indignadíssimo com os abusos dos patrões. A grande exigência actual é de esclarecer, alertar e elevar consciências e não entorpecê-las pela via da omissão com meias mentiras e meias verdades.

Não se gaste mais cera com tão ruim organização.

O mal não está tanto neste triste papel da UGT. O perigo decorre da Proposta de Lei e a responsabilidade principal cabe ao Governo PS.

O Movimento Sindical Unitário no seu conjunto, após a firme posição da CGTP em recusar pôr a sua assinatura em proposta de tal



Prazo entre o Governo/
/UGT e Confederações patronais de onde emergiu a
Proposta de Lei verificaram-se quatro factos:

1º O Governo PS, após os ganhos políticos mediáticos da assinatura em Sede de Concertação, fez uns anúncios pagos nalguns jornais, calou e avançou com a proposta para a Assembleia da República.

2º As Confederações patronais não conseguiram conter o regozijo, avançaram com as suas interpretações extremas e vão ensaiando nalgumas mesas de negociação a inclusão das principais malfetorias da proposta.

3º A UGT desunhou-se em comunicados, entrevistas, anúncios e conferências de imprensa a defender a bondade do Acordo e a necessidade da Proposta de Lei.

4º A CGTP desencadeou uma ampla batalha de esclarecimento nas empresas e sectores, mobilizando os trabalhadores para a luta contra uma proposta que não pode ser desinserida da ofensiva mais geral aos seus direitos desencadeada pelo grande capital.

O Governo PS calou porque tem a (má) consciência do grave compromisso assumido com representantes do grande capital, que está a usar o Estado contra os direitos dos trabalhadores. Que caso a proposta vá por diante tal como está, ficará com um ferrete na sua história mais marcante que a sua paternidade da Lei dos Contratos a Prazo. E acima de tudo tem má consciência por saber que não foi para isto que a maioria dos trabalhadores votou nas legislativas de 1 de Outubro. As Confederações patronais regozijaram-se porque esta Proposta de Lei vai ao encontro de uma das suas mais coriáceas exigências conseguindo de borla o que chegou a querer comprar com aumentos de salário substanciais em processos de negociações de contratação. Ferraz da Costa deve ter puxado as orelhas a Nogueira Simões pelo grito de alma esfuziante publicamente manifestado.

Mas e a UGT? O que a faz correr? O que é que a leva a transformar-se em paladina numa proposta tão nefasta para os trabalhadores?

Em comunicado da sua Comissão Permanente, titulado «Com a verdade se combate a mentira», faz um penoso exercício que merecia decerto a citação do verso de António Aleixo:

Prá mentira ser segura
E atingir profundidade

lo. E que impacto não teria na vida das pessoas, das mães trabalhadoras, das famílias um horário de esticão e aos «solavancos» determinado, não pelo trabalhador mas pela empresa? Passaríamos a ter horários de trabalho por ciclo com ritmos e organização determinados pela entidade patronal.

Não é com má consciência que na Proposta de Lei se prevê que nas empresas onde trabalham pessoas do mesmo agregado familiar os patrões terão que ter em conta a adaptação dos horários? Então e os casais que trabalham em empresas diferentes?

E não é uma burla a interpretação da UGT sobre pausas e intermitências quando afirma que só por negociação colectiva elas podem ser alteradas ou eliminadas enquanto a Proposta de Lei, antes disso, inscreve que «as reduções do período normal de trabalho semanal previstas na presente Lei ou em convenção colectiva para o mesmo fim definem períodos de trabalho efectivo com exclusão de todas as interrupções de actividade resultantes de acordos, de normas de instrumentos de regulamentação colectiva ou da Lei e que impliquem a paragem do posto de trabalho ou a substituição do trabalhador» (fim de citação).

Esta de esconder aos trabalhadores que a proposta primeiro visa retirar o que está nos contratos e depois lhes «dê o direito» de negociar a manutenção ou retirada das pausas, assume contornos duma autêntica vigarice jurídica.

A tática da UGT, mais do que mentir, é omitir.

O que é que a levou a «esquecer-se» de divulgar pelos trabalhadores a inclusão da norma que afirma «na organização dos tempos de trabalho deverá sempre que possível (???) visar-se a generalização de um dia de descanso suplementar? No caso da polivalência em que a UGT sublinha que deve ser exercida em articulação com a formação e valorização profissional porque omite duas «palavrinhas» do texto: se possível e se necessário? Como o entendimento é essencialmente dos patrões, os trabalhadores sabem bem o que representam estes «se possíveis». Entretanto enquanto a classe dirigente da UGT prossegue este apostolado antes de se embrenhar noutros afazeres mais rentáveis muitos trabalhadores nela filiados apercebendo-se do que está em causa passaram para o lado da CGTP. Até Sindic-

gravidade, partiu para uma batalha de esclarecimento nas empresas alertando e mobilizando os trabalhadores.

A partir do momento da entrada da Proposta de Lei na Assembleia da República, acto que o Grupo Parlamentar do PCP contestou através do recurso da sua admissibilidade com sólidos fundamentos da inconstitucionalidade da proposta, aos trabalhadores e ao movimento sindical coloca-se uma nova questão: já não se trata de denunciar um Acordo com orientações e leituras perversas. Trata-se de combater uma Proposta de Lei de conteúdo muito grave e com carácter imperativo. A discussão pública que decorre entre 25 de Março e 23 de Abril deve transformar-se num grande movimento fazendo chegar à Assembleia da República as posições dos trabalhadores, delegados sindicais, sindicatos e comissões de trabalhadores que pela amplitude demonstrem o pulsar das locais de trabalho e consequente responsabilização dos deputados e dos partidos.

A jornada de luta do dia 11 de Abril decidida pela CGTP-IN em Plenário Nacional pode transformar-se num passo mais avançado da luta em defesa do horário de trabalho, da profissão e da contratação colectiva. Uma batalha inserida na dinâmica da discussão pública da Proposta de Lei, uma acção de grande valia para o êxito das comemorações do 1º de Maio. Um 1º de Maio que na sua origem teve como fundamento a luta por um horário de trabalho digno. E ainda agora, no limiar do novo século, a luta continua em torno desta conquista histórica.

Álvaro Cunhal em Coimbra

«Não temos lições a receber»

Realizou-se na passada sexta-feira, 29 de Março, em Coimbra um comício comemorativo do 75º Aniversário do PCP, com a participação de Álvaro Cunhal. Apesar da chuva torrencial que se abateu sobre Coimbra, o «Espaço PCP», instalado na Praça da República, transbordava de pessoas, militantes e amigos do Partido, que não deixaram de querer associar-se ao Aniversário. Na ocasião, intervieram Susana Soares, da direcção da JCP, e Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP. Seguiu-se Álvaro Cunhal no uso da palavra, de cuja intervenção transcrevemos os extractos mais significativos.

Quando falamos dos 75 anos de luta do nosso Partido, alguns comentadores dizem depreciativamente que falar desses 75 anos é falar do passado, é falar de acontecimentos que nada têm a ver com o presente e ainda menos com o futuro.

A realidade é, porém, outra. Esses 75 anos do PCP, todo o glorioso passado de luta no tempo da ditadura fascista, na revolução de Abril, na luta contra a política de direita até hoje, são elementos constitutivos de uma inigualável experiência e de um inigualável património político e ideológico. São elementos intrínsecos da força, da capacidade de intervenção, da influência presente do PCP como grande partido nacional. (...)

O PCP analisou e analisa as mudanças, as novas situações e os novos fenómenos e responde-lhes criativamente no plano político, ideológico e da acção. Rectificou orientações. Redefiniu e redefiniu com mais rigor os seus objectivos. Mas, ao longo dos 75 anos, alguns objectivos fundamentais que inspiraram a luta concreta de todos os dias, mostraram ser elementos integrantes e permanentes da política e da identidade do PCP.

Assim:

- a luta pela liberdade e a democracia;
- a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral;
- a luta pelo desenvolvimento económico com a sua vertente social;
- a luta pela independência nacional;
- e, na perspectiva que sempre nos inspirou e inspira, a luta por uma sociedade libertada da exploração do homem pelo homem.

75 anos de luta mostram como estes objectivos encerram, na sua dinâmica histórica, respostas concretas a situações concretas decorrentes do curso acidentado da evolução política em Portugal e no mundo.

A luta pela liberdade e a democracia

Mal o Partido tinha dado os primeiros passos, logo o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a instauração de uma ditadura impuseram a interdição do Partido e a perseguição aos comunistas. A luta pela liberdade tornou-se um objectivo central do povo português e do PCP.

Nós prestamos justa homenagem a todos aqueles que, não sendo comunistas, se opuseram à ditadura, muitos dos quais lutaram a nosso lado em poderosos movimentos unitários.

É, porém, uma verdade histórica que, nesses 48 anos de ditadura, o único partido antifascista verdadeiramente organizado e actuante foi o PCP. E é outra verdade histórica (que não deixamos que seja apagada pelos falsificadores da história) que o PCP foi, durante 48 anos de ditadura, a principal e inigualável força da resistência. A principal força na luta pela liberdade e a democracia.

O PCP novamente o comprovou no destacado papel que desempenhou no levantamento popular que logo se seguiu ao levantamento militar dos capitães do MFA, na conquista da liberdade, na instauração e institucionalização do regime democrático, na elaboração e aprovação em 1976 da Constituição da República pela Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal. (...)

A mesma luta continua na actualidade. Quase parece termos regressado aos tempos de antes de 25 de Abril ao ouvirmos elementos ressurgidos do passado fascista, assim como partidos responsáveis pela degradação e perversão da democracia, a afirmarem (como fez Salazar) serem eles os bons democratas e a acusarem os comunistas de o não serem.

Na luta pela liberdade e a democracia, nós, os comunistas, não temos lições a receber de ninguém. (...)

E actualmente, com o governo PS? Assistimos, porventura, a uma mudança da política antidemocrática do PSD e de Cavaco Silva? Não. Assistimos sim ao propósito e ao plano não só de prosseguir, mas de levar ainda mais longe a perversão da democracia política.

Se for por diante a "reforma do sistema político" que o governo do PS, colaborando com a direita, pretende realizar não será o aprofundamento da democracia, mas a sua efectiva subversão.

Lutando contra tais propósitos e planos, o PCP confirma e confirmará continuar a ser um firme, consequente e insubstituível defensor da liberdade e da democracia.

A luta na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e do povo em geral

Um elemento determinante da fundação do PCP, em 1921, foi a necessidade imperiosa, que se colocou à classe operária e aos trabalhadores em geral, de terem um partido político de classe, inteiramente independente dos interesses, das pressões, das influências políticas e ideológicas das forças do capital, e capaz de defrontar os obstáculos, as dificuldades e a repressão.

Em 75 anos de luta, o PCP mostrou corresponder a essa responsabilidade que assumiu na sociedade portuguesa.

Pela luta abnegada, corajosa e heróica dos seus militantes, antes e depois do 25 de Abril até hoje, o PCP mostrou-se digno da confiança que os trabalhadores nele depositaram. (...)

Na revolução de Abril, igualmente é incontestável o papel do Partido na melhoria das condições de vida do povo português, no estabelecimento do salário mínimo, nos aumentos de salários e das pensões e reformas, no subsídio de férias, nos serviços sociais do Estado respeitantes à saúde e ao ensino. (...)

Se aqui e além, algumas vozes aconselham a dar o "benefício da dúvida" ao governo PS, nós perguntamos camaradas: uma vez que o governo do PS continua no essencial a política do governo do PSD, poderia alguém supor que o PCP apoiaria no governo PS aquilo que combateu no governo do PSD? Só quem não conheça o PCP poderia supô-lo. (...)

A luta pelo desenvolvimento com a sua vertente social

A luta do nosso Partido pela liberdade, pelos direitos de quem trabalha, pela melhoria das condições de vida material e espiritual do povo português, esteve sempre ligada à luta pelo desenvolvimento económico do país, pelo aproveitamento, mobilização e dinamização dos recursos naturais e humanos. Para que na indústria, na agricultura, no aproveitamento dos recursos do subsolo, nas pescas, Portugal produzisse mais, como base essencial para a melhoria radical das condições de vida do povo. (...)

A conquista da liberdade e a instauração de um regime democrático exigiam que se liquidasse tal poder económico e político que se procedesse à nacionalização da banca e dos sectores básicos da nossa economia, à formação de um Sector Empresarial do Estado dinâmico e moderno, a uma reforma agrária na zona do latifúndio, a fim de assegurar o desenvolvimento económico do país. (...)

Quais os resultados da política de direita nos últimos 20 anos? Da destruição passo a passo das grandes conquistas da revolução? Do desrespeito pela Constituição e pela legalidade? Do uso da violência? Do saque dos bens públicos para reconstituir e restaurar os grandes grupos económicos? Quais os resultados dessa história sinistra de abuso do poder, de corrupção e de crimes?

Tudo foi feito em nome do desenvolvimento económico. E afinal em vez do desenvolvimento, temos a destruição do aparelho produtivo, a liquidação de pólos industriais indispensáveis e de indústrias tradicionais, a efectiva desindustrialização, a crise profunda da agricultura, a restauração do latifúndio com campos abandonados, a crise das pescas, minas encerradas, e esse escandaloso absurdo que são as chamadas indemnizações e a entrega de milhões e milhões de contos a capitalistas e agrários não para se produzir, mas precisamente para não se produzir.

É um desastre para Portugal ter-se chegado a tal situação. O desastre poderá converter-se em catástrofe se o governo do PS prosseguir, como anuncia, a aceleração das privatizações, da entrega dos sectores estratégicos da economia portuguesa aos grandes grupos monopolistas e às transnacionais, a submissão aos chamados critérios de Maastricht e da convergência nominal, aos interesses dos países mais desenvolvidos da União Europeia e dos Estados Unidos. (...)

A luta em defesa dos interesses portugueses pela independência e a soberania nacionais

(...) Desmentindo entre outras acusações caluniosas e vis, que ao longo dos anos tem sido feita ao PCP, 75 anos de luta do PCP são uma demonstração da luta consequente, constante, dedicada e corajosa dos comunistas em defesa dos interesses nacionais, da independência e soberania nacionais.

(...)

Foi em defesa dos interesses nacionais que travámos a batalha contra a política de capitulação nacional de Cavaco Silva, sacrificando o aparelho produtivo nacional (a indústria, a agricultura, as pescas, as minas) aos interesses dos países mais ricos e poderosos da CEE, actualmente União Europeia.

Foi em defesa dos interesses nacionais que travámos a batalha contra a aprovação do Tratado de Maastricht pelo PS e o PSD e a consequente aceitação da submissão da política nacional às decisões e diktats de instâncias supranacionais comandadas pela Alemanha, a França, a Inglaterra, sacrificando competências fundamentais inerentes à independência e soberania nacionais.

É em nome dos interesses nacionais que lutamos contra a política do governo PS, a aceitação dos chamados critérios de Maastricht, da chamada convergência nominal que ainda mais gravemente condiciona e impede o desenvolvimento do país e propulsionam o encerramento de milhares de empresas, o desemprego, a liquidação de direitos vitais dos trabalhadores.

Assim, como na defesa das liberdades e da democracia não temos de receber lições de quem quer que seja, assim também não reconhecemos a ninguém autoridade para nos dar lições de patriotismo.

O maior perigo: um alerta fundamentado

Ao sublinharmos as frentes fundamentais da luta que continua, sublinhamos também que, a prosseguir a política de direita do PSD agora pelo governo do PS e a realizarem-se os planos já anunciados, se atingirá um ponto de ruptura com a democracia portuguesa.

Não exageramos, nem dramatizamos. Apontamos um perigo para o qual não há ainda na opinião pública uma exacta ideia.

A serem levados por diante os projectos e planos de "reforma do sistema político" do PSD e do PS relativos à nova revisão da Constituição e a novas leis eleitorais (para já não falar no projecto fascizante do PP/CDS), é inteiramente correcto dizer que se trata da subversão da democracia política.

Subversão da democracia é o significado da proposta de substituir o sistema proporcional nas eleições por novos sistemas que, inspirados segundo processos de "engenharia eleitoral" (caso, por exemplo, dos bem calculados círculos uninominais) pretende garantir ao PS ou ao PSD mais mandatos e maiorias absolutas mesmo que com menos votos.

Subversão da democracia é o que significa a proposta de acabar com a eleição directa das Câmaras Municipais e o pluralismo nos Executivos, impondo um sistema em que o partido mais votado tenha o Presidente da Câmara e este nomeie toda a vereação.

Subversão da democracia é o que significa o renovar dos propósitos de impor aos partidos regras de funcionamento, como intervenção dos tribunais para decidir de questões de disciplina interna, o voto secreto obrigatório, e a obrigatoriedade de seguir a bagunça e o modelo antidemocrático do PS e PSD, com guerras de barões, chefes e candidatos a chefes que tudo decidem e que reservam aos militantes apenas o papel passivo de apoiarem e votarem.

E até no que respeita à regionalização, a concretização desse objectivo descentralizador corre o risco de se tornar um terreno minado e armadilhado por conflitos, rivalidades, ambições, malquerenças e divisões afectando uma verdadeira política nacional.

Estas nossas palavras não são apenas um comentário, mas um alerta fundamentado.

(...)

Objectivos a curto, a médio e a longo prazo

(...)

Aprendendo com a experiência, com as lições das grandes realizações e vitórias e dos graves fracassos, derrotas e desastrosas experiências de um "modelo" que se afastou dos ideais dos comunistas, o futuro de uma sociedade socialista em Portugal continua a ser um elemento da natureza, dos objectivos próprios, da identidade do nosso Partido.

Não se trata de uma utopia, nem de fé, como alguns dizem. Fé é a crença em qualquer coisa que não foi objectivamente verificada e conhecida. Trata-se de convicção que se alicerça na análise objectiva dos factos e da evolução social, nomeadamente do século XX. Século, que, pela primeira vez em milénios e milénios de história, ficará marcado pelo empreendimento concreto e com realizações que mostram a sua viabilidade, de uma sociedade sem exploradores e explorados.

Convicção firme e serena de um Partido que, ao contrário de outros, diz a verdade do que pensa, do que propõe, do que quer. Partido que toma a responsabilidade dos seus ideais e dos seus actos. Partido que não se serve da política mas que intervém na política para servir o povo e o país. Partido de homens, mulheres e jovens militantes unidos fraternalmente num grande colectivo. Partido dos trabalhadores, mas também de todos os que sofrem as consequências da política e do poder do grande capital. Partido das classes e camadas mais desfavorecidas. Partido dos intelectuais e dos valores da cultura. Partido das mulheres que luta infatigavelmente pela concretização dos seus direitos. Partido que neste 75º aniversário confia na juventude como grande força social e com alegria se reforça dia a dia, com cada vez mais jovens que optam pelos ideais comunistas e que, vindo ao Partido e à JCP, enriquecem e renovam o nosso grande colectivo militante.

EM FOCO

Competitividade e qualidade de emprego

■ Honório Novo

Existe uma aparente contradição entre novas tecnologias e o seu aproveitamento pelo homem que as cria, desenvolve e aplica. Contradição que não é apenas dos nossos dias (basta lembrar, para não recuarmos muito no tempo, a substituição dos teares manuais pelos mecânicos, na indústria têxtil). Hoje esta aparente contradição será porventura mais sentida dado o ritmo acelerado de introdução de novas tecnologias.

A meu ver, a contradição entre o homem e a máquina não existe. O que existe e dá origem a uma (à tal) aparente contradição são as opções políticas e económicas que podem ser tomadas (e são tomadas) como consequência da introdução de novas tecnologias, da consequente modernização e do aumento da competitividade.

Em síntese: modernização, com maior produtividade, acréscimo de competitividade e de valor acrescentado deveriam, assim, conduzir a uma redistribuição colectiva das melhores condições a que conduzem, e não apenas à sua apropriação individual ou de classe.

Outras políticas

Em Portugal (e não só) a opção política tem sido a primeira: a modernização e os aumentos de produtividade são acompanhadas de políticas salariais que não atingem a reposição real do poder de

c) Políticas de educação, de formação profissional e de reciclagem, adequadas e consequentes com as políticas de desenvolvimento económico nacional anteriormente definidas.

d) Adequado funcionamento e financiamento de todos os aspectos relativos à Segurança Social, no quadro articulado dessas políticas.

A inexistência, em Portugal, de políticas articuladas e estratégicas de desenvolvimento económico e social (a par da já referida opção sobre a forma de distribuição dos lucros acrescidos resultantes da introdução de novas tecnologias) constitui um dos factores de agravamento do desemprego resultante das novas condições impostas pela modernização.

Um outro factor de agravamento da situação social nacional (e não só) tem a ver com o cumprimento dos critérios de convergência nominativa da UEM, que tem sido causa da eliminação acelerada do tecido produtivo e naturalmente do agravamento do desemprego.

O cumprimento desses critérios estão na base das políticas de desinflação e de desinvestimento público (e também do privado) e por isso estão também na base da impossibilidade de se terem gerado e poderem gerar políticas próprias (nacionais) alternativas que pudessem contrariar as consequências negativas da imprescindível e inadiável modernização e do acréscimo de competitividade.

A revisão destes critérios e do calendário da UEM são também fundamentais para permitirem políticas destinadas a evitar os efeitos no emprego de uma crescente e desregulamentada competitividade (ou antes, e insistindo, na regulamentação em favor da apropriação individual pelo capital dos benefícios e lucros resultantes do processo de modernização).

Só que, ao que parece, não são estas as perspectivas de revisão que estão sobre a mesa, nem são estas (também) as perspectivas do nosso Governo. Pelo menos até que, eventualmente (eu arriscaria, quase por certo) a questão se venha a colocar por imposição da realidade económica e social (durante a CIG ou fora dela)...

A competitividade

Existe a ideia de que a globalização introduz factores de agravamento das condições de concorrência e de competitividade. A par desta ideia gera-se uma outra: a de que essas novas condições existem e se impõem por si, são como que inevitáveis e exteriores ao homem, quando é certo que resultam de decisões de homens e de governos.

Por outro lado, não é desprezável, antes pelo contrário deve acentuar-se, que a par dessas condições agravadas de competitividade existem uma acumulação especulativa (cambial, bolsista) e, simultaneamente, um investimento (ou deslocalização do investimento) produtivo para as novas periferias de assalariamento maciça.

De qualquer maneira, e no quadro das relações externas à UE, é importante referir alguns dos traços caracterizadores da situação:

a) o proteccionismo, camuflado umas vezes, assumido outras, que os maiores potentes económicos e comerciais (EUA e Japão) continuam a desenvolver em relação às suas actividades económicas potencialmente menos competitivas (ex. aviação, construção e reparação naval). Em relação, porém, ao que lhes «interessa» são os grandes defensores da liberação e da abertura de mercados a todo o vapor.

b) os acordos do Uruguai Round (GATT) que deram origem à OMC, os quais introduzem factores claros de concorrência (competitividade) desleal. Estes acordos não prevêm, como salvaguarda de equivalência de condições de concorrência leal, a elevação, ainda que progressiva, de condições sociais e ambientais de produção, e muito menos faz respeitar (ou tenciona fazer respeitar) as convenções da OIT.

Note-se que a concorrência acrescida (e ainda por cima desleal) introduzida pelos acordos GATT colide no essencial com os principais produtos produzidos pelos países menos desenvolvidos da UE.



Tais opções são basicamente duas, sendo certo que o traço comum entre as duas reside no facto da modernização significar, sempre, aumentos de produtividade, logo de maiores níveis de mais-valias, ou seja, de lucros.

Uma primeira perspectiva (opção) baseia-se no pressuposto de que a modernização implicaria inexoravelmente a «libertação quantificada» de um determinado número de postos de trabalho, ou seja, conduziria à necessidade determinista de «desempregar». Ao mesmo tempo, os acréscimos de produtividade e de lucros reverteriam a favor dos detentores do capital.

Em síntese: modernização implicaria maior competitividade, acréscimo de lucros e desemprego, isto é, por um lado, maiores lucros, por outro lado, menor emprego.

Uma outra perspectiva (opção) tomaria o homem, individual e colectivo, como primeira prioridade. Desse modo, os acréscimos de produtividade e os acréscimos de lucros (em conjugação com o natural aumento da competitividade) deveriam conduzir, antes, a melhores salários e menores ritmos e horários de trabalho por forma a absorver mão-de-obra e assegurar a manutenção de postos de trabalho. Com óbvias repercussões positivas (em jeito de feedback) no aumento do consumo e, de novo, no acréscimo da produção, para já não referir aspectos relativos à estabilidade social.

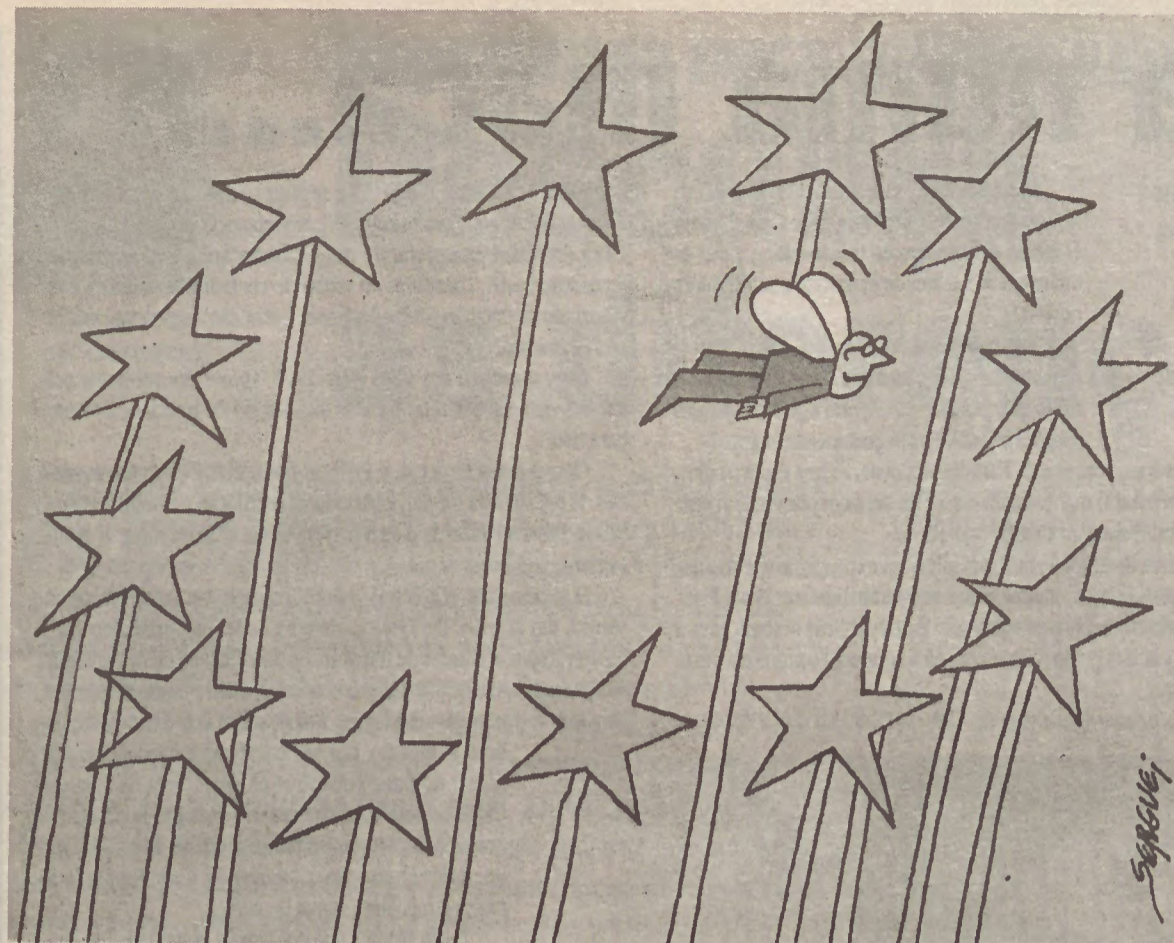
compra, muito menos incorporam os acréscimos de produtividade ou contemplam diminuições dos ritmos e dos horários de trabalho.

Mas mesmo que a opção fosse outra (naturalmente a segunda), será que a modernização tecnológica não acarretaria, mesmo assim, menores níveis de emprego?

Mesmo admitindo como hipótese verdadeira que a segunda opção ainda conduziria a um menor nível de emprego, este seria por certo muito superior ao resultante da primeira opção. Por isso, mesmo nessa (ainda que não demonstrada hipótese), a orientação político-económica que defendemos para atender às consequências da modernização seria, desde já e à partida, melhor. No entanto, e não obstante este facto, é evidente que a modernização tem de ser associada a outras políticas. Entre as quais:

a) Definição de políticas económicas com investimentos produtivos (em primeiro lugar públicos, mas não exclusivamente) alternativos. Para absorver os (eventuais, repito) excedentes na procura de emprego. Políticas de investimento de acordo com um modelo nacional estratégico de desenvolvimento (no contexto de uma economia globalizada) discutido, participado, amplamente conhecido e aceite.

b) Políticas de repartição de tempo de trabalho e de utilização social dos tempos acrescidos de lazer individual resultantes dessa nova repartição.



Das ausências (quase normais) à referência objectiva

Este colóquio parlamentar decorreu em quatro painéis. Um deles destinava-se à participação de Deputados ao Parlamento Europeu, tendo sido endereçados convites aos partidos aí representados.

Presentes apenas um eurodeputado, do PCP. Quanto aos deputados europeus dos outros partidos, nem «cheiro»...

Na sequência da discussão ocorrida durante este painel, o presidente da Associação Industrial do Minho afirmou não se espantar com a ausência dos restantes eurodeputados, já que o Partido Comunista Português era o

único que de forma sistemática e permanente dava conta da sua actividade parlamentar e solicitava a participação dos parceiros sociais.

Tínhamos/temos essa noção (que para o PCP representa, contudo, o normal entendimento do que deve ser o desempenho de um cargo para o qual se é eleito e das responsabilidades a que por essa via estamos obrigados).

Vinda de quem veio, só é pena que esta referência não tenha tido a devida atenção mediática... até para desfazer certas «ideias-feitas-de-propaganda» sobre a defesa dos interesses do país, sobre a ligação aos eleitores, etc., etc.

c) a estratégia da política comercial posta em prática pela UE numa fase já posterior à ratificação dos acordos do Uruguai Round (a qual teve lugar, como é sabido, na parte final de 1994, no PE e na AR, com as posições partidárias que são conhecidas). Estratégia essa que pode ser resumida em dois traços fundamentais: desvirtuamento e/ou eliminação das próprias regras estabelecidas pelos acordos GATT e diminuição ou/eliminação de períodos transitórios previstos em tais acordos (e o caso conhecido dos têxteis, das conservas, dos produtos agrícolas); benefício dos produtos produzidos pelos países mais desenvolvidos da UE (que entram mais facilmente em mercados de países terceiros, onde a concorrência local praticamente não existe), colocando como moeda de troca produtos fundamentais dos países menos desenvolvidos da UE (limitando por um lado a sua entrada nesses mercados, também produtores, e liberalizando a entrada desses mesmos produtos no mercado comunitário).

É preciso lutar

Há consequências óbvias deste conjunto de factores que globalmente designei por condições de competitividade desleal e socialmente injustas. Acrescentaria, porém, mais duas:

— O «convite» à deslocalização empresarial com investimentos maciços nas novas periferias de assalarição maciça (abandonando assim os actuais países periféricos da UE), onde os acréscimos de competitividade são feitos no fundamental à custa de condições de trabalho inaceitáveis e à custa da degradação inadmissível do ambiente. Deslocalizações, torna-se evidente, à custa do desemprego que deixam nos países de origem...

— e/ou em simultâneo, a pressão sobre o poder político (arriscaria a dizer conivência) e a pressão (diria chantagem) sobre os povos e os trabalhadores dos países mais desenvolvidos para abandonarem direitos e regalias (sindicais, sociais) duramente conquistadas ao longo de dezenas e dezenas de anos. Com o fito de, em última instância, conseguir a realização simultânea de dois objectivos: por um lado, evitar que melho-

rem as condições sociais dos países terceiros; por outro lado, procurar que, sob pretexto da competitividade (a tal desleal) e da ameaça da deslocalização e do desemprego, sejam diminuídas as condições sociais dos nossos povos. Ou seja, proceder a um nivelamento global mundial por baixo, o que, no caso europeu, se traduziria por um claro e inadmissível retrocesso social.

É óbvia a necessidade de lutar contra esta estratégia que não é, creio, nem a da competitividade melhorada que desejamos, nem a da modernização que é inadiável, muito menos a de um emprego de qualidade. Para isso é inadiável:

— lutar pelo desaparecimento dos proteccionismos dos grandes potentes económicos ou, então, agir de forma idêntica em relação a tudo o que para nós for essencial;

— impor regras sociais e ambientais e a aceitação das convenções da OIT, no quadro da OMC, estabelecendo de forma clara prazos progressivos para a respectiva entrada em vigor efectivo, condições que deverão ser *sine qua non* para uma total abertura de mercados;

— impedir no imediato qualquer subversão das actuais regras e dos prazos estabelecidos dos acordos GATT, recorrendo de forma ousada e sem qualquer receio — o que não quer dizer banalizadora — à inovação de interesse vital decorrente do compromisso do Luxemburgo. Neste contexto, convém recordar a proposta de resolução apresentada recentemente pelos deputados do PCP no PE, posteriormente subscrita por mais treze eurodeputados portugueses de todos os restantes partidos, com a qual se visa forçar uma discussão e a eventual alteração da estratégia comercial da UE;

— insistir, por fim, tal como afirma o próprio Livro Branco sobre crescimento, competitividade e emprego nos aspectos relativos à competitividade externa, que esta «não se pode traduzir por simples redução de custos, reduzir à simples contenção salarial nem ao simples progresso técnico gerador de desemprego».

Comunicação apresentada em recente colóquio parlamentar organizado pela Comissão de Trabalho, Solidariedade, Segurança Social e Família da Assembleia da República, que decorreu nas instalações da Universidade do Minho, em Braga.

Cimeira de Turim Orientações para todos os gostos

Como se esperava, a cimeira de líderes da União Europeia aprovou sexta-feira, em Turim, Itália, um conjunto de vagas orientações para as negociações da revisão do Tratado de Maastricht, destinado a consumo público e deliberadamente concebido para agradar a toda a gente.

No documento de cinco páginas aprovado, os chefes de Estado e de Governo dos Quinze, não apontando qualquer rumo específico para as alterações de Maastricht que estão na forja, deixaram «tudo em aberto», o que cria objectivamente as condições ideais para que os negociadores de cada Estado-membro, a quem compete rever o Tratado durante o próximo ano, se dediquem à tarefa sem condições prévias e, sobretudo, longe das pressões da opinião pública.

As orientações dificilmente poderiam ser mais genéricas, como se constata pelos títulos dos três capítulos em que se divide o documento: «Uma União mais próxima dos cidadãos», «Instituições numa mais democrática e eficiente União» e «Um reforço da capacidade para a acção externa da União».

Três capítulos onde cabem as mais diferentes interpretações — sempre em nome de uma Europa mais unida, política, económica e socialmente —, capazes de comportar leituras federalistas e antifederalistas, onde se admitem diferentes níveis de integração entre os Estados-membros, à semelhança do que acontece com o processo de criação da futura moeda única, na qual nem todos os países vão participar desde o início, por não poderem ou não quererem.

Não se percebe, neste contexto, por que razão o primeiro-ministro português, António Guterres, se manifestou tão satisfeito com as orientações aprovadas, considerando que foram acautelados os interesses dos países médios e pequenos na União Europeia do futuro, como afirmou no final da reunião. Segundo a Lusa, o primeiro-ministro considerou que «foi arredada do documento (sobre a CIG) aprovado na cimeira a lógica dos que queriam uma diferenciação de direitos entre países grandes e médios no futuro Tratado da União». A confiança nos parceiros europeus não parece no entanto ser muita, já que António Guterres salientou que o governo «estará atento» a eventuais desvios do espírito das orientações aprovadas em Turim, pois, reconheceu, «a CIG decorrerá de uma forma aberta».

Muito espírito e pouca forma, como convém e no que convém.

É o caso, por exemplo, das questões relacionadas com o emprego, onde o «espírito» não foi ao ponto de deixar definitivamente assente a inclusão no próximo Tratado de um capítulo consagrado ao assunto, o que Guterres diz lamentar, ao mesmo tempo que garante que «uma política de emprego não é contraditória com a política de coesão económica e social». Não será, mas o que parece estar na forja é a provável adopção de medidas de combate ao desemprego, que afecta principalmente os países mais ricos da UE, à custa dos meios actualmente canalizados para o apoio aos Estados-membros menos desenvolvidos, como Portugal, Grécia e Irlanda.

Também neste domínio, disse Guterres, Portugal «estará atento» quer durante a CIG, quer na altura em que for negociado o próximo quadro orçamental da União, para o período pós-1999.

De fora dos debates, em Turim, ficou o processo de criação da moeda única europeia, tanto por ser considerado intocável pelos «grandes», como para evitar divergências.

Nas negociações, que se deverão prolongar até ao Verão de 1997, os governos dos Quinze terão pois de procurar consensos sobre alterações a Maastricht, bem como a fórmula mágica que permita recuperar a confiança dos cidadãos europeus, hoje maioritariamente preocupados com os problemas do desemprego e o clima de insegurança generalizado. Os negociadores terão ainda que adaptar as instituições da UE e o processo de tomada de decisões comunitário às aparentemente inquestionáveis adesões à União, a partir do ano 2000, dos países do Leste europeu — República Checa, Eslováquia, Polónia, Hungria, Bulgária e Roménia —, das três repúblicas bálticas, bem como de Chipre e Malta.

Os trabalhos serão conduzidos pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e por representantes pessoais destes. Os representantes pessoais deverão reunir-se semanalmente, em Bruxelas, e os MNE mensalmente, à margem dos conselhos de Assuntos Gerais da UE.

■ Odete Santos

«Ele ia numa maca...»

Preguiçosamente, os dedos percorrem as lombadas da estante das memórias. Hesitam, e um instantâneo do velho liceu no Livro de Cesário Verde trouxe o Picnic de BURGUESAS e o Ramalhete Rubro das Papoulas. Numa página, de súbito, o título preciso, exacto, cruel - Desastre. E o Povo, o que com os suspensórios traz traçada a sua cruz, surge sofredor na imagem de um operário da construção civil, vítima de acidente de trabalho.

Os versos de Cesário comportam já a iniquidade da lei da reparação dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Uma lei que consagra um sistema iníquo, cuja alteração já foi proposta por três vezes, em três sessões legislativas, pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Os Projectos de Lei apresentados mereceram o aplauso das organizações de trabalhadores e das Associações que representam os interesses dos sinistrados do trabalho. O PSD, porém, inviabilizou a aprovação das iniciativas do PCP. Em nome da protecção dos interesses dos que lucram com os acidentes do trabalho.

E a lei, que mantém em vigor um sistema centenário, pese embora as alterações de cariz progressista que o 25 de Abril lhe conseguiu introduzir apesar da forte oposição, mantém-se dura, empedernida.

De facto, o Direito do infortúnio laboral é um Direito petrificado. Não só porque se mantém quase imóvel há cerca de um século, como também porque é completamente insensível aos dramas das vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Em pedra inscreveram-no todos aqueles que do trabalhador têm apenas a visão de uma máquina a quem se pode exigir mais e mais, com o mínimo de intervalos de repouso e o máximo de horas de trabalho. Uma máquina a quem se substituem peças, sempre que possível, mas a que não se restaura o coração por ser uma pura perda de tempo, que outra máquina está já na calha para exploração.

Em pedra inscreveram-no todos aqueles que exercendo a actividade seguradora, retiram muitos dos seus lucros, do infortúnio de quem trabalha, a quem pagam indemnizações e pensões de miséria.

E porque é barato reparar, porque umas migalhas têm de bastar àqueles que se vêem sem um braço ou uma perna, ou com os pulmões engolidos pela mina, também não é necessário investir na prevenção dos acidentes. Fica tudo muito baratinho para os que vivem da força de trabalho dos outros. Fica baratinha a prevenção e a reparação. Mas muito caro, para os trabalhadores e suas famílias.

A esta visão utilitário-taylorista do trabalhador junta-se a mesma visão noutras tentativas de subversão da legislação laboral que temos. Também aí, nas normas que regem a organização do tempo de trabalho, a visão taylorista regressa à ribalta, a merecer o mesmo tratamento dramático, e mais ainda por estarmos mesmo no final do século XX, o mesmo tratamento, dizíamos, dos *Tempos Modernos* de Charlie Chaplin.

O trabalhador tem de ser polivalente sempre que o patrão quiser. Tem de mover-se prensado na gigantesca roda comandada de um luxuoso gabinete com *écran* panorâmico para medir os tempos de interrupção de trabalho, de pausas, de intervalos de descanso, quiçá de olhares furtivos que se desviam da máquina e atrasam a produção por fracções de segundos.

O trabalhador tem de estar disponível o máximo de horas, sem a retribuição correspondente. Tem de prescindir de intervalos de repouso, sob pena de ver acrescida a sua jornada de trabalho. E mesmo para o almoço, pode ser que um qualquer sábio invente a máquina ridicularizada por Charlot que forneça o quanto baste de alimentação, em pouco tempo, evitando que o trabalhador se afadigue a alimentar-se.

O trabalhador é da empresa, do santuário que se preserva das leis que humanizaram o Trabalho, conseguidas com sacrifícios, sofrimentos e mesmo mártírios.

Mas estas leis, se conseguidas, apesar do protesto generalizado, ameaçam fazer novas vítimas, criando condições para o aumento dos sinistrados do trabalho. A polivalência, o trabalho de noite que terá de se realizar nas semanas das 50 horas de trabalho, a supressão de intervalos de repouso a meio do trabalho, o encurtamento do período de almoço, o alongamento da jornada diária de trabalho, tudo isto faz aumentar os riscos de acidentes, pela fadiga que torna o trabalhador menos atento ao perigo.

A proposta de lei de que falamos, e que dá pelo nome de 14/VII, da autoria do Governo socialista, é também uma lei inscrita em pedra, insensível aos direitos económicos sociais e culturais dos trabalhadores, insensível às graves repercussões da mesma sobre a saúde dos trabalhadores e suas famílias.

Talvez por se aperceberem das repercussões negativas do sistema engendrado, os contratantes do dito cujo Acordo de Concertação Social da nossa era inscreveram no mesmo a alteração da legislação sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais. Não se sabe em que sentido.

Mas a verdade é que a primeira proposta de alteração das leis laborais apresentada pelo Governo é a que tem do trabalhador a visão de um corpo a que tem de extrair-se o maior lucro possível.

Veio o Governo reparar o mal feito em 1976 com a famosa lei dos contratos a prazo que mais não foi do que o sinal de partida para a precarização das relações laborais e a insegurança no emprego?

O Governo, porque é do Partido Socialista, tinha a especial obrigação de reparar o mal causado em 1976, também por um Governo da responsabilidade do Partido Socialista.

Há cerca de 15 dias, uma trabalhadora exprimia assim as suas queixas, que são as de muitos milhares de trabalhadores deste País:

Quando é que lá (na Assembleia da República) acabam com a lei dos contratos a prazo? Estou aqui há 6 anos com contratos a prazo de um mês.

Razão tinha o Presidente da CIP, da Direcção do CDS/PP, ao



referir como marco histórico, para além da Proposta da Polivalência e da Flexibilização do Trabalho, a lei dos contratos a prazo, a lei da precarização, a lei da insegurança dos jovens, dos trabalhadores considerados, com pouco mais de 40 anos, de avançada idade.

E, no entanto, um combate sério à sinistralidade no Trabalho, se não pode passar pela Polivalência e Flexibilização, de que tem de ser adverso, tem de passar pelo combate à precarização do emprego. Porque nos contratos de curta duração não se cuida de dar formação profissional aos trabalhadores, não se trata da sua segurança, higiene e saúde no trabalho. Trata-se, sim, de fazer trabalhar pela areata do prazo do contrato, pela ameaça do desemprego sem direitos. E a areata é ainda mais curta nos recibos verdes, auto-estrada aberta pela lei dos contratos a prazo.

Estando a precarização das relações laborais estreitamente ligada, numa relação de causa e efeito, com o aumento da sinistralidade, verificando-se o mesmo relativamente à polivalência e flexibilização do trabalho, temos de concluir que não se verificará a necessária prevenção daquela sinistralidade.

Nessa prevenção é necessário todo o investimento, e promover esse mesmo investimento por todas as formas. Sem dúvida que um impulso importante da prevenção terá de surgir da revisão do regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais.

Porque enquanto for mais barato reparar o acidente ou a doença, do que prevenir os mesmos, não haverá o necessário investimento na prevenção. E continuaremos a confrontar-nos com os números assustadores das vítimas do trabalho, com os seus dramas e os das suas famílias.

O Grupo Parlamentar do P. C. P. entregou na Mesa da Assembleia 2 Projectos de Lei. Um relativo às remições de pensões de acidentes de trabalho, e outro que procede a uma revisão aprofundada do regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais.

Com o primeiro, o PCP visa reparar a injustiça praticada pelo anterior Governo, quando em 1993, em reposição de um diploma de 1985 (também da autoria de um Governo Socialista) declarado inconstitucional, consentiu no roubo de centenas de contos a cada sinistrado do trabalho titular do direito à remição (pagamento de uma só vez das pensões).

Quer dizer que em 1985 e em 1993, apesar dos protestos pela iniquidade com que a lei trata os sinistrados do trabalho, andámos para trás.

Com o outro Projecto, o PCP propõe o derrube das traves mestras de um sistema iníquo, inserindo na legislação o direito à reparação integral no caso de danos patrimoniais, e quase integral relativamente aos danos morais.

O sistema que ainda hoje temos, representou, há cerca de um século, um avanço. De facto, à míngua de lei que estabelecesse a reparação dos acidentes de trabalho, os trabalhadores lançavam mão dos processos-crime por ofensas corporais, contra os empregadores, para serem ressarcidos das lesões sofridas. Em breve lhes foi vedado este recurso, por se considerar escandaloso fazer

sentar no banco dos réus os detentores da riqueza. Criou-se então um sistema de reparação dos sinistros no trabalho. O que foi uma conquista do movimento operário. Hoje, esse sistema não resiste perante as mais elementares regras de justiça.

É um sistema que consagra a imunidade das entidades empregadoras relativamente à obrigação de cumprimento das normas sobre Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.

Acolhe a visão taylorista do trabalhador como instrumento.

É um sistema que petrificou a discriminação social dos sinistrados do trabalho e das vítimas das doenças profissionais. De facto, o trabalhador é discriminado relativamente às vítimas de acidentes de viação que têm direito, pela lei civil, à reparação integral dos danos sofridos.

Essa não é a óptica relativamente aos acidentes de trabalho e doenças profissionais. Na verdade, para os que usam e abusam do trabalhador, e que se vêm opondo à alteração das leis relativas ao infortúnio laboral, o homem e a mulher que trabalham são apenas máquinas de produção, privados de obter reparação de todo o prejuízo económico sofrido, excepto, porque de máquinas se trata, a reparação da perda da capacidade de trabalho.

A própria perda da vida não é encarada sob a óptica da perda de um bem inestimável, mas da perda de um rendimento, o aniquilamento da capacidade de ganho.

Daí nascem as indemnizações e pensões de miséria. A exclusão da reparação dos danos morais e dos danos sofridos pela família. O cálculo matemático da reparação. O sinistrado recebe apenas 2/3 da desvalorização que apresenta, partindo-se de um salário inferior ao salário que auferia, através de operações matemáticas em que não entra o horizonte de um homem, de uma mulher, e da sua família irremediavelmente afectados na sua felicidade, quantas vezes por incum-

primento de normas de higiene e segurança no trabalho, quantas vezes vítimas de ritmos infernais de trabalho, ou mesmo de falta de formação sobre os riscos profissionais, formação que não lhes é dada por ser cara, mais cara do que a esmola da pensão.

A obrigação de segurança, que impende sobre a entidade empregadora, é substituída por uma parca obrigação pecuniária, com o que se simula juridicamente a culpabilização do trabalhador pelo acidente que sofreu.

Culpabilização ainda hoje divulgada e a que Cesário Verde, num belo contraponto entre o mundo sofredor do Trabalho e a frivolidade dos que lhe são insensíveis, deu genial expressão no seu poema *Desastre*.

Perante um grave acidente mortal de um trabalhador da construção civil que

*caíra de um andaime e dera com o peito
pesada e secamente em cima de uns tapumes
e que*

*ia numa maca, em ânsias, contrafeito,
soltando fundos ais e trémulos queixumes
um fidalgo brada a duas prostitutas:
Que espantos! Um rapaz, servente de pedreiro
E mais além um patrão comenta:*

Morreu? Pois não caísse! Alguma bebedeira.

Desse contraponto nasce naturalmente a revolta, também retomada noutro poema de Cesário:

Eu hoje estou cruel, frenético, exigente.

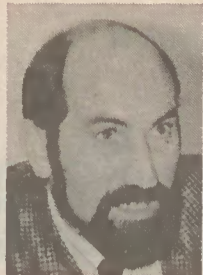
Mas há lá revolta à altura da desumanidade que Cesário Verde tão bem retrata, que percorre todo o século XX, atingindo mesmo o cúmulo, relativamente às vítimas do trabalho?

É a esta desumanidade que o PCP quer pôr fim rapidamente. Porque já basta de iniquidades e injustiças.

EM FOCO

Programas para o Emprego do PS e PSD

Descubra as diferenças!



■ Lino de Carvalho

Há cerca de duas semanas, nas instalações do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em Lisboa, exactamente às 12h30 (se o programa não se atrasou), Suas Excelências o Primeiro-Ministro e a Ministra para a Qualificação e Emprego apresentaram ao País, com pompa e circunstância, o «Programa de Acção Imediata para o Emprego» do Governo PS. Em cerimónia muito concorrida, Sua Excelência o Primeiro-Ministro descobriu que «Portugal tem problemas de emprego complicados a resolver», informou que «a luta contra o desemprego envolverá o Governo como um todo» e, nesse quadro, apresentou um «Programa de Acção Imediata para o Emprego» que constitui «uma peça fundamental no combate ao desemprego» com, acrescentou a ministra, aspectos novos e renovados na forma de enfrentar o problema. Mobilizando 40 milhões de contos, o Programa criaria 80 mil empregos.

Ficámos entusiasmados e pensámos para nós próprios: cá está a tal mudança prometida nas eleições de Outubro. Cá

gramas – do PS e do PSD –, compará-los e procurar descobrir as diferenças. Convido os leitores do Avante a fazerem comi-

estão os contributos inovadores do Governo PS para atacar o desemprego. É evidente que não acreditámos, como alguns radicalistas diziam, que este Programa era cópia de um outro que, em 1995, Cavaco Silva e Falcão e Cunha tinham anunciado com igual pompa e circunstância. Podia lá ser quando nos lembrávamos das críticas que o PS dirigiu na altura ao PSD e das afirmações do Eng.º António Guterres de que aquele Programa não representava mais do que umas aspirinas sem condições para criar emprego.

Por isso, fomos ler os dois Pro-

gramas – do PS e do PSD –, compará-los e procurar descobrir as diferenças. Convido os leitores do Avante a fazerem comi-

go esta viagem, lendo em simultâneo o «Programa de Acção Imediata para o Emprego» do Governo PS e as medidas inscritas nos Decretos-Lei n.º 34/95, de 11 de Fevereiro, e n.º 89/95, de 6 de Maio, do Governo PSD.

Afinal, os Programas são mesmo iguais e até noutros aspectos que não transcrevemos para não tornar o artigo demasiado longo para o espaço disponível. Estamos perante uma clara mistificação do Governo PS e do Eng.º António Guterres, que sabe que este Programa, tal como o do PSD, nem sequer como aspirina funciona. Durante a execução do Programa do PSD, o desemprego aumentou em mais de 40.000 trabalhadores, passando de 410.000 no início de 1995 para cerca de 452.000 em Dezembro de 95.

O número de jovens à procura do 1.º emprego passou de 107.000 para 124.000. O número de desempregados de longa duração disparou de 192.500 para 218.000.

E agora, já depois de anunciado o Programa de Emprego do PS, a Associação Industrial Portuguesa veio a público afirmar, na base de um inquérito efectuado junto de 600 empresas «que representam o universo empresarial português», que, em 1996, o número de desempregados chegará aos 650.000 e em 1997 subirá para 700.000.

E é perante estes dados insofismáveis que se assiste, hoje a um hipócrita e condenável jogo de sombras. O PSD, que em 1995 afirmava que tais medidas eram um importante instrumento o combate ao desemprego, diz hoje que nada resolvem. O PS, que criticou o PSD pelas medidas então apresentadas, defende hoje o mesmo programa como «uma peça fundamental no combate ao desemprego». E o PP, que apoiou o Orçamento de Estado/96 elaborado para cumprir os critérios de Maastricht, acusa hoje o PS de, com a sua política subordinada a Maastricht, estar a promover o aumento do desemprego.

O que é verdade é que esta encenação do Governo PS demonstra que o PCP tem inteira razão. No que é essencial e estruturante, as políticas e medidas do PS são a fotocópia do PSD e, neste exemplo concreto, servem sobretudo para financiar a tesouraria das empresas.

A aceitação e subordinação às políticas de Maastricht que condicionam o processo de desenvolvimento e é fonte de desemprego, o programa de privatizações com o desmantelamento do sector público da economia, a deslocalização das empresas para paraísos de mão-de-obra barata (ou quase escrava) e sem custos ambientais, a desresponsabilização social do Estado, o aumento de competitividade e produtividade à custa dos direitos dos trabalhadores, a promoção da precariedade e insegurança no trabalho – ontem com contratos a prazo hoje com a flexibilidade e polivalência – são exemplos das mesmas orientações.

Não há «radicalismo» do PCP ou dos trabalhadores nem o PCP se «prepara para demonstrar... que prefere o PSD no Governo», como afirmou a deputada, do PS, Elisa Damião.

O que há são políticas que servem os mesmos senhores e conduzem ao mesmo resultado. E por isso alvo da crítica e da luta, ontem como hoje.

	PS	PSD
Objectivos	<ul style="list-style-type: none"> – Novo sistema de incentivos financeiros à criação de mais postos de trabalho. ... nomeadamente para desemprego de longa duração e jovens à procura do primeiro emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> – Atribuição de incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração.
Incentivos	<ul style="list-style-type: none"> – Subsídio não reembolsável pela criação líquida de cada posto de trabalho criado igual a 12 vezes a remuneração mínima mensal garantida por lei. – Dispensa temporária do pagamento de contribuições para o regime geral de segurança social, na parte relativa à entidade empregadora. 	<ul style="list-style-type: none"> – Apoio financeiro não reembolsável de montante igual a 12 vezes o salário mínimo mensal por cada trabalhador admitido. – Dispensa temporária do pagamento de contribuições para o regime geral de segurança social na parte relativa à entidade empregadora.
Criação de emprego	<ul style="list-style-type: none"> – Considera-se criação líquida de postos de trabalho o aumento efectivo do número de trabalhadores vinculados à entidade empregadora mediante contrato sem termo tendo em conta o número global de trabalhadores ao serviço da entidade empregadora, independentemente da natureza do vínculo contratual, no mês de Janeiro do ano civil anterior e no mês precedente ao da apresentação da candidatura. 	<ul style="list-style-type: none"> – O apoio financeiro é pago verificando-se criação líquida de emprego... considerando-se como tal... a admissão de trabalhadores com contrato sem termo que exceda em percentagem igual ou superior a 10% o número de trabalhadores em igual condição existentes no quadro de pessoal da empresa no último mês do ano imediatamente anterior.
Programa de Iniciativas Locais de Emprego	<ul style="list-style-type: none"> – Apoio à criação de empresas adaptadas a diferentes tipos de candidatos e à difusão da competência para a iniciativa empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> – Criação de micro e pequenas empresas em áreas de reestruturação industrial, de serviços, ou em áreas inovadoras de serviços às empresas.
Mercado Social de Emprego (versão PS) ou Criação de Serviços de Base Local e de Proximidade (versão PSD)	<ul style="list-style-type: none"> – Apoio domiciliário a pessoas dependentes, designadamente idosos. – Formação socioeducativa e educação recorrente. – Infantários, creches, jardins de infância, segurança nas escolas e prevenção da toxicodependência. – Unidades de cuidados continuados. – Manutenção do parque florestal e prevenção de incêndios. – Reabilitação do património urbanístico e cultural. – Trabalhos de apoio à política ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> – Serviços orientados para o turismo e o lazer. – Serviços visando objectivos de renovação urbana e de segurança de edifícios. – Serviços inovadores na área de transportes. – Serviços visando objectivos ambientais e de recuperação do património. – Serviços de apoio social (apoio às crianças, à terceira idade e a deficientes).

Vitória em Fevereiro

Guerra Civil em Julho



Sofre, Espanha,

Cronologia de uma época trágica e empolgante

1931

Proclamação da República Espanhola, a 14 de Abril;

1932

Tentativa de golpe de Estado do general Sanjurjo;

1934

Revisão das reformas republicanas por parte do governo de Lerroux; Insurreição popular e operária nas Astúrias (Outubro) e sanguinária repressão contra os mineiros ordenada pelo general Franco;

1936

Êxito da Frente Popular nas eleições legislativas (16 de Fevereiro); Levantamento militar contra a República sob o comando de Francisco Franco (18 de Julho); A Inglaterra e a França defendem a não-intervenção em Espanha (1 de Agosto), e Franco torna-se dirigente militar insurrecto principal a 1 de Outubro; Intensifica-se a ajuda militar de Mussolini e de Adolfo Hitler ao general Franco; o governo de Salazar coloca-se ao lado dos falangistas; Derrota da primeira tentativa franquista para a ocupação de Madrid, a 7 de Novembro;

1937

Rendição da cidade de Málaga (8 de Fevereiro); Destruição bárbara da cidade de Guernica pela aviação nazi (26 de Abril); confrontos violentos entre anarquistas e comunistas, em Barcelona (3 de Maio);

1938

As tropas franquistas entram em Bilbao (19 de Junho); As Brigadas Internacionais abandonam a Espanha e Franco assume-se como «Caudillo» (11 de Novembro);

1939

Tomada de Barcelona pelas tropas fascistas (26 de Janeiro); Fim da Guerra Civil (1 de Abril)

No 60º aniversário da grande vitória do povo espanhol e da Frente Popular nas eleições legislativas de 16 de Fevereiro de 1936, a imprensa internacional notou alguns aspectos mais importantes desse momento histórico inesquecível do povo irmão e vizinho. Particularmente, no «Morning Star», de Londres, abriu-se um vivo debate que envolveu alguns dos sobreviventes do contingente britânico das Brigadas Internacionais.

Pão, Paz, Liberdade

Vencedora das eleições de 16 de Fevereiro de 1936, a Frente Popular era formada por republicanos e socialistas, comunistas, anarquistas. O fascismo ganhara terreno, principalmente depois de 1934, um pouco por todo o país. E os políticos da época, Lerroux (radical e demagogo) e Gil Robles (chefe de Confederação espanhola das direitas autónomas) haviam colocado na chefia das principais regiões militares de Espanha alguns dos generais mais reacionários e conhecidos proponentes de um golpe militar contra a República. Entre estes, evidentemente, colocava-se Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), cuja acção militar contra o povo trabalhador das Astúrias se revelou particularmente bárbaro e cruel.

Espanha ferida exigia justiça

Gil Robles, considerando-se um tipo de chefe latino e mediterrânico, aspirava a desempenhar em Espanha o papel que Mussolini representava em Itália. A sua base ideológica assentava no mais inflexível catolicismo. Outros, contudo, como o filho do ditador dos anos vinte, José António Primo de Rivera, hoje aventureiro e violento, e o conservador Calvo Sotelo, um político com melhores recursos, aspiravam, também, ao exercício do poder. Gil Robles, por exemplo, tinha sido nomeado ministro da Defesa da República...

Os resultados das eleições fora abertamente contestados pelos partidos da direita e do fascismo. Na realidade, os números permitiam especulações – a Frente Popular somara 4,6 milhões de votos e a direita 4,5 milhões. Certos partidos do centro haviam recolhido, entretanto, perto de 400 000 votos e era devido a que pretendiam apropriar-se desses votos que os fascistas reclamava a vitória.

Vamos abordar este apaixonante assunto, o dos trágicos acontecimentos que abriram caminho para a Guerra Civil, quando sabemos que a quase totalidade da imprensa portuguesa passou tudo em julgado não só porque, inexplicavelmente, prefere ignorar os assuntos do país de Garcia Lorca (excepção feita às eleições recentes) mas porque os grandes jornalistas que vivem em Lisboa se consideram demasiado grandes para poderem perder tempo com tão menores matérias.

Mas, a lei eleitoral era bastante clara. A distribuição de lugares no parlamento espanhol, de acordo com os votos obtidos pelos partidos e não segundo o número total de votos contados, deu 278 deputados à esquerda e 131 à direita. Os partidos do Centro e os nacionalistas bascos obtiveram 10 lugares cada.

Nestas condições, a direita tentou, imediatamente, conquistar na rua aquilo que não conseguira obter nas urnas. José António Primo de Rivera assumiu a direcção do movimento contestatário. E é neste clima absolutamente instável e verdadeiramente perigoso que os chefes republicanos procuram decidir se devem trabalhar com os socialistas da esquerda ou com os do centro. A direita acelerava, diariamente, a sua política de provocações. Mas, os referidos chefes, em vez de procurarem levar à prática o programa da Frente Popular, escolheram distanciar-se dele em tentativas de acções políticas que produzissem o apaziguamento da direita mas que, claramente, estavam destinadas ao malogro.

As divergências era profundas entre os partidos que haviam constituído a Frente Popular. Nos meios republicanos menos radicais, a hostilidade às forças da esquerda era evidente. As lutas ideológicas e, mais tarde no próprio terreno de combate entre comunistas e anarquistas e outros esquerdistas, enfraqueceram consideravelmente a coesão das forças nacionais, populares e republicanas. Mais forte, o Partido Comunista acabou por impor o seu peso em tal conflito. Mas, quando esse momento chegou, os acontecimentos em curso apontavam já para a derrota das forças patrióticas. O principal sindicato, a CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores) de tendência anarquista, tinha feito campanha pela abstenção nas eleições – exigia respostas revolucionárias e não eleitorais, o que, manifestamente, não correspondia às realidades da situação política e social.

Na presidência da República, Manuel Azaña desenvolvia todos os esforços possíveis tentando travar a marcha para a catástrofe que se antevia. Com Portela Valladares, primeiro presidente do governo após as eleições, e com elementos da direita não extremista, procurava isolar os comunistas e reprimir as actividades dos anarquistas. Erguia-se contra a República espanhola uma gigantesca conspiração fascista que incorporava todo o movimento monárquico e o imenso, profundamente influente aparelho clerical. A estas forças juntavam-se, ainda, certos republicanos que não simpatizavam com o programa da Frente Popular.

Internacionalmente, as democracias ocidentais e, acima de

todas, a Grã-Bretanha e a França, fugira, vergonhosamente, a defender o governo espanhol republicano e democrático. Preferiram adoptar uma política de não intervenção apesar de a Alemanha nazi e a Itália de Mussolini se haverem colocado ao lado dos militares fascistas insurrectos com todo o poderio ao seu alcance. Nestes termos, a política das chamadas democracias revelou-se hipócrita e desonesta para com a Espanha que vivia uma hora das mais graves de toda a sua história. Apenas a URSS prestou à República espanhola o auxílio internacional que lhe era possível. Mas esse auxílio foi sempre interpretado, falsamente, como destinado a proporcionar ao Partido Comunista de Espanha a tomada do poder, o que era inviável.

Proclamação do General Franco, em Tetuan, a 18 de Julho de 1936

Don Francisco Franco Bahamonde, General Divisionário em Chefe das Forças Militares em Marrocos e Alto Comissário,

Proclamo:

Uma vez mais o Exército, unido com outras forças da nação, viu-se obrigado a responder aos desejos da grande maioria dos espanhóis que, com infinito desgosto, viram desaparecer aquilo que nos une num ideal comum.

Espanha:

Em jogo está a necessidade de restaurar o império da Ordem no âmbito da República, não só nos seus efeitos exteriores mas na sua essência. Para conseguir isto, será necessário trabalhar com justiça, sem ter em conta as classes ou as categorias sociais, para se acabar com a divisão do país em dois grupos: aqueles que estão no poder e aqueles cujos direitos são espezinhados.

O restabelecimento do princípio da Autoridade, esquecido nestes últimos anos, exige, implacavelmente, que as punições sejam exemplares e sejam vistas como tal pela gravidade e rapidez da sua execução.

Para levar a cabo estas tarefas, rapidamente.

Ordeno:

Artigo 1. que seja declarada a lei marcial em todo o território e que todos os cidadãos armados, como consequência, sejam militarizados.



Franco, à direita, com Moscardó, à esquerda, e Varela, após a tomada de Alcazar

■ Manoel de Lencastre

sofre...



Cartaz ridicularizando a aliança das forças de direita espanholas

À direita, em cima – as tropas de Franco entram em Barcelona, em 26 de Janeiro de 1939. Em baixo: refugiados, combatentes do exército republicano, a caminho do exílio, em França



A proclamação da República espanhola, a 14 de Abril de 1931, desencadeara todo o processo. O povo espanhol, extremamente sacrificado ao longo dos séculos, exigia a modernização da sua terra, a criação de condições que o libertassem da miséria e do obscurantismo e lhe abrissem caminho para o progresso. Pelo contrário, as forças que tradicionalmente haviam conduzido o país, a Igreja Católica, a aristocracia latifundiária, o exército, procuravam defender as suas posições históricas no vendaval de tempos incertos que se estavam a viver. A Revolução leninista de Outubro de 1917 fixara-se nos olhos e no espírito de toda a gente. Fora um gigantesco passo histórico em que as classes trabalhadoras espanholas se inspiravam. Era, simultaneamente, o terror das classes dirigentes.

Assombroso era, em Espanha, o "espectáculo" de todos os dias, a miséria nos campos. Oprimido, humilhado, o proletariado agrícola espanhol aspirava, ardentemente, a uma Reforma Agrária que lhe desse terra para poder produzir o pão de que carecia e o libertasse do jugo, da tirania dos potentados latifundiários. Nas indústrias, nos grandes centros urbanos, o operariado, o povo, em geral, ardiem em legítimas exigências de liberdade que os elevassem aos padrões conhecidos noutros países. Em Espanha, desenhava-se uma luta inevitável dadas as condições à vista, entre os dois campos sociais. Essa luta reflectia o conflito internacional entre o imperialismo e o socialismo soviético que a Revolução leninista permitia começar a desenvolver-se. Outubro de 1917 inspirava e abria os olhos a quase todos os explorados do mundo. E acordava o povo espanhol para as realidades desse mundo, em 1936.

Uma negra página

Neste termos, a grande revolta das Astúrias a que os mineiros deram um enorme impulso (Outubro de 1934) conduziu a que a reacção no poder tomasse medidas enérgicas para abafar a todo o custo o importante levantamento da classe trabalhadora. O general Franco foi nomeado para o comando

das forças militares que se estabeleceram naquela província espanhola com o objectivo referido. Os combates contra os trabalhadores armados, que se apoiavam em contingentes de militantes comunistas, socialistas e anarquistas, resultaram em baixas altíssimas, inaceitáveis entre filhos do mesmo povo. No fim, quando o resultado das operações militares dirigidas por Franco contra o proletariado em armas já não oferecia dúvidas, o futuro «caudillo» deu rédea livre às tropas marroquinas sob o seu comando para que iniciassem a limpeza casa a casa em todas as cidades asturianas revoltadas. Foi preciso montar uma operação militar de considerável envergadura para fazer 1000 mortos e aprisionar 30 000 pessoas cuja capacidade para combater, entretanto, chegara ao fim. Os termos de referência da operação em causa exigiam a destruição da resistência patriótica sem olhar a meios e autorizaram o selvagem ataque dos marroquinos, com cães, e o delirante e vergonhoso abuso contra as mulheres e as filhas dos trabalhadores aprisionados. Tudo por ordens de Franco.

A repressão de 1934 constitui uma das mais negras páginas da História de Espanha. Contribuiu muito para o clima de ódio que se estabeleceu no país. Abriu as portas à vitória eleitoral da Frente Popular. Mas deixara sementes de atrito e de violência que tornavam impossível, praticamente, evitar o grande desastre nacional espanhol que foi a Guerra Civil.

Meu irmão era aviador

Meu irmão era aviador
Viu guia de marcha num belo dia.
Fez as suas malas
E de viagem, rumou ao Sul.

Meu irmão era conquistador.
E aqui o povo quer espaço vital
Conquistar terras sempre foi
um velho sonho nosso.

Mas eis que o espaço conquistado
Pelo meu irmão em Guadarrama
Tem mais de um metro e oitenta
E é profundo. De um metro e cinquenta.



Poema de Bertolt Brecht (1898-1956), composto para denunciar a acção de morte de muitos dos seus compatriotas durante a Guerra Civil de Espanha

A unidade da esquerda na Frente Popular foi realizada pelos seguintes partidos: União Republicana, Partido da Esquerda Republicana, Partido Socialista, Partido Sindicalista, Partido Comunista, Partido Operário de Unificação Marxista, Partido da Esquerda Catalã, Partido dos Autonomistas Galegos. O programa da Frente Popular resumia-se em três palavras: Pão, Paz e Liberdade – era o mínimo que o povo espanhol podia exigir.

Mas a reacção, ainda no governo, não admitia que os espanhóis e as espanholas de 1936 aspirassem a tanto. A Frente Popular não sugeria nacionalizações mas propunha a Reforma Agrária, a luta contra a ignorância e o analfabetismo. Exigia, também, a total amnistia aos 30 000 presos em consequência da revolta das Astúrias, a sua reintegração nos empregos de que haviam sido despedidos e uma indemnização justa.

Fúria de um povo

O clima social e político do país era, portanto, quase explosivo quando se realizaram as eleições, há 60 anos. Na hora da vitória eleitoral, o povo, não podendo conter a sua emoção, saiu às ruas, imediatamente, exigindo a libertação dos 30 mil detidos. Em Oviedo, principalmente, e em Valência, as prisões foram tomadas de assalto. Era o grito da Espanha ferida que procurava justiça. Trabalhadores em greve apoiavam aquela natural reivindicação. E pediam-se aumentos de salários. O proletariado agrícola, sedento de pão e liberdade, iniciou a ocupação de terras. Começou a cultivá-las por sua própria conta.

Mas o governo, como já se disse, formado essencialmente por republicanos ideologicamente vacilantes, revelou-se incapaz de controlar os acontecimentos. Desordens constantes provocadas pelos fascistas envenenavam, incendiavam a situação do país. O fantasma da intervenção dos militares anti-republicanos e falangistas adivinhava-se, pairando no ambiente nacional. E as grandes massas, em muitos casos iludidas pela cegueira e pelo fanatismo dos partidos anarquista e trotskista, desencadeavam lutas por objectivos impossíveis e reivindicações irrealizáveis. Perdiam, assim, a disciplina essencial e a visão lúcida do que estava, verdadeiramente, em jogo. Registamos assassinios políticos. A extrema esquerda deixa-se cair, infantilmente, nas armadilhas, nas provocações dos fascistas.

A 18 de Julho de 1936, o general Franco anuncia a sublevação do exército espanhol. Mas, em Madrid, na Catalunha, em Aragão, no Levante, o povo em armas resiste e chama a si a defesa da República. Era o início da Guerra Civil.

(continua)

PONTOS CARDEAIS



Os porcos que dão leite

Alberto João Jardim está cada vez mais fenomenal - tanto que conseguiu, agora, o assinalável prodígio de pôr os porcos a dar leite. O fenómeno vem devidamente relatado pelo próprio João Jardim, numa missiva por si assinada e enviada aos milhares para a população de Santa Cruz. A missiva - que pretende fazer o balanço da «actividade» do Governo

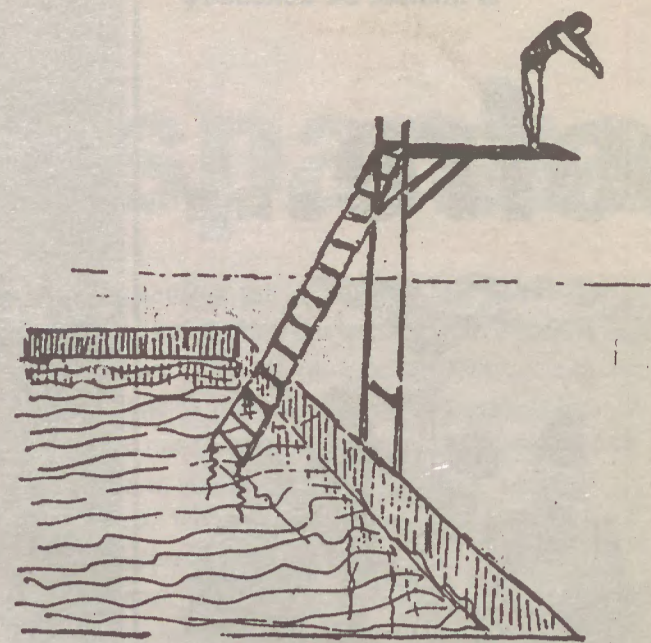
Regional nos últimos quatro anos - afirma a novidade nos seguintes termos, exactamente a páginas três: «Em relação à suinicultura, das cinco explorações existentes na Região Autónoma da Madeira quatro estão localizadas no Concelho de Santa Cruz. Por exemplo, foram recolhidos em 1991 cerca de sete mil litros de leite, dos 12 postos em funcionamento em todo o Concelho, vindo dos 136 produtores.»

Na verdade só com muito «leite» parece admissível manter-se à frente do Governo da Região alguém como Alberto João Jardim. Mas o «leite» de Jardim não vem das vacas, nem sequer dos porcos que, pelos vistos, são para ele a mesma coisa: vem da inesgotável «mama» dos dinheiros públicos que ele, mais uma vez e sem que alguém lhe vá à mão, volta a utilizar para o envio das suas cartinhas de propaganda pessoal e partidária...

De novo, a palhaçada

Já muito se disse e escreveu sobre o 18º congresso do PPD/PSD e, sobretudo, sobre o enorme circo de ambições e vaidades a que esta realização político-partidária mais uma vez se resumiu. Para se aquilatar ao nível «político» a que desceram as estrelas da companhia, basta transcrever o resumo, intitulado «Os negócios de Menezes» e feito no

«Público», das voltas e reviravoltas de um dos barões laranjas, o senhor Luís Filipe de Menezes, no seu afã de subir a escada: «Luís Filipe de Menezes começou a manhã no hotel Solverde a confessar ter sido um dos primeiros a estar ao lado de Marcelo Rebelo de Sousa. Cerca do meio-dia subiu ao quarto de Marcelo, onde este passara a noite a cozinhar as listas. Aí, Menezes confirmou o que já era adquirido: Marcelo obrigava-se apenas a dar-lhe uma vice-presidência, não guardando mais nada para os seus homens. O cargo mais querido - a secretaria-geral - estava totalmente fora de questão. «Aí, Menezes vira-se para Marcelo e explica que só alinhará com ele se lhe entregar as pastas para as quais o seu nome fora vetado por Pacheco Pereira. Mas o professor desiludiu o presidente da Distrital do Porto: a secretaria-geral estaria ainda à espera de



Manuela Ferreira Leite e a liderança parlamentar era uma questão a ver(...) «Menezes chega ao Europarque decidido a combater no seu discurso dessa tarde a «lisboetização» das listas de Marcelo. «Não faz sentido que um partido como o PSD tenha o núcleo de poder exclusivamente centrado numa cidade ou num bairro do país», disse à chegada. Menezes referia-se à Lapa, um dos bairros mais «elitistas» de Lisboa e onde,

precisamente, Marcelo costuma reunir a sua tertúlia. «Eis que Santana Lopes faz o seu discurso incendiário, em que anuncia a candidatura. Menezes sorri, durante as prédicas de Santana. Parece que, no fim, corre a abraçá-lo e choraram juntos, ombro no ombro. Pelo menos foi isto que Menezes foi contar para a reunião de delegados da distrital portuense, que decorreu imediatamente a seguir.

«Final, o namoro do Porto com Marcelo não era feito com grande convicção, confessou Menezes aos seus pares. E ele, frisou, «era um homem de convicções». O presidente da distrital nortenha acabara assim de descobrir convicções em Santana Lopes, o tal candidato que ele considerava há cerca de um mês «ser muito difícil vir a apoiar»(...).»

Walesa na fábrica

O ex-presidente polaco Lech Walesa regressou esta semana ao seu posto de electricista nos estaleiros de Gdansk, numa aparatosa operação autopublicitária que pretende mostrar que está «em dificuldades financeiras», tendo o cuidado de esclarecer que vai ganhar o equivalente a 330 dólares por mês, metade do que ganha o guarda-costas a que tem direito na sua qualidade de ex-chefe de Estado, entretanto destacado para o proteger enquanto trabalha. E pormenoriza: «Isto será um pouco estranho, porque irei para os estaleiros de Mercedes, e durante oito horas um guarda-costas deverá ficar a ver-me trabalhar.»

O que não é menos estranha é esta dificuldade económica em que se encontra Lech Walesa, que tem, por exemplo, o fisco à perna por não ter pago o que devia pelo milhão de dólares que recebeu de uma companhia de cinema norte-americana...

PONTOS NATURAIS

A Parábola

Terrível imagem aquela que a TVI pediu emprestada à Rede Globo: a agonia de um «correio» que levava nos intestinos saquinhos que continham, cada um, três gramas de cocaína. Um saco rompeu-se e foi inevitável a morte, por overdose. Ali. Diante dos nossos olhos. A lenta agonia. Não era apenas um homem que morria. Era todo um sistema. Toda uma sociedade. Mais do que uma reportagem, uma parábola.

Cobertura de zinco

No momento em que escrevo estas palavras, desenrola-se na RTP uma formidável cobertura ao congresso do PSD. Assim, sim. Assim vale a pena ser da oposição. Mas como diz o pobre daquela anedota: «Escusava de exagerar, meu bom benfeitor...»

O grande exemplo de um país pequeno

Michael Jackson foi ao Rio de Janeiro gravar uma canção, «Eles não querem saber de nós». Andou quilómetros a mais. No seu país encontraria cenários igualmente (ou piormente) significativos. Na favela do Rio (e não é das mais degradadas...) diz-nos a reportagem que vivem «12.500 pessoas em condições sub-humanas». Isto acontece num dos países mais ricos do mundo. Michael nunca podia gravar a

canção em Cuba, apesar das terríveis condições de vida impostas pelos Estados Unidos. Isto porque «eles querem saber de nós». É desse exemplo que tem medo, no fim de contas, o homem do saxofone.

bombeiros dizem que o autocarro não estava em condições de circular na estrada e muito menos de transportar crianças. Maria João Barros foi ver a lista de ilegalidades existentes em muitas carreiras de autocarros e que afectam a segurança na estrada.

Exemplificam bem a quantidade de horas que estes motoristas passaram ao volante no mesmo dia. São 10, 12 e mesmo 14 horas, quando a lei permite o máximo de cinco horas seguidas a conduzir o autocarro, num máximo de oito horas por dia.

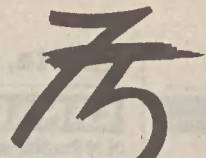
Mas os motoristas, com contratos precários, são obrigados pelos patrões a utilizar um sem-número de estratégias, já muito denunciadas pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários à Inspeção Geral do Trabalho, mas até agora sem consequências. Além disso, o acordo económico e social agora em execução, que prevê a polivalência e a flexibilização do horário de trabalho, vêm contribuir para agravar a situação, ao permitir as 10 horas de trabalho. Outra grande causa de acidentes está intimamente ligada ao estado dos autocarros. A maior parte estão velhos, além de que muitos empresários recorrem à compra no estrangeiro de viaturas em segunda mão. Para disfarçar as deficiências, também existem alternativas. Perante tudo isto, um conclusão parece óbvia: a segurança dos passageiros não consta das prioridades.



Quando a segurança não conta

J. Rodrigues dos Santos - Os

Maria João Barros - Estes discos registam todos os dados referentes ao tempo e velocidade de circulação de um autocarro.



anos
PCP

Pela Democracia
Pelo Socialismo
Por Portugal

Terça-feira,
em Almada

EXPOSIÇÃO SOBRE O 75º ANIVERSÁRIO DO PCP

no CT de Almada
(R. Capitão Leitão):
inauguração às 18h30.

PLENÁRIO DA CÉLULA DA LISNAVE

sobre a situação social
e política:
às 17h
no CT Concelhio.

GRANDE COMÍCIO EUROPEU

Paris - 11 de Maio

Contra o desemprego
Por uma Europa dos povos,
do emprego e do progresso social

Da iniciativa e com a participação de
Partido do Socialismo Democrático da Alemanha,
Partido Socialista Popular da Dinamarca, Esquerda
Unida - IC de Espanha, Aliança de Esquerda da
Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido
Comunista da Grécia, Synaspismos da Grécia,
Esquerda Democrática da Irlanda, Partido da
Refundação Comunista de Itália, Movimento dos
Comunistas Unitários de Itália, Partido Socialista de
Esquerda da Noruega, Partido Comunista
Português, Partido da Esquerda da Suécia

EXCURSÃO

10 a 13 de Maio

Partida de Lisboa - dia 10, pelas 7h30
Chegada a Lisboa - dia 13, pelas 23 h
Preço: 25.000\$00

(transporte em autocarro de grande turismo;
alojamento em hotel em Paris, de 11 para 12, com
peq.almoço;
viagem turística por Paris no dia 12)

Inscrições até 15 de Abril nos CTs do PCP

III Assembleia da Organização Regional
de LISBOA do PCP

Coliseu dos Recreios 13 Abril 96



Reuniões preparatórias

LISBOA

Plenário de militantes do Sector de Serviços - hoje, quinta-feira, às 20h,
no CT da Av. Duque de Loulé
Plenário da célula do Metro - hoje, quinta-feira, às 17h30, no CT Vitória
Plenário de militantes do Sector da Saúde - segunda-feira, 8, às 18h30,
no CT Vitória
Plenário de militantes do Sector de Seguros - segunda-feira, 8, às 18h00,
no CT Vitória
Plenário da Organização dos Juristas - terça-feira, 9, às 21h30, no CT Vitória
Assembleia plenária da freguesia de S. Domingos de Benfica, com a participação
de Alexandre Teixeira - terça-feira, 9, às 21h30, no CT de Benfica
Plenário de militantes da Organização dos Bancários - terça-feira, 9, às 17h30,
no CT Vitória
Plenário de militantes Reformados da Carris - quarta-feira, 10, às 15h,
no CT Vitória
Plenário da célula dos CTT - quarta-feira, 10, às 18h30, no CT da Av. Duque
de Loulé
Plenário de militantes do Sector de Serviços - quinta-feira, 11, às 20h,
no CT da Av. Duque de Loulé
Plenário da célula da Carris - quinta-feira, 11, às 18h30, no CT Vitória

AMADORA

Assembleia electiva das células de Cabos de Ávila, Heska, Centro de Formação,
Sotancro, Biofarma, Malas Peixoto, Titan e outras - hoje, quinta-feira, às 18h30,
no CT da Amadora

VILA FRANCA DE XIRA

Póvoa de Sta. Iria - Assembleias electivas das células da Solvay Portugal
e Vanleer - hoje, quinta-feira, às 17h30, no CT da Póvoa
Alhandra - Assembleia das células de empresa de Alhandra - segunda-feira, 8,
às 18h, no CT
Alverca - Assembleia das células de empresa de Alverca - terça-feira, 9, às 18h,
no CT
Vila Franca - Assembleia da organização de Castanheira do Ribatejo,
terça-feira, 9, às 21h30, no CT local

CIRCUITO AÇORIANO

Visita a 4 Ilhas
TERCEIRA - FAIAL - PICO - S. MIGUEL
de 14 a 21 de Julho 1996 promovido pela Com. Dinamizadora do CT de Arroios

Preço por pessoa em quarto duplo ou triplo: 190.000\$00

O preço inclui: transporte em voos regulares para o itinerário indicado;
transportes dos Aeroportos aos Hotéis;
estada em Hotéis***, em quartos com banho privativo,
em regime de pensão completa;
excursões de dia inteiro nas Ilhas Terceira, Faial e S. Miguel;
excursão de meio-dia à Lagoa das Sete Cidades

Mais informações e inscrições: CT de Arroios e Tel. 8138119 (Cam. Ivone)



JCP / Brigada 1996 SOLIDARIEDADE COM CUBA

De 26 de Julho (partida para Cuba) a 16 de Agosto (regresso a Portugal)

Itinerário em Cuba:

Campo de Trabalho na Agricultura na Província de Holguin; Hotel Guardalavaca (zona turística); Sierra;
Maestra; Santiago de Cuba; Havana
Participação: 140.000\$00
com regime de pensão completa no Campo de
Trabalho e na Sierra Maestra, meia pensão nos
outros locais

Inscrições e informações:

Sede Nac. da JCP - R. Sousa Martins, 8, 1050
Lisboa — Tel. 3557349

À venda no CT da Amadora
(Av. da República - tel. (01)4941162):

«A ILHA DOS AMORES»
Serigrafia de Irene Ribeiro,
edição de 50 exemplares, numerados e rubricados
Preço: 25.000\$00

TELEVISÃO

Quinta, 4

CANAL 1

- 08.00 Notícias
- 08.15 Remate
- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 A Minha Gente
- 09.30 A Minha Medida
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.25 Culinária
- 11.40 Rosto de Mulher
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Uma Promessa de Amor
- 14.20 Malha de Intrigas
- 15.10 Vizinhos
- 16.10 Infantil / Juvenil
- 17.00 Os Dias Úteis
- 18.30 Cinzas
- 19.00 Pedra sobre Pedra
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Futebol: Estrela da Amadora-Sporting
- 22.45 Roseira Brava
- 23.25 Tudo pelos Outros

Sexta, 5

CANAL 1

- 08.00 Notícias
- 08.15 Remate
- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 A Minha Gente
- 09.30 Ellen
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 11.40 Rosto de Mulher
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Uma Promessa de Amor
- 14.20 Malha de Intrigas
- 15.10 Vizinhos
- 16.10 Infantil / Juvenil
- 17.00 Os Dias Úteis
- 18.30 Cinzas
- 19.00 Pedra sobre Pedra
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Futebol: Benfica-Sport. Braga
- 22.45 Roseira Brava
- 23.45 24 Horas

Sábado, 6

CANAL 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 10.55 Clube Disney
- 12.20 Cybermaster
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.20 Top +
- 14.35 Jornal Jovem
- 16.05 Rumo a Avonlea
- 17.00 Automobilismo: G.P. F1 Argentina
- 18.00 Paul Mckena
- 18.30 Chefe, Mas Pouco
- 19.00 Clube dos Totalistas
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Futebol: Marítimo-Porto
- 22.45 Parabéns
- 01.15 24 Horas
- 02.05 O Triunfo É Difícil (Filme de Gillian Armstrong, Austrália-1982. Ver Destaque)

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.10 Forum Musical
- 13.00 Parlamento
- 14.00 Euronews
- 15.00 Atlanta 96 - «Atletismo»
- 16.10 Desporto
- 17.00 A Arma Secreta (Filme de Arthur Lubin, EUA-1963. Fantasia/Animação)
- 19.15 TV2 Informação
- 19.20 Jogo Falado
- 19.55 Golfe
- 20.05 Circo
- 20.20 Ilhas Desertas
- 20.55 Trio de Quatro
- 22.00 TV2 Informação
- 22.05 Seis Histórias
- 23.00 Vigília Pascal
- 00.30 Jornadas na 2

SIC

- 09.00 Buêrére
- 11.30 Portugal Radical
- 12.00 O Mundo dos Animais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 Tostões e Milhões
- 14.00 Malhação
- 15.00 Justiça Negra
- 16.00 Album de Família
- 17.00 O Juiz Decide
- 18.15 Futebol
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 História de Amor
- 22.00 Big Show Sic
- 00.35 Último Jornal
- 00.50 Heróis (Filme de Jeremy Paul Kagan, EUA-1977. Guerra/Comédia Dramática)

TVI

- 09.40 Animação
- 11.30 As Histórias mais Bonitas
- 12.00 Quem Sai aos Seus...
- 12.30 Novos Ventos
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.25 Contra-Ataque
- 15.00 Tênis - Torneios ATP
- 15.30 A Hora do Recreio
- 16.10 A Pousada da Sexta Felicidade (Filme de Mark Robson, EUA-1958. Ver Destaque)
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Santa Joana (Filme de Otto Preminger, EUA-1957. Ver Destaque)
- 22.00 Vigília Pascal
- 01.00 Últimas Notícias
- 01.20 Uma Vida Inteira (Filme de John Ford, EUA/1955. Ver Destaque)

Domingo, 7

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 11.00 NBA
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.20 Made in Portugal
- 14.25 86-60-86
- 15.05 A Lei de Burke
- 15.55 Os Jovens Cowboys
- 16.45 Automobilismo: G.P. de F1 Argentina
- 19.05 Casa Cheia
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Quem É o Quê?
- 21.40 Imagens Vivas
- 22.30 No Calor da Noite
- 23.20 24 Horas
- 23.55 O Feitiço da Lua (Filme de Norman Jewison, EUA-1987. Ver Destaque)

TV 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 O Homem e a Cidade
- 11.00 Missa
- 12.10 Bênção «Urbí et Orbí» (Transm. de Roma)
- 12.30 Regiões
- 14.00 Golo Europa
- 14.30 Desporto
- 16.45 Pela Borda Fora (Filme de Garry Marshall, EUA-1987. Ver Destaque)
- 18.35 Circo
- 19.15 Para Além do Ano 2000
- 20.00 Ilhas Desertas
- 21.00 Adolf Hitler, Génio ou Louco?
- 22.00 TV2 Informação
- 22.05 Principal Suspeito
- 23.10 Miss Rose White (Filme de Joseph Sargent, EUA-1992. Ver Destaque)

SIC

- 09.00 Buêrére
- 11.30 Espaço Nickelodeon
- 12.00 Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Lei e Ordem
- 15.10 Os Donos do Jogo
- 16.40 Buêrére
- 17.30 Notícias
- 17.45 Renascer
- 18.55 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite

Segunda, 8

CANAL 1

- 08.00 Notícias
- 08.15 Remate
- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 A Minha Gente
- 09.30 Ellen
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 11.45 Rosto de Mulher
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Uma Promessa de Amor
- 14.20 Malha de Intrigas
- 15.10 Vizinhos
- 16.10 Infantil / Juvenil
- 17.00 Os Dias Úteis
- 18.30 Cinzas
- 19.00 Pedra sobre Pedra
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Roseira Brava
- 21.40 Marco Paulo com Música no Coração
- 22.55 Nova Oportunidade
- 23.45 24 Horas
- 00.15 Remate
- 00.35 Tropa, às Armas (Filme de Norman Cohen, Gr.Br.. Comédia)

TV 2

- 16.30 A Casa do Caçador
- 17.30 Rua Sésamo
- 18.10 Um, Dó, Lí, Tá
- 19.10 Os Astrónomos
- 20.10 Inimigo à Porta
- 21.15 À Roda do Mundo
- 21.45 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.35 Acontece
- 22.50 Segunda Parte
- 00.30 Musical - «The White Room»

SIC

- 11.00 Dias Felizes
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.10 A Guerra dos Sexos
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Lei e Ordem
- 15.10 Os Donos do Jogo
- 16.40 Buêrére
- 17.30 Notícias
- 17.45 Renascer
- 18.55 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite

Terça, 9

CANAL 1

- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 A Minha Gente
- 09.30 Ellen
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 11.45 Rosto de Mulher
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Uma Promessa de Amor
- 14.20 Malha de Intrigas
- 15.10 Vizinhos
- 16.10 Infantil / Juvenil
- 17.00 Os Dias Úteis
- 18.30 Cinzas
- 19.00 Pedra sobre Pedra
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Roseira Brava
- 21.40 A Mulher do Sr. Ministro (Filme de Sérgio Rezende, Brasil-1985. Ver Destaque)
- 24.00 24 Horas
- 00.30 Remate
- 00.50 A Ilha do Monstro (Filme de Larry Cohen, EUA-1987. Terror)

TV 2

- 16.40 Golo Europa
- 17.40 Rua Sésamo
- 18.00 Um, Dó, Lí, Tá
- 19.00 Contos a Óleo
- 19.10 De Boa Saúde
- 19.30 Rotações
- 20.45 Os Vingadores
- 21.20 Lendas e Narrativas
- 21.45 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.35 Acontece
- 22.55 Teatro: «A Voz Humana»
- 00.10 A Par e Passo

SIC

- 11.00 Dias Felizes
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.10 A Guerra dos Sexos
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Lei e Ordem
- 15.10 Os Donos do Jogo
- 15.40 Buêrére
- 17.30 Notícias
- 17.45 Renascer
- 19.00 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite

Quarta, 10

CANAL 1

- 08.30 Rua Sésamo
- 08.55 Notícias
- 09.05 A Minha Gente
- 09.30 Ellen
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 11.45 Rosto de Mulher
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Uma Promessa de Amor
- 14.20 Malha de Intrigas
- 15.10 Vizinhos



Susanah York dá rosto e voz à «Voz Humana», adaptação para televisão da famosa peça de Cocteau: terça na TV2

- 16.10 Infantil / Juvenil
- 17.00 Os Dias Úteis
- 18.30 Cinzas
- 19.00 Pedra sobre Pedra
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Roseira Brava
- 21.30 A Lei das Ruas
- 22.50 Sinatra
- 00.15 24 Horas
- 00.30 Remate
- 01.00 Mortadela (Filme de Mario Monicelli, Itália-1972. Comédia)

TV 2

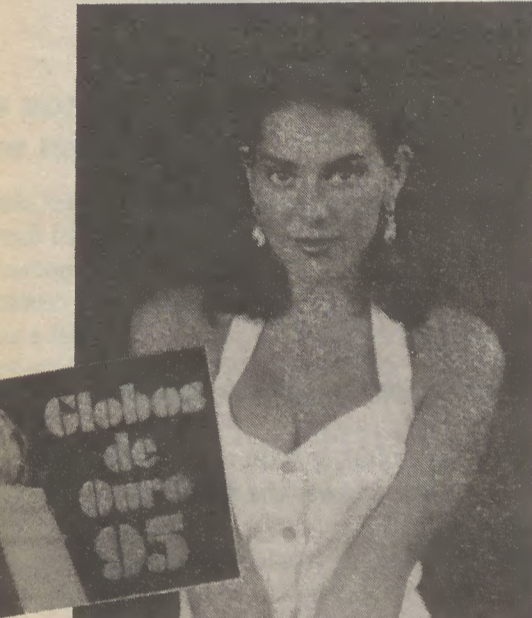
- 16.30 Motores
- 17.35 Rua Sésamo
- 18.00 Um, Dó, Lí, Tá
- 19.00 Sinbad
- 19.45 A Descoberta do Mundo
- 20.30 Uma Cidade, Dois Mundos
- 21.30 Planeta Terra
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.40 Acontece
- 22.55 Documentário: «Alma Russa»
- 23.50 Ritmos do Mundo

SIC

- 11.00 Dias Felizes
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.10 A Guerra dos Sexos
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Lei e Ordem
- 15.00 Os Donos do Jogo
- 17.00 Buêrére
- 17.30 Notícias
- 17.45 Renascer
- 19.00 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Barba e Cabelo
- 21.10 Explode Coração
- 22.05 Casos de Polícia
- 23.15 Decadência
- 00.20 Último Jornal
- 00.40 Toda a Verdade
- 01.40 O Papá é Major
- 02.10 Vibrações

TVI

- 10.10 Clube da Manhã
- 10.30 Jornal de Negócios
- 11.00 Olho Popular
- 12.50 Dez Prá Uma
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.20 Primeira Mão
- 14.35 Um Anjo na Terra
- 15.30 A Fúria do Destino
- 16.40 A Hora do Recreio
- 17.30 Informação
- 17.50 Já Tocou na Faculdade
- 18.35 MacGuyver
- 19.30 Novo Jornal
- 20.30 Negócios em Dia
- 20.50 Rio Selvagem
- 21.35 Fora de Jogo
- 22.00 Futebol: Atlético de Madrid-Barcelona
- 23.50 TVI Jornal
- 00.30 Jornal do Mundo
- 01.00 Rua Jump, 21



Os «Globos de Ouro» da SIC, com Catarina Furtado entre os apresentadores. Segunda-feira à noite

- 22.05 Prova Oral
- 00.25 Murphy Brown
- 00.55 24 Horas
- 01.25 Remate
- 01.45 Estranho Comportamento (Filme de Michael Laughlin, Austrália/N Zelândia-1981. Terror)

TV 2

- 16.30 Desporto de A a Z
- 17.45 Rua Sésamo
- 18.15 Um, Dó, Lí, Tá
- 19.15 Musical: «Beat Special II»
- 20.10 Campos de Fogo
- 21.15 Dinheiro em Caixa
- 21.45 Remate
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.40 Acontece
- 22.50 Macbeth (Filme de Orson Welles, EUA-1948. Ver Destaque)
- 00.45 Ver Artes
- 01.15 In Concert

SIC

- 11.00 Dias Felizes
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.10 Felicidade
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Lei e Ordem
- 15.10 Os Donos do Jogo
- 15.40 Buêrére
- 17.30 Notícias
- 17.45 Renascer
- 19.00 Cara e Coroa
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Explode Coração
- 21.45 Os Trapalhões
- 22.15 Marina, Dona Revista
- 23.15 A Noite da Má Língua
- 00.35 Último Jornal
- 00.50 Boa Noite, Mãe (Filme de Tom Moore, EUA-1986. Drama)

TVI

- 10.10 Clube da Manhã
- 10.30 Jornal do Mundo
- 11.00 Missa
- 12.50 Dez Prá Uma
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.20 Primeira Mão
- 14.35 Um Anjo na Terra
- 15.30 A Fúria do Destino
- 16.30 Encontro
- 16.40 A Hora do Recreio
- 18.00 Missa
- 19.30 Novo Jornal
- 20.30 Negócios em Dia
- 20.50 Rio Selvagem
- 21.45 Fora de Jogo
- 22.00 Anno Domini
- 23.50 TVI Jornal
- 00.35 Rua Jump, 21



A estreia da semana é, sem dúvida, «Principal Suspeito», a continuação de uma excelente série policial protagonizada pela excelente Ellen Mirren. Domingo à noite na TV2

- 18.00 O Outro Lado da Montanha (Filme de Larry Pearce, EUA-1975. Biográfico/Desporto)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 História de Amor (Filme de Peter Weir, EUA-1985. Ver Destaque)
- 00.50 Último Jornal
- 01.05 Uma Hora Contigo (Filme de Ernst Lubitsch, EUA-1932. Ver Destaque)

TVI

- 09.30 Clube da Manhã
- 12.00 O 8º Dia
- 12.00 Missa
- 13.30 Portugal Português
- 15.00 Jornal do País
- 15.40 Olho Popular
- 17.10 O Jogo do Ganso
- 19.10 Futebol (Campeonato Espanha)
- 21.15 Telejornal
- 21.55 Sansão e Dalila (Filme de Cecil B. DeMille, EUA-1951. Ver Destaque)
- 00.15 Últimas Notícias
- 00.30 Hunter

- 20.50 Explode Coração
- 22.00 Gala «Globos de Ouro»
- 00.35 Último Jornal
- 00.55 Flash Back

TVI

- 10.10 Clube da Manhã
- 10.50 Novos Ventos
- 11.25 Rumores
- 12.00 Fado, Fadinho
- 12.50 Dez Prá Uma
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.20 Primeira Mão
- 14.35 Um Anjo na Terra
- 15.30 A Fúria do Destino
- 16.40 A Hora do Recreio
- 17.30 Informação
- 17.50 Já Tocou na Faculdade
- 18.35 MacGuyver
- 19.30 Novo Jornal
- 20.30 Negócios em Dia
- 20.50 Rio Selvagem
- 21.45 Fora de Jogo
- 22.00 Os Olhos da Morte (Telefilme de Gary Sherman, EUA-1991. Policial)
- 00.05 TVI Jornal + Primeira Fila
- 01.00 Rua Jump, 21

- 20.45 Explode Coração
- 21.45 Ai, os Homens!
- 23.30 Cross Fire
- 00.35 Último Jornal
- 00.50 Sonhar Acordado
- 01.20 No Fim do Mundo

TVI

- 10.10 Clube da Manhã
- 10.40 O 8º Dia
- 11.10 Momentos de Glória
- 12.50 Dez Prá Uma
- 13.30 Jornal da Uma
- 14.20 Primeira Mão
- 14.35 Um Anjo na Terra
- 15.30 A Fúria do Destino
- 16.40 A Hora do Recreio
- 17.30 Informação
- 17.50 Já Tocou na Faculdade
- 18.35 MacGuyver
- 19.30 Novo Jornal
- 20.50 Rio Selvagem
- 21.45 Fora de Jogo
- 22.00 A Mulher Polícia (Telefilme de Sandor Stern, EUA-1982. Policial)
- 23.55 TVI Jornal
- 00.35 Jornal de Negócios
- 01.10 Rua Jump, 21

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Macbeth

(Quinta, 23.00, TV2)

Estreado no mesmo ano em que Laurence Olivier mostrava a sua versão cinematográfica de *Hamlet*, disse-se então que o filme sofria em termos de comparação - provavelmente porque era de dois clássicos de Shakespeare que se tratava. Mas, com os anos, percebe-se melhor agora que Orson Welles soube ultrapassar todas as dificuldades financeiras que ensombraram a rodagem do filme para ter a coragem de filmar *Macbeth* praticamente apenas em interiores, em meio de nevoeiros e de cenários estranhos e bizarros e com uma fotografia propositadamente escura - mesmo assim escapando aos efeitos da teatralidade que não deixaram de afligir a versão de Olivier.

Santa Joana

(Sábado, 20.00, TVI)

Prejudicado por um certo estatismo - o que é, no mínimo, surpreendente num filme realizado por um cineasta como Otto Preminger - *Santa Joana* é a adaptação ao cinema da peça homónima de Bernard Shaw que nos fala da Joana d'Arc sacrificada em paga dos desafios que lança, por um lado, aos grandes senhores feudais e, por outro lado, à todo-poderosa hierarquia da Igreja. No seu primeiro grande papel nos EUA, figura Jean Seberg.

Uma Vida Inteira

(Sábado, 01.20, TVI)

Realizado por John Ford em homenagem a West Point, *Uma Vida Inteira* conta-nos a história de um irlandês que entra para aquela instituição militar como cozinheiro e chega a instrutor, acompanhando três gerações de cadetes e assistindo à eclosão de duas guerras. Face a este tema, não é assim de estranhar que perpassem pelo filme alguns valores essenciais ao cinema de Ford: os códigos de honra, as tradições, a família, a religião. Nos principais papéis, Tyrone Power e uma espantosa Maureen O'Hara. Uma curiosidade: foi o primeiro filme do realizador em *cinemascope*. Veremos se a TVI respeita o formato.

O Triunfo é Difícil

(Sábado, 02.05, Canal 1)

Dizem as referências tratar-se de um filme simpático que se debruça sobre a escalada na vida artística de uma jovem cantora *punk* ajudada pelos talentos do seu agente - um primo de... 14 anos de idade. Uma comédia musical de origem australiana.

A Pousada da Sexta Felicidade

(Domingo, 16.10, TVI)

Nas vésperas da II Guerra Mundial, uma missionária inglesa toma a seu cargo um grupo de crianças numa perigosa viagem por território inimigo através da China. Duas grandes interpretações de Ingrid Bergman e Robert Donat, nesta (porventura datada) cinematização de uma história verídica.

Pela Borda Fora

(Domingo, 16.45, TV 2)

O realizador deste filme, Gary Marshall, celebrou-se sobretudo pelo enorme

Hedy Lamarr, a tentação de Victor Mature em *Sansão e Dalila*, o indispensável «bíblico» de Cecil B. DeMille

sucesso comercial de um outro (*Pretty Woman - Um Sonho de Mulher*), que realizou três anos mais tarde do que este. Mas já aqui, nesta divertida comédia, o cineasta parecia alardear a sua tendência para as «histórias de amor» temperadas pelo picante e pelo absurdo. Com algumas personagens secundárias consideradas notáveis e irresistíveis - e protagonizado em primeiro plano por dois excelentes Goldie Hawn e Kurt Russell - o filme conta a história que nos dizem impagável de um carpinteiro que se vinga de uma excêntrica milionária, a qual, vítima da amnésia provocada por um desastre a bordo de um *yacht*, é por ele reclamada na qualidade de... esposa.

Sansão e Dalila

(Domingo, 22.10, TVI)

Já cá faltava, claro, a fruta da época: desta vez, Victor Mature no corpo de Sansão muitíssimo bem acompanhado por Hedy Lamarr na pele de Dalila. Se ainda forem capazes de resistir a alguns ridículos - o menor dos quais não deixa de ser a expressão de plástico do protagonista principal e a surpreendente flacidez das suas «banhas» surgindo por debaixo das túnicas - é um regalo assistir ao espectáculo do desmoronar das colunas e das pedras de papelão do templo. Do mais fino *kitsch* de DeMille...

A Testemunha

(Domingo, 22.50, SIC)

Na casa de banho da estação de caminho-de-ferro de Filadélfia, um miúdo pertencente a uma congregação Amish é testemunha de um assassinato. Para protegê-los dos criminosos, o detective encarregado de investigar a ocorrência procura ocultar a identidade do miúdo e da sua mãe viúva. Mas, ferido por uma bala, é transportado para a quinta destes para ser tratado. E, com o prolongamento da sua estadia, acaba por nascer a paixão entre o detective e a mãe do jovem. Primeiro filme realizado nos EUA pelo realizador australiano Peter Weir, *A Testemunha* é um interessante *thriller* que, frequentemente, coexiste com uma história de amor, e em que os principais papéis foram entregues a Kelly McGillis e Harrison Ford.

Miss Rose White

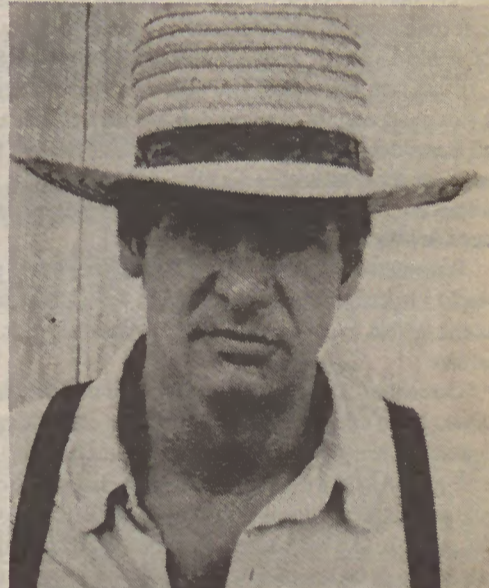
(Domingo, 23.10, TV 2)

Considerado «acima da mediania» pelas referências, *Miss Rose White* é um *telefilme* realizado por Joseph Sargent a partir da adaptação de uma peça teatral que se debruçava sobre o reencontro nos EUA de duas irmãs judias em finais da década de 40: uma delas fugira da Europa quando ainda era uma garota enquanto a outra fora vítima do nazismo e conseguira a ele sobreviver. Kyra Sedgwick, Amanda Plummer e Maximilian Schell, são os principais intérpretes.

O Feitiço da Lua

(Domingo, 23.55, Canal 1)

Loretta, uma notável viúva que vai nos seus 40 anos, aceita casar com um homem mais velho que lhe permita assegurar o seu devir. Mas, quando o futuro marido parte para a Sicília para assistir ao funeral da mãe, Loretta cruza-se com o irmão daquele... e apaixona-se irremediavelmente. Retrato extremamente interessante das famílias americanas de origem italiana, este filme é um espectáculo de representação por parte de Cher e, sobretudo, dessa fabulosa actriz que é Olympia Dukakis, ambas alcançando os Oscars da especialidade. Mas não só. É sobretudo o argumento, da pena de Patrick Shanley (também ele contemplado), desenvolvendo-se como se fosse uma peça de teatro mas permitindo a Norman Jewison uma encenação nada estática, cuidadosa e envolvente, que faz demonstrar à evidência quão decisivo é, em cinema, o saber da escrita para os diálogos e para as imagens.



Kelly McGillis e Harrison Ford, intérpretes principais de «A Testemunha» de Peter Weir



A «família italo-americana» de «Feitiço da Lua» de Norman Jewison

Maurice Chevalier em «Uma Hora Contigo» de Ernst Lubitsch

Uma Hora Contigo

(Domingo, 01.05, SIC)

André e Collette Bertier são dois esposos-modelo. Mas, entre ambos, surge Mitzi, uma amiga de Collette, que procura esquecer os seus desgostos de amor seduzindo André. Até que, depois de uma tentativa de vingança de Collette, tudo regressa aos conformes. Trata-se, evidentemente, de uma comédia bem à medida do talento de Ernst Lubitsch mas que as referências nos recordam ter resultado, surpreendentemente, algo falhada.

O Homem da Capa Preta

(Terça, 22.45, Canal 1)

Desconhecido entre nós, *O Homem da Capa Preta* conta-nos a saga de uma célebre figura brasileira: a de Natalício Tenório Cavalcanti, que chegou a ser administrador de uma propriedade, deputado estadual e deputado federal depois de ter começado por trabalhar como servente e passando sucessivamente pelas profissões de motorista e auxiliar de enfermagem. É assim que o realizador Sérgio Rezende nos dá a ver, com a sua típica barba e chapéu (e acompanhado da metralhadora Lurdinha), esta aventureira personagem lendária, interpretada pelo conhecido (das telenovelas) José Wilker. A descobrir.



■ Francisco
Costa

«Reguilas», o mau da fita...

Gostava de ter espairecido um pouco e deliciar-me com «Satie e Suzanne» programado a semana passada para a TV2; ou com o Artes & Letras (agora desperdiçado no horário fortemente concorrente dos telejornais ou das telenovelas) e que desta vez terá começado a debruçar-se - estavam previstas duas partes - sobre a polémica figura de Steven Spielberg; ou com a primeira parte do «Ver Artes», anunciado para nos mostrar os maravilhosos pátios lisboetas. Mas não seria «politicamente correcto» fazê-lo. Depois de um fim-de-semana tão absorvente do ponto de vista «noticioso», de que outra coisa poderia eu vir aqui falar-vos?

Repetiu-se a História?

«Bastaria ter assistido à longa maratona televisiva da «cobertura noticiosa» ao último Congresso do PSD (...) para imediatamente concluir que a extensa presença de um tão elevado número de jornalistas, comentadores e técnicos em Santa Maria da Feira, muito mais do que apenas significar uma natural mobilização de profissionais e meios para noticiar um acontecimento político de evidente importância nacional, ultrapassava largamente os limites da decência para passar a configurar um verdadeiro escândalo nacional, em tudo impróprio de um país democrático onde, na realidade quotidiana, se confrontam diversas perspectivas e propostas para a resolução dos problemas sociais, políticos, económicos e culturais desse país. (...) É que, nem mesmo nos EUA, onde o fenómeno de mediatização da vida política atinge os cumes do intolerável, tal teria sido possível! E muito menos na Europa onde, apesar de todos os recuos em matéria de democratização e dignificação do audiovisual, o esforço de respeito pela opinião pública ainda pesa fortemente no atenuamento de idênticas tentações. (...)

Perguntar-se-á então se (...) o que de escandaloso se passou em relação à tentacular cobertura informativa do Congresso do PSD poderia ter tido, em termos práticos, contornos diferentes. Dir-se-ia que não.

Uma coisa é, face à inegável importância de um acontecimento político como este, no plano dos princípios e da ética admitir-se como aceitável e possível ter sido pensada uma cobertura razoavelmente proporcional a essa importância, se sensatamente correspondente ao tratamento dispensado a idênticas iniciativas de outros partidos políticos. Mas o que parece sensato, aceitável e possível não é, neste estado de coisas, provável, como ficou amplamente demonstrado.

Seria ingénuo pensar-se que, face às referidas condicionantes actuais; tal ou tal canal pudesse mascarar de forma diferente esta natural apetência e necessidade imperiosa para seguir o espectáculo do Poder e dele ser, ao mesmo tempo, autor, actor e encenador - e, a

não ser assim, contraditoriamente arrogar-se poder escapar à lógica e dinâmica implacável, experimentada no concreto, minuto a minuto, hora a hora, que a situação de concorrência, no próprio terreno da compita, implica e multiplica. Por dois simples motivos: por um lado, são essas as inevitáveis apostas estratégicas e supra-estruturais dos donos e senhores dos vários canais; e, por outro lado, também estes não apenas geraram como nessa perspectiva estimularam à partida uma legião de pequenos homens de mão no terreno - um conjunto de apressados profissionais que, exceptuados os casos singulares de discernimento face ao que é essencial e ao que é acessório, também ávidos se revelam de um súbito protagonismo e, pela sua juventude e inexperiência política, tudo são levados a reduzir à fulanização e hipocrisia das movimentações de bastidores ou da ribalta (...).

A estória repetiu-se!

Não há dúvida que se repetiu, caro leitor. Veja bem, não lhe escondi nada: talvez V. não tenha estado atento mas, se agora voltar atrás, verificará que a inclusão de aspas («») no início e no fim do texto até aqui reproduzido e a sua interrupção com sinais como este (...) aqui e ali colocados, significa que, afinal, não se trata necessariamente de um texto original ou novo mas de uma longa e seleccionada citação.

De facto, assim é. O que ficou para trás (com a única diferença de agora ser referida Santa Maria da Feira em vez do Coliseu dos Recreios) não é mais do que a exacta reprodução de excertos da crónica que, nestas mesmas páginas, tive a oportunidade de escrever em 23.02.95 a propósito do Congresso do PSD realizado há um ano!

Um artifício de que me servi para - caso a memória fique enublada ou a capacidade de indignação esmoreça perante a reprodução mecânica, continuada e «natural» de cenas tão iguais para tão idênticos eventos e protagonistas - vos sublinhar que, no essencial, o desgraçado panorama audiovisual português continua na mesma, com os vários canais de televisão mais interessados em farejar os possíveis escândalos, descobrir os adivinháveis golpes, sublinhar as declaradas manobras de pressão ou captar os fictícios combates programáticos em que são férteis os espectáculos congressistas encenados pela burguesia do que em dar conta aos portugueses das ideias que se esperaria estivessem em confronto para ser discutidas.

Uma trágica falta de ideias para o país

Quando uma figura com o (como dizer?) com o... angélico perfil de Alberto João Jardim, a propósito da intervenção acabada de

proferir por Pedro Santana Lopes na tribuna do Congresso em resposta ao «repto» de Marcelo Rebelo de Sousa, se sente na necessidade de manifestar pública indignação, utilizando expressões como esta - «eu não aceito que se venha aqui cair na intriga interna, no lavar da roupa suja, que são inadmissíveis num Congresso destes, a não ser para tirar efeitos mediáticos» - poderá, então, imaginar-se o «nível» a que chegou o conclave do último fim-de-semana.

A prova de que não se estava necessariamente ali para discutir ideias mas para aparentar medir forças e proceder a artificiais ajustes de contas entre grupos de pressão patrocinados mais ou menos visivelmente pelos barões, foi simbolicamente a actuação desse mesmo Santana Lopes, tão ridícula e servilmente seguido e farejado por tudo o que era câmara e microfone no recinto e nos bastidores do Congresso. Uma personagem funambulesca de tragicomédia que se prestou a desempenhar o papel de menino «reguilas» que ali estava para agitar as emoções e fingir que ia estragar a festa, que se anunciava para uma intervenção às tantas e chegava apenas às quinzenas, que era febrilmente procurado no quarto do hotel onde se encontrava «em reflexão» e entrevistado sobre os seus grandes desígnios - e que, finalmente, ali em cima do palco, demonstrava não ter nem mais nem menos nem diferentes ideias do que as vaguíssimas generalidades que, justamente, ele próprio denunciara em Rebelo de Sousa!

Mesmo fazendo um esforço para respeitar e admitir que haja partidos assim, em que é comezinho ter esta bizarra noção de «democracia interna» e, portanto, se afigura natural funcionar deste modo em meio de uma manifestação política tão importante como deveria ser um Congresso, que pode de facto dizer-se de um presumível e potencial dirigente de um partido que encomenda a outros, para ver se pega, uma chamada «moção de estratégia» e que, deslocando-se em bolandas com um séquito servil à cola, ali se apresenta para o que der e vier, sentando-se e depositando o seu enfado por aqui e por ali, sem um papel, sem um apontamento, sem minimamente demonstrar qualquer consistente e estruturada perspectiva para os problemas que lhe passa pela cabeça aflorar e sem sequer apresentar (consoante os hábitos da casa) uma lista para os cargos de direcção, servindo-se ainda por cima da suprema lata de confessar, como que armado em bom, que «listas», «cargos», «nomes» era coisa em que ele se recusava a pensar?

Como é que um personagem destes é aplaudido em vez de patado, como é que o «patriarca do Norte» alinha publicamente nisto e sai dali a assobiar, como é que «o professor» cai na esparrela de descer ao nível da hipócrita troca de «bocas» e insinuações, como é que o «militante número um» não se mete por um buraco abaixo depois da frustrada jogada da lista para o Conselho Nacional, como é que o famigerado «nortista e basista» ainda mexe e é mais uma vez incapaz de se subtrair ao espectáculo do despudor e do lapso, como é que dezenas de câmaras são capazes, durante horas a fio, de não desfoçar de vergonha?

Onde é que chegámos? Onde é que é ainda possível chegar?



■ Desenho de Sempé

ESCAPARATE



Otis Redding voltou

A prematura morte de Otis Redding, num desastre de aviação em 10 de Dezembro de 1967, amputou uma carreira daquela que já então era considerada a melhor voz masculina da soul norte-americana. Interpretações de «Satisfaction» (dos Rolling Stones) ou de «Shake» (de Sam Cooke), a escrita e a forma de cantar de «Mr. Pitiful» (com Steve Cropper), «I've Been Loving You Too Long (To Stop Now)» (também com Cropper) ou desse verdadeiro hino sobre a dignidade, intitulado «Respect» - que bateria recordes de vendas na voz de Aretha Franklin - foram alguns dos legados inesquecíveis deixados para a história da música popular negra norte-americana.

Acabada de lançar no mercado está uma colecção de discos compactos que reedita o substancial da obra de Redding, provenientes de gravações feitas para a Atlantic sob a etiqueta «Atco», que remisturam digitalmente as fitas originais que serviram de «masters» aos discos do cantor, alguns gravados ainda monofonicamente.

O sublinhado vai para «Pain In My Heart» e «Otis Blue», gravados em 1965, e onde constam alguns dos grandes temas acima citados. Outros discos desta colecção, são colectâneas de gravações originalmente feitas para singles, que não chegaram a ser reunidas em álbum.

A colecção pode mesmo ser encontrada a preços de saldo em algumas grandes superfícies mas, atenção, como o controlo de qualidade é nessas circunstâncias por vezes suspeito, guarde a factura para poder trocar o disco, caso tenha defeito de fabrico. Uma boa oportunidade para colmatar lacunas graves de uma qualquer discoteca de música popular.

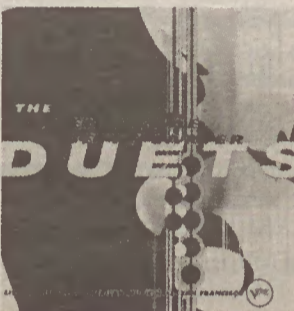
PT

DISCOS

Duas grandes vozes do Jazz

Carmen McRae + Betty Carter / «Duets» - Verve 529 579-2. Grav.: Janeiro, 1987. Dur.: 61m 40s.

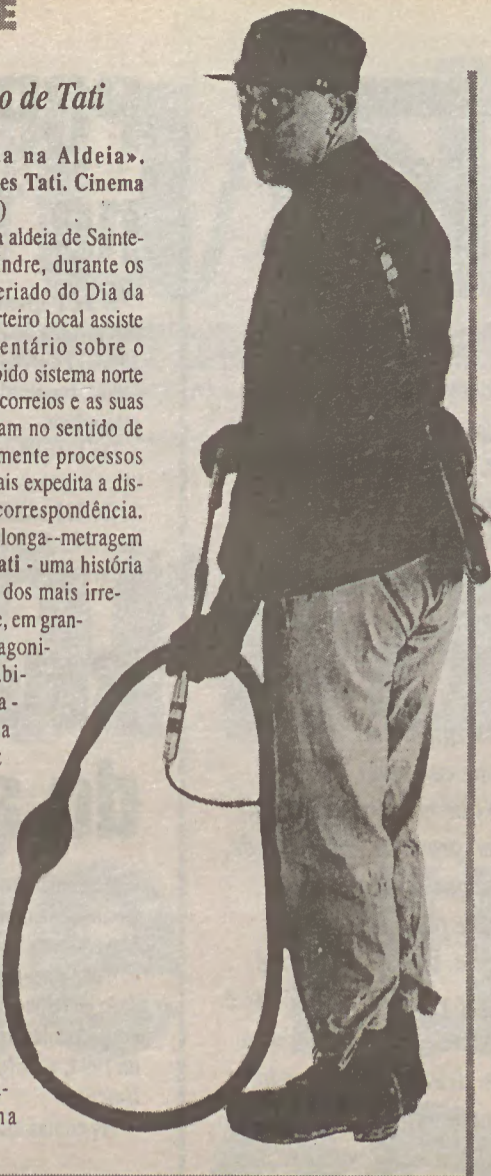
A ideia para esta actuação conjunta de duas das mais célebres cantoras do Jazz americano num concerto público partiu de uma casualidade: quando Carmen McRae actuava uma noite no clube Blue Note, de Nova Iorque, na assistência estava Betty Carter. E logo ali nasceu o desafio para que as duas actuassem em dueto num palco que, mais tarde, foi decidido fosse o do Great American Music Hall de S. Francisco. Deste histórico encontro, nasceu este álbum agora reeditado e que é uma demonstração inextinguível do canto clássico no Jazz. Com o fascínio suplementar da gravação «em directo».



O carteiro de Tati

«Há Festa na Aldeia». Real.: Jacques Tati. Cinema Ávila (Lisboa)

Na pequena aldeia de Sainte-Sévère-sur-Indre, durante os festejos do feriado do Dia da Bastilha, o carteiro local assiste a um documentário sobre o moderno e rápido sistema norte-americano de correios e as suas ideias fervilham no sentido de aplicar localmente processos que tornem mais expedita a distribuição da correspondência. Esta primeira longa-metragem de Jacques Tati - uma história louca, repleta dos mais irresistíveis gags e, em grande parte, protagonizada pelos habitantes da aldeia - é agora pela primeira vez projectada entre nós numa das duas versões em que inicialmente foi realizada: a versão a cores. A louvável iniciativa pertence à renovada sala do cinema Ávila.



LIVROS

Cadernos de Lanzarote

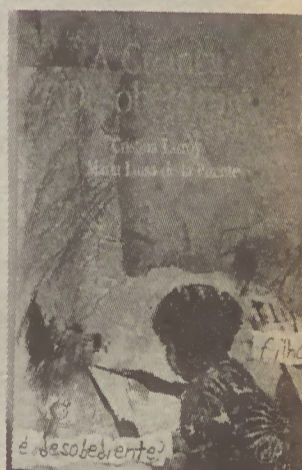
De há tempos que José Saramago nos vem habituando, e sobretudo aos seus leitores habituais, não apenas aos romances que marcaram as duas últimas décadas - desde que *Levantado do Chão*, após aquele silêncio a que são votados os escritores comunistas, rom-



peu as barreiras e chamou a atenção para as raras qualidades literárias deste autor -, a outros escritos que não a ficção. Referimo-nos aos *Cadernos de Lanzarote*, cujo 3º volume a Caminho acaba publicar. Atravemo-nos a dizer que se trata de uma espécie de diário de bordo (afinal Lanzarote é uma ilha e Saramago é homem para fazer mover jangadas de pedra). Reflexões ao correr dos dias, episódios de vida, gente que se cruza, cartas que se desvendam, sobretudo o escritor a desvendar-se. *Contar os dias pelos dedos e encontrar a mão cheia*, diz ele.

A Criança Desobediente

Por que se recusa o João a obedecer às ordens da mãe? É uma das perguntas - e são várias - que surgem na apresentação deste livro, da autoria de Cristina Larroy e Maria Luisa de la Puente, editado na colecção *Campo da Educação* pela *Campo das Letras*. Um livro cujo objectivo é abordar as questões de conduta infantil não de maneira empírica ou como se o *feito* das crianças fosse uma fatalidade. Convém pôr um pouco de ciência lá onde a arte falha... Assim as autoras pretendem ajudar "pais e educadores a resolverem estes pequenos problemas quotidianos e a desenvolverem na criança padrões de comportamento que favoreçam a aprendizagem de condutas adequadas".



TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. MARLONE ESTÁ A MORRER, de Samuel Beckett, encenação de Paulo Castro, pelo TEP

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. MONÓLOGO; PRECISAMENTE; NOVA ORDEM MUNDIAL, de Harold Pinter, encenação de Álvaro Correia.

TEATRO ABC

Lisboa, Pç. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AMAR LISBOA (Revista à Portuguesa)

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos. Tel. 3955275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. O ÚLTIMO BAILE DO IMPÉRIO, de José Montello, encenação de Maria do Céu Guerra

TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. TRADUÇÕES, de Brian Friel, encenação de António Solmer, pelo elenco do Teatro da Malaposta.

INTERNET

Música Clássica «on line»

Se você é amante de música clássica, não pode deixar de visitar, entre outras, a *home page* da *Classical Net*, uma página que lhe dá acesso a um repositório impressionante de informações e que está localizada em <http://www.webcom.com/~music/>. Além de uma *Lista de Repertório Básico* (dividido por períodos e/ou escolas - *Medieval, Renascença, Barroco, Classicismo, Romantismo, Sec. XX e Contemporânea*), ideal para a criação de uma *Biblioteca de Discos Clássicos*, outros apontadores fazem a ligação a uma *Lista de Gravações Recomendadas*, a dados biográficos e outros relativos a *Compositores* e, ainda, a uma *série de Críticas e Artigos* sobre *Música Clássica*, para além de apresentarem listas de endereços relacionados com o mesmo âmbito.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sábados, domingos e feriados, às 16.00: ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. PORTUGAL, ANOS QUARENTA, de Luiz Francisco Rebelo, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. RAZÕES E CORAÇÕES, a partir de Gil Vicente, encenação de Vítor Gonçalves.

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA

Viana do Castelo. Tel. 823259. De 3ª a sáb. às 21.30. TERRA DE LOBOS, de António Torrado, encenação de José Martins, pelo Teatro do Noroeste.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. TRÊS MU-

LHERES ALTAS, de Edward Albee, encenação de Jacinto Ramos.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Sala Garrett - De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AS TROIANAS, de Eurípedes/Jean-Paul Sartre, encenação de João Mota, com Eunice Muñoz e outros actores do elenco do Teatro Nac. D. Maria II e os cantores Fernando Serafim e Helena Vieira (até 7 de Abril)

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Pç. da Batalha. Tel. 2088303. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. UM AUTO DE GIL VICENTE, de Almeida Garrett, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.45. COISAS DE FOLGAR - FARSAS DE ANRIQUE DA MOTA, encenação de Acácio de Carvalho.

TEATRO VILLARET

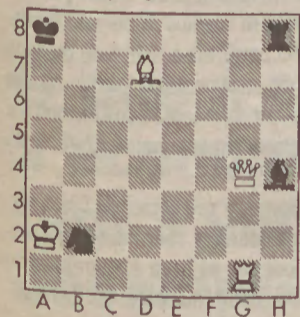
Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo, 30. Tel. 3538586. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. ODEIO HAMLET, encenação de Diogo Infante.

XADREZ

DLIV - 4 DE ABRIL DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X015
Por: SAMUEL LOYD (SAM LOYD)

3º Prémio Pariser Turnier, 1878

Pr.: [4]: Cb2 - Bh4 - Th8 - Ra6
Br.: [4]: Bd7 - Tg1 - Dg4 - Ra2



Mate em 5 lances

SOLUÇÕES DO Nº DLIV

Nº 1996X015 [S.L.]: 1. Db4!, 3. f4=D; 2. Tg7!, B:g7; 3. Dd5+, Ra7; 4. Bc6, Td8; 5. Da5#

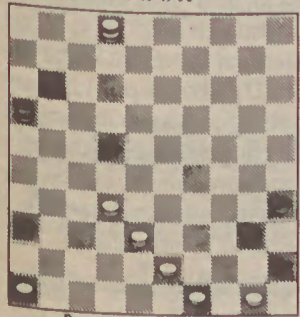
A. de M. M.

DAMAS

DLVI - 4 DE ABRIL DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D015

Por: HENRI CHILAND
França, 1968

Pr.: [7]: 11-(16)-22-35-36-40-45
Br.: [7]: (2)-32-38-43-46-49-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLVI

Nº 1996D015 [H.Ch.]: 1. 46-41, (36x47=D); 2. 50-44, (47x50); 3. 32-28, (22x33); 4. 43-39, (33x44); 5. 49-43, (16x49); 6. 2x16+

A. de M. M.

CINEMA



Ciclo de cinema russo

Organizado pela Amascultura no Centro Cultural Malaposta, em Odivelas, continua esta semana um ciclo dedicado ao Cinema Russo e integrado nas comemorações do Centenário do Cinema.

Depois de *O Couraçado Potemkine* e *Alexandre Nevsky*, duas obras-primas de Eisenstein, será projectado nos próximos Sábado e Domingo, 6 e 7 de Abril, respectivamente às 21.30 e 15.30 horas, o filme «Tchapaev», realizado por Sergei Vassiliev.

Mas este ciclo prosseguirá até meados do mês de Junho, estando prevista a projecção de outras obras importantes deste período entre as quais se destacam as realizadas por Mikhail Romm, Sergei Guerassimov, Piotr Todorovski ou Konstantin Lopoushansky.

A TALHE DE FOICE

Loucuras

Os tempos já não são o que eram. Esta profunda reflexão à La Palice persegue-me já há alguns dias, para onde quer que me vire, e o pior de tudo é não encontrar forma de lhe fugir, como se uma vez lançada na via do desassossego fizesse questão de a cada passo tropeçar em novas confirmações do facto, o que ao invés de pôr um ponto final no assunto mais e mais o transforma em motivo de perturbação, o que nos tempos que correm é assaz preocupante. Quero eu dizer na minha, que, tanto quanto me recorde e a breve história da humanidade confirma, loucos foram sempre os homens, o que não tinha novidade nenhuma e era até tido como prova de normalidade, e que isto de verificar agora que a natureza está virada de pernas para o ar me parece grave, gravíssimo mesmo, até porque, bem ou mal, e até melhor alternativa, é aqui que vivemos, não só até à morte, como "la paliçadamente" somos levados a dizer, mas mesmo para além dela, a morte, sendo ponto assente como é que quem nos comer a carne nos há-de roer os ossos, embora neste ponto se possa aduzir que morte não é vida, como se uma não fosse condição da outra, mas isso seria tema de basta discussão para o caso dispicienda.

Temos pois as nossas vidas de loucura normal ameaçadas pela concorrência da loucura animal em que nos não revemos, animais que somos, alcandorados numa humanidade inventada à medida da soberba com que dominamos ou julgamos dominar o mundo, condição de resto indispensável para que possamos impunemente dar largas ao fel com o clássico desabafo "vossa excelência, prezado senhor/a, é uma besta". Um dia destes, em cada recanto do país, ao invés do humano louco de estimação teremos o animal louco de consternação, e enquanto vacas, ovelhas, porcos e demais bicheza se passear em loucas "promenades", as humanas gentes assistirão sem um pestanejar de olho ou um balançar de cabeça mais suspeito às patuscadas dos ministros comedores de mioleiras, às reuniões governamentais garantindo que tudo está bem e por isso se tomam pequenas medidas cautelares, ao pânico dos produtores que deram em ver cifrões com asas, às mudanças de hábitos alimentares por causa das moscas, aos pobrezinhos do terceiro mundo comendo bifés todos os dias enquanto nos países ricos os vegetarianos chegam ao poder, às declarações de políticos muito doutorais que se esfaqueiam na praça pública e em privados conclaves mediáticos, às transmissões televisivas do mais leve espirro dos populares partidos, aos patronais planos de emergência de encerrar empresas para criar empregos, às cimeiras europeias da unanimidade a várias velocidades - a várias vozes - a várias conclusões, à cavalgada americana tomando de assalto com o mais sofisticado armamento as aspirações de paz no mundo. Nestes tempos de loucura que já não é a normal, a capacidade de indignação será enfim premiada no dia em que, loucos de todo, os animais olharem em volta e concluírem que nada lhes falta já para serem humanos e se lembrarem do tempo em que falavam, falavam, falavam, apesar de não haver jornais, nem rádios, nem televisões, nem óscares, nem congressos, nem natos, nem uniões europeias, e olharem uns para os outros e uma lúcida ideia lhes atravessar as mentes: Eh, malta, chegou a nossa vez.

■ AF

PCP entrega conta no Tribunal Constitucional

O PCP divulgou na passada terça-feira as contas do ano de 1995, já entregues no Tribunal Constitucional, conforme a lei estabelece.

Os resultados do exercício apresentam uma receita de 1.426.421.628\$00 e uma despesa de 1.363.875.328\$00, com um saldo positivo de 62.546.300\$00.

As contas apresentadas respeitam à actividade central do PCP e das suas organizações regionais.

As receitas verificadas confirmam que, tal como em anos anteriores, o financiamento do PCP assenta fundamentalmente nas receitas próprias (93,5% do total das receitas), fruto da sua intensa actividade e iniciativa e da contri-

buição dos seus membros, representando as subvenções estatais apenas 6,51%. As receitas próprias distribuem-se do seguinte modo:

- as actividades de angariação de fundos representam 43,39% das receitas totais;
- as contribuições de representantes e eleitos do PCP representam 24,28%;

- as quotizações e contribuições de membros do PCP representam 16,45%;

- as contribuições de pessoas singulares (não membros do Partido) representam 1,01%;

- outras receitas (ganhos financeiros e extraordinários, proveitos da propriedade intelectual) representam: 8,37%.

Relatório referente à conta do ano económico de 1995

As contas em apreciação respeitam, no essencial, ao Plano Oficial de Contas e cumprem as exigências das Leis nº 72/93 e 27/95, de 30 de Novembro e 18 de Agosto, respectivamente.

Considera-se, contudo, ser de referir, uma vez mais, que a especificidade inerente à actividade partidária em geral, e às características do PCP em particular, colocam, tal como se refere no Relatório referente à conta de 1994, «... alguma complexidade em variadíssimos aspectos contabilísticos».

As contas que agora se apresentam reflectem a actividade geral do

Partido e são representativas de toda a organização partidária, e não apenas das contas centrais. Elas são, por isso mesmo, influenciadas em numerosos aspectos pela intervenção de muitos milhares de membros do Partido e de muitas centenas de organizações, na sua maioria sem qualquer estrutura profissionalizada.

Tal facto tem como consequência que, não raras vezes, as folhas de caixa das muitas organizações de base sejam deficientemente elaboradas, quer na especificação do movimento, quer no apuramento de saldos, incluindo o de bancos. Dada a sua dimensão, torna-se difícil a respectiva conferência.

Também no que se refere aos documentos justificativos das despesas (particularmente as pequenas) se observa que o critério adoptado na sua apresentação, por alguns dos membros do Partido que, por razões da actividade partidária, são levados a fazer compras, é o da comprovação da despesa descurando a validade formal do documento.

Entende-se, entretanto, que não estando sujeitos os partidos ao IRC, não tendo, como é óbvio, que distribuir eventuais lucros, não interferindo nos objectivos essenciais da Lei nº 72/93, tais deficiências (que deverão progressivamente ser corrigidas) não só não alteram o dever da prestação de contas, como não desvirtuam os resultados.

Já no que se refere às receitas, não se observa necessidade de reparo especial. Com efeito, não obstante o reconhecido dinamismo das organizações do Partido na angariação de receitas, o que faz com que se multipliquem por muitos milhares de movimentos, a sua escrituração, designadamente a relativa a quotas e contribuições extraordinárias, a verdade é que ela assenta na escrituração de documentos específicos concebidos centralmente e resumindo-se a meia dúzia de tipificados impressos, de que é exemplo o talonário de quotas.

Apreciando os resultados na sua componente mais importante, as fontes de financiamento, pelas suas implicações no desenvolvimento da actividade partidária e pelo facto de estarem sujeitos às normas legais, evidencia-se que 1995 confirma a realidade de anos anteriores, ou seja, o financiamento do Partido resulta fundamentalmente da participação dos membros e das iniciativas do Partido, tendo atingido 92,48 % do total das receitas.

É talvez oportuno recordar que apesar da Lei o permitir o PCP não aceita qualquer contribuição de pessoas colectivas, pelo que não há lugar à discriminação a que se refere a alínea a) do nº 5 do artigo 10º da recente Lei nº 27/95.

Distribuem-se do seguinte modo as receitas operacionais do Partido:

- . Iniciativas de angariação de fundos - 43,39 %
- . Contribuição de eleitos - 24,28 %
- . Quotização e contribuição dos seus membros - 16,45 %
- . Subvenção estatal - 6,51 %
- . Contribuição de não membros (pessoas singulares) - 1,01 %

- . Proveitos da propriedade intelectual - 0,31 %

Referir, por último, que se mantém por actualizar alguns dos valores do património cuja discriminação, nos termos da alínea a), do nº 5, do artigo 10º da

recente Lei nº 27/95, se poderá verificar através das contas 421 e 422 do POC, e cujo valor contabilístico atinge o montante de 1 119 898 265\$00 (mil cento e dezanove milhões, oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e cinco escudos).

Parecer da Comissão Central de Controlo

Reunida a 29 de Março de 1996, a Comissão Central de Controlo do Partido Comunista Português, em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos do PCP, examinou o Relatório e Contas relativos à actividade económico-financeira do Partido, respeitante ao ano de 1995, e verificou a sua conformidade com a Lei nº 72/93, de 30 de Novembro, na redacção dada pela Lei nº 27/95, de 18 de Agosto, ressalvando, naturalmente, os condicionalismos resultantes da actividade partidária a que no relatório se alude.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS APURAMENTO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO PERÍODO 31 de Dezembro de 1995

PROVEITOS E GANHOS		
Quotização e Contribuição de filiados do Partido	234.612.209,00	16,45%
Contribuições de representantes e eleitos pelo PCP	346.366.242,00	24,28%
Donativos de pessoas singulares	14.372.930,00	1,01%
Subvenções ou subsídios do Estado	92.798.134,00	6,51%
Actividades e produto de actividades de angariação de fundos	618.876.477,00	43,39%
Proveitos propriedade intelectual	4.464.631,00	0,31%
Proveitos e ganhos financeiros	47.509.104,00	3,33%
Proveitos e ganhos extraordinários	67.421.901,00	4,73%
Total de Proveitos e Ganhos	1.426.421.628,00	
CUSTOS E PERDAS		
Compras/Custos (Devol. e Descontos)	53.860.813,00	3,95%
Fornecimentos e serviços externos	415.414.889,00	30,46%
Impostos	4.148.495,00	0,30%
Custos c/ pessoal	667.546.829,00	48,94%
Outros custos operacionais	131.381.789,00	9,63%
Amortizações do exercício	72.252.299,00	5,30%
Provisões do exercício	654.786,00	0,05%
Custos e perdas financeiras	12.208.829,00	0,90%
Custos e perdas extraordinárias	6.406.599,00	0,47%
Total de Custos e Perdas	1.363.875.328,00	
RESUMO		
Total de Proveitos e Ganhos	1.426.421.628,00	
Total de Custos e Perdas	1.363.875.328,00	
Resultados Líquido do Período	62.546.300,00	

Conselho de Estado

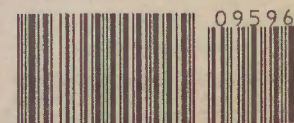
Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, vai integrar o Conselho de Estado a convite do Presidente da República, Jorge Sampaio, segundo notícia veiculada pela Agência Lusa.

Recorde-se que o Presidente da República pode designar cinco nomes para aquele órgão consultivo do PR, sendo outros cinco designados na Assembleia da República. O Conselho é ainda integrado, por inerência, pelo presidente da AR, Primeiro-Ministro, Presidente do Tribunal Constitucional, Provedor da Justiça, presidentes dos governos regionais e antigos presidentes (eleitos) da República.

Ao Conselho compete, designadamente, pronunciar-se sobre a dissolução da Assembleia da República e demissão do Governo.

PCP interpela Governo

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, o Governo irá ser interpelado na Assembleia da República sobre a crise social, as perspectivas do seu agravamento, as suas causas e políticas necessárias para a combater. O pedido do debate deu entrada na passada terça-feira e foi agendado para o próximo dia 24 do corrente mês de Abril.



5 603199 000445